Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura **Número: 134**

IV Sessão Legislativa **Horta, terça-feira, 16 de junho de 2020**

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputada Elisa Sousa (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Jorge Jorge)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

A reunião de trabalhos iniciou-se com uma **sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral**, apresentadas pela Representação Parlamentar do PPM.

Para o efeito usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão *(PPM)*, Carlos Silva *(PS)*, Bruno Belo *(PSD)*, João Paulo Corvelo *(PCP)*, António Lima *(BE)*, Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*, Alonso Miguel *(CDS-PP)*, António Vasco Viveiros *(PSD)*, José Ávila *(PS)*, João Paulo Ávila *(PS)*, Catarina Chamacame Furtado *(PSD)*.

Para responder às questões solicitadas usaram da palavra as Sras. Secretárias Regionais da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro)* e dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha)*, bem como o Sr. Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro)*.

Posteriormente, foram apresentadas **perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do**

Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, apresentadas pela Representação Parlamentar do PPM.

Colocadas as questões pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão *(PPM),* usou da palavra para responder às mesmas a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha).*

O ponto seguinte da Agenda da Reunião constava a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XI – "Regime jurídico do Estatuto da Agricultura Familiar na Região Autónoma dos Açores"**.

Apresentado o diploma pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(João Ponte),* iniciou-se o debate com a participação dos/as Srs./as António Almeida *(PSD),* Catarina Cabeceiras *(CDS-PP),* Mónica Rocha *(PS),* Graça Silveira *(Independente),* António Lima *(BE),* Paulo Estêvão *(PPM)* e João Paulo Corvelo *(PCP).*

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão *(PPM)* e as Sras. Deputadas Mónica Rocha *(PS)* e Graça Silveira *(Independente).*

No debate do **Projeto de Resolução n.º 132/XI – "Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias para assegurar a utilização da Baía da Barra, em Santa Cruz da Graciosa, criando condições para as atividades ligadas à náutica de recreio"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, usaram da palavra os Srs. Deputados João Bruto da Costa *(PSD),* Alonso Miguel *(CDS-PP),* João Paulo Corvelo *(PCP),* José Ávila *(PS),* Graça Silveira *(Independente),* Manuel Ramos *(PS),* Ricardo Ramalho *(PS),* o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes)* e o Sr. Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro).*

Para um protesto usou da palavra o Sr. João Bruto da Costa *(PSD)* e para um contraprotesto o Sr. Deputado Manuel Ramos *(PS).*

Submetida à votação a iniciativa foi rejeitada por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sra. Secretária Regional.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Vou pedir à Sra. Secretária da Mesa o favor de fazer a chamada.
Secretária: Muito obrigada, Sra. Presidente.
Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)
Ana Luísa Pereira **Luís**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dionísio Medeiros **Faria e Maia**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório **Ávila**
João Paulo Lopes Araújo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Manuel José da Silva **Ramos**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Marta Ávila **Matos**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima de **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Maurício Mendonça Santos
Maria João Soares **Carreiro**
Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)
Alonso Teixeira **Miguel**
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)
António Manuel Raposo **Lima**
Paulo José Maio de Sousa **Mendes**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)
João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)
Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.
Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.
Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sra. Secretária Regional:
Permitam-me que antes de dar início propriamente aos nossos trabalhos que possa aqui fazer um agradecimento muito especial aos colaboradores da nossa Assembleia, em especial aos colaboradores afetos ao setor da carpintaria, da manutenção, da eletricidade e também da informática que permitiram que neste regresso a esta nova normalidade pudéssemos estar todos, os 57 Sras. e Srs.

Deputados e o Governo Regional, neste novo plenário presencial que se fará de forma diferente, não menos digna e não menos importante para a democracia e autonomia regional.

Por isso desejo a todos e a todas um bom trabalho e fica aqui registado este agradecimento e este reconhecimento aos nossos colaboradores que, de facto, fizeram um trabalho extraordinário nesta sala de plenário para que pudéssemos estar cá hoje, todos.

Vamos então entrar na nossa Agenda. O ponto 1 refere-se à sessão de perguntas do Governo Regional com resposta oral, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Rege esta matéria os artigos 180.º e 181.º do nosso Regimento.

Esta sessão de perguntas tem um período global de 3 horas, que inicia a sua contagem assim que se iniciar também a primeira pergunta, e por cada objeto há um número de perguntas delimitado que passarei depois a anunciar.

Como sabem, e conforme interpretação do Regimento, já de há muito tempo, entendesse que apenas o autor da iniciativa tem direito à réplica e, portanto, é isso que irá acontecer.

Para darmos de imediato início a esta sessão de perguntas, no âmbito do objeto 1, questões relacionadas com o grupo EDA, poderá, quer o proponente, quer os restantes partidos com assento neste Parlamento, fazer duas perguntas. Aproveito também para informar os tempos:

As perguntas são feitas por um período de 3 minutos; as respostas, a primeira resposta tem um período máximo de 5 minutos, na resposta à réplica apenas o Governo disporá de 3 minutos.

Para a primeira pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para mim, e para todos os Srs. Deputados, é o regresso verdadeiramente àquele que é o ambiente parlamentar e àquela que é a essência da nossa democracia, da democracia açoriana.

Nesse sentido, eu tenho muita honra em colocar aqui um conjunto de questões que considero muito relevantes para a sociedade açoriana.

A questão concreta que coloco ao Governo Regional é a seguinte, no caso da EDA:

A sociedade açoriana foi surpreendida nos últimos meses com as decisões do Governo Regional nesta matéria, na matéria de distribuição dos dividendos da EDA.

A sociedade açoriana ficou surpreendida que o Governo Regional tenha decidido, tenha mandatado os seus representantes, na assembleia de acionistas da EDA, para que fosse distribuída, a prática totalidade dos lucros obtidos pelo grupo, em dividendos.

Esta decisão acarretou que grande parte – porque o lucro está muito dependente das transferências que anualmente são feitas pela ERSE, e que em 2019 representaram 70 milhões de euros e estas transferências da ERSE não são do Estado Português, não são transferências que provêm de uma instituição estatal, são transferências que têm como origem para que seja possível alcançar a convergência tarifária entre os consumidores das ilhas e os consumidores do território continental, essa transferência tem origem no esforço que é feito pelos consumidores residentes no território continental no sentido de efetuar estas transferências.

O ano passado, repito, foi de 70 milhões de euros e o que é surpreendente é que estas verbas de solidariedade de apoio que são, repito, não do Estado, mas dos consumidores que fazem esse esforço, cerca de 6,5 milhões de euros foram parar ao Grupo Bensaúde, aos privados.

Voz não identificada: E ao Governo!

O Orador: Cerca de mais de 8 milhões de euros foram parar, estas verbas de solidariedade de apoio aos consumidores nacionais, aos grupos privados.

E eu pergunto ao Governo que sentido tem isto? Que moralidade tem isto, dos consumidores fazerem um esforço no sentido de existir convergência tarifária e de uma parte significativa deste dinheiro chegar aos cofres dos grupos privados, nomeadamente ao Bensaúde?

Presidente: Agradeço que faça a pergunta, Sr. Deputado.

O Orador: O que eu lhe pergunto, o que eu pergunto aqui ao Governo, é por que é que tomaram esta decisão? Como é que é explicam esta decisão, esta imoralidade?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com muito gosto que aqui estou a responder, a prestar contas às questões que nos são colocadas.

Relativamente a esta questão concreta começaria por um pequeno preâmbulo que eu penso que me vão compreender.

Nesta fase de desenvolvimento da sociedade açoriana em que nos encontramos já deveria ser unanimemente aceite que termos grupos privados fortes na Região é algo positivo, fazem investimento, criam emprego e merecem o nosso respeito.

Não podemos querer os privados presentes no momento de investir e ausentes no momento de receber a remuneração do seu capital.

Este é um preâmbulo que eu acho que é importante termos presente nesta altura onde nos encontramos.

Relativamente aos resultados da EDA e aos seus resultados positivos, eles não se devem apenas às compensações tarifárias que são recebidas por parte da

ERSE anualmente. Aliás, quem as recebe somos nós, nós utilizadores de energia elétrica. Mas devem-se a um conjunto de razões entre elas uma gestão profissional e exigente, uma gestão que faz uma análise cuidada dos investimentos que realiza, nomeadamente a relação entre investimentos e retorno, mesmo que estejamos a tratar, e sim estamos a tratar, do bem público, esta racionalidade deve existir a bem, naturalmente do erário público e das contas públicas.

Em segundo lugar, falar em empresa selvaticamente descapitalizada, é falar numa situação financeira de uma empresa sem olhar sequer para o seu balanço, onde se pode ver, por exemplo, uma autonomia financeira de 38%, onde se podem ver resultados transitados acumulados superiores a 100 milhões de euros.

Falar disso sem valorizar os investimentos realizados, que por exemplo em 2019, foram de 30 milhões de euros, é também querer falar apenas de uma parte.

Relativamente à componente correspondente aos dividendos da EDA, que dizem respeito à Região, da parte dos 16 milhões de euros relativos ao ano anterior, é importante termos também presente que essa componente representa fonte de financiamento para o plano do ano em curso e permite-nos fazer política social, investimento em saúde, ou mesmo, por exemplo, investimento em eficiência energética, na mobilidade elétrica.

É fácil fazer demagogia com moralidade, astronomicamente quantias, selvática descapitalização, privilégios privados, mas o sério é olharmos com profundidade para a realidade e perceber como uma empresa que tem por objeto um bem público, é certo, pode e deve investir com racionalidade a bem do erário público, ou seja, de todos nós, sem deixar de fazer os investimentos necessários do ponto de vista da sustentabilidade em qualquer uma das suas vertentes.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nunca uma réplica foi tão necessária, sobretudo por voltar a colocar a questão que não foi respondida, porque a Sra. Secretária não respondeu à questão.

Eu perguntei-lhe que moralidade tem, que sentido ético tem, transferir verbas, que são verbas de solidariedade que foram pagas ao abrigo da convergência tarifária, para grupos privados?

Dei-lhe aqui um exemplo: os Bensaúde encaixaram 6,5 milhões de euros.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Ó senhor, isso está no Relatório e Contas!

O Orador: O que lhe quero perguntar é se acha isso correto? Se é para isso que os consumidores estão a fazer o esforço de pagar este tarifário? Se é para isto que estas verbas estão a ser transferidas, para irem parar aos cofres dos grupos privados?

Deputado André Rodrigues *(PS):* Não é!

O Orador: V. Exa. dizia: não, mas os lucros não estão dependentes das transferências que são feitas ao abrigo da convergência tarifária.

Sra. Secretária, eu vou deixar-lhe aqui alguns números:

Em 2012, lucro de 17 milhões; transferências da ERSE, 93 milhões.

Em 2013, resultados dos lucros, 16 milhões; transferências da ERSE, 92 milhões.

Em 2014, 12 milhões de lucro; transferências da ERSE, 61 milhões e assim sucessivamente.

Ou seja, se não fossem as transferências da ERSE o que a EDA tinha era um prejuízo brutal, se os açorianos continuassem a pagar o preço da eletricidade que estão a pagar.

O que eu lhe quero dizer, Sra. Secretária, é que é absolutamente imoral o Governo, com a sua decisão, no âmbito do Conselho de Acionistas da EDA, tomar decisões que significam a transferência de verbas muito avultadas para os grupos privados.

Deputado Carlos Silva *(PS):* É um direito, Sr. Deputado!

O Orador: Vou dizer-lhe de 2006 a 2019, o Grupo Bensaúde encaixou 46 milhões de euros.

Sabe quanto é que pagou em 2005 para adquirir a posição que atualmente tem na EDA?

Trinta e dois milhões de euros! É um lucro fabuloso, Sra. Secretária. É isso que V. Exas. estão todos os anos a incrementar, as transferências, as decisões que V. Exas. estão a tomar no conselho de acionistas da EDA são, peço desculpa pela expressão, mas não tenho outra, uma vergonha, uma ofensa ao povo açoriano.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para responder, Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se o discurso continua no mesmo tom sem ouvir aquilo que o Governo tem para dizer e para prestar contas, torna-se difícil, de facto, o diálogo.

Deputado Francisco César e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Muito bem!

A Oradora: Da mesma maneira que não se pode olhar para um balanço, ou não se olha para um balanço para analisar a situação financeira da empresa, ignora-se tudo isso e referem-se apenas as rubricas que dão jeito referir sem dar conta que estamos a falar de uma empresa e de um grupo financeiramente muito

sólido com uma boa gestão, da mesma maneira olha-se para uma demonstração de resultados para duas rubricas, Sr. Deputado.

Os resultados de uma empresa fazem-se de várias rubricas. É por isso que elas lá estão, todas, e não apenas duas.

É o conjunto de todas elas que permite naturalmente obter resultados e ainda bem que obtemos resultados positivos.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Oito milhões para os grupos privados, explique-me isso! A pergunta é a simples!

A Oradora: Se eles fossem negativos, todos os acionistas teriam de responder por eles. É assim que funciona o mercado e ainda bem que funciona assim.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Ainda bem?

A Oradora: E ainda bem que temos resultados positivos e ainda bem que é possível distribuir dividendos e ainda bem que a Região consegue também ter desta componente uma fonte de financiamento importante para as suas políticas.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Eu pensava que esse dinheiro fosse direcionado para os mais desfavorecidos!

A Oradora: Portanto, a partir do momento em que nós nos limitamos a olhar apenas para as rubricas que queremos evidenciar e ignoramos tudo o resto, naturalmente que a análise está coartada e não é uma análise global como deveria ser efetivamente. Ainda bem que há resultados positivos, oxalá assim continue.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Oito milhões para os privados!

A Oradora: Como dizia há pouco e bem enfocava, as comparticipações que nós recebemos somos nós açorianos, não é a EDA.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* É uma vergonha!

A Oradora: A EDA faz o seu trabalho e faz bem feito e que continue e a fazer. Muito obrigada.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Vamos então avançar com as restantes perguntas. Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não sei se me permite algum tempo.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* A pergunta é para ali.

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tenho de confessar que fiquei surpreendido com a sua intervenção.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Sra. Presidente, as perguntas é ao Governo, não é ao deputado!

O Orador: Nem o Bloco de Esquerda, nem o Partido Comunista seriam tão ferozes no seu ataque à iniciativa privada como o Sr. Deputado foi.

Isso surpreende-me vindo de si, que é um partido que sempre valorizou a iniciativa privada e que hoje faz aqui um ataque feroz a um grupo que tem importância nos Açores,…

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Sra. Presidente, ele continua-se a dirigir ao Deputado! Isto é uma vergonha, pelo amor de Deus!

O Orador: … que representa muitos postos de trabalho e que legitimamente e de forma legal adquiriu a sua participação social.

Nós vivemos num estado de direito e isso não pode ser esquecido.

Revejo também que o Sr. Deputado descobriu…

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Sra. Presidente,…

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva, peço desculpa, mas este não é um debate entre partidos.

Permiti que no início da sua intervenção…

O Orador: Sra. Presidente, eu tenho de fazer um contexto da minha apresentação…

Presidente: Mas tem de ser o seu contexto.

O Orador: Claro que sim.

Presidente: Não pode interpelar os restantes partidos.

O Orador: Portanto, sendo esclarecido aquele que é o papel das empresas privadas nos Açores, aparentemente há quem agora se a torque de alguma preocupação com o ambiente, com as energias renováveis, numa manobra que é puramente eleitoralistas e que visa obter dividendos, não os financeiros que aqui estão a ser falados, mas sim dividendos políticos. É essa a verdadeira missão de um partido que aqui trouxe hoje essa iniciativa.

Mas a verdade é que foram emitidos factos muito relevantes. Foi emitido o valor do investimento que já foi feito nos últimos anos e aquele que já está projetado para o futuro.

Foi emitido que a competência para a fixação das tarifas de energia nos Açores não é uma competência da EDA, mas sim são tarifas fixadas pela Entidade Reguladora, pela ERSE, não tendo a EDA competência para alterar as tarifas que são fixadas.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Agora está a responder pelo Governo! Este senhor não sabe o que é que está fazendo, ou questiona o Deputado ou responde pelo Governo!

O Orador: Referir também que a convergência tarifária nos Açores é um direito dos açorianos, não é uma benesse. Nós temos o direito a pagar o mesmo custo de energia que é praticado no restante território nacional. É por esta razão que a EDA e os açorianos recebem as transferências da ERSE para compensar os sobrecustos da eletricidade nos Açores, porque vivemos num arquipélago com custos muito superiores àqueles que são praticados no restante território nacional.

Portanto, esclarecidos esses factos, importa aqui acrescentar que o Grupo EDA tem vindo a desenvolver um papel importante no desenvolvimento sustentável

dos Açores, tem vindo a desenvolver um papel importante no fomento de energias renováveis e é fundamental que seja aqui esclarecido de uma vez por todas,…

Deputada Graça Silveira *(Independente):* E a pergunta é?

O Orador: … e que o Governo esclareça qual é o volume de investimento que o Grupo EDA tem previsto realizar para os próximos anos, e deste investimento qual é o valor que se dedica à componente das energias renováveis?

Este facto foi omitido, apenas com o intuito de atacar o Governo, atacar a EDA, mas no final de contas o principal interesse do partido proponente desta iniciativa…

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: … é essencialmente atacar os açorianos e prejudicar os açorianos, porque a principal consequência de reduzir as transferências da ERSE visa aumentar os custos de eletricidade e aparentemente é isso que o Deputado Paulo Estêvão pretende com esta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há uma intervenção que 90% do tempo se dirige a desenvolver o contraditório em relação às perguntas e às questões que a Representação Parlamentar do PPM tinha feito, em clara violação do Regimento e, a segunda questão, é com várias referências que são ofensivas para a Representação Parlamentar do PPM quando se diz que quer prejudicar os açorianos, que quer prejudicar os consumidores.

Presidente: Ser-lhe-á concedida a palavra para um protesto. Dispõe de 3 minutos, Sr. Deputado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* O PPM a condicionar a liberdade de expressão de um Deputado?!

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer a V. Exa. que V. Exa. para respeitar esta Casa tem de respeitar o Regimento desta Casa. Isso significa que foi-lhe dado o tempo para fazer perguntas ao Governo Regional e não para exercer o contraditório em relação às perguntas de outros deputados.

Terá a oportunidade de noutras figuras regimentais.

Portanto, apelo a V. Exa. que respeite o Regimento, respeite as regras desta Casa, porque só desta forma é que é possível prevalecer a democracia.

Em segundo lugar, queria dizer a V. Exa. que as discordâncias que nós aqui apresentámos em relação ao Governo nesta matéria, V. Exa. não as altera com ofensas gratuitas à Representação Parlamentar do PPM.

Diz V. Exa. que eu quero prejudicar os açorianos.

Não!... O que eu quero é terminar com esta imoralidade que significa a transferência de verbas que são transferidas ao abrigo da convergência tarifária e que vão parar aos cofres dos grupos privados. Mais de 8 milhões de euros, Sr. Deputado.

Acha que isto é aceitável?

V. Exa. senta-se – recordo-lhe – numa bancada, que é a bancada do Partido Socialista (do Partido Socialista!).

Acha que favorecer desta forma os grupos privados… Eu também os valorizo, não podemos é, num momento em que a sociedade açoriana está a enfrentar gravíssimas dificuldades dizer este grupo privado é muito bom, tomem lá 6

milhões e meio, porque é isso que mesmo, 6 milhões e meio que não tinham esse propósito, porque o propósito destes 6 milhões e meio de euros, como os 70 milhões que foram transferidos pela ERSE, é para a convergência tarifária e não para meter nos cofres destas empresas privadas, Sr. Deputado.

O que ofende o povo dos Açores, o que deixa irritado o povo dos Açores é que este dinheiro da convergência tarifária vá parar aos cofres dos grupos privados. Isso é que é ofensivo para os açorianos e isso é que afeta os interesses dos Açores e do povo dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Dispõe de 2 minutos.

(*) Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, muito obrigado pelo seu protesto. Deu-me oportunidade de esclarecer aquilo que eu disse e vou reiterar.

A principal consequência de reduzir as transferências da ERSE, da entidade reguladora, para a Região Autónoma dos Açores, é aumentar os custos de eletricidade para os açorianos.

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Muito bem!

O Orador: Isso é a principal consequência da sua iniciativa.

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Muito bem!

O Orador: E é uma responsabilidade sua. O ataque que faz aqui aos açorianos através das transferências da EDA tem como consequência última aumentar o custo da eletricidade dos Açores. Eu disse e reitero isso. É uma consequência daquilo que o senhor defende e isso vai prejudicar claramente os açorianos.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

O Orador: Portanto, assuma as suas responsabilidades.

Deputada Maria Graça Silva e Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Muito bem!

O Orador: Quanto aos comentários, se o Sr. Deputado está mais além do Partido Comunista ou mais além do Bloco de Esquerda, é uma evidência com esta iniciativa.

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado faz um ataque feroz a um grupo privado que, legal e legitimamente, adquiriu uma participação social. Num dia promove a iniciativa privada. Hoje ataca a iniciativa privada. Decida-se qual é o seu objetivo.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* O meu objetivo é que respondam à questão colocada!

O Orador: Não pode é num dia querer uma coisa… Sr. Deputado, não me interrompa por favor.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Leia o Regimento!

O Orador: Sra. Presidente, o Sr. Deputado Paulo Estêvão aparentemente não conhece o Regimento e não respeita os colegas deste plenário.

Para terminar, Sra. Presidente, as minhas palavras visaram essencialmente esclarecer que as transferências da ERSE ao abrigo da convergência tarifária são um direito dos açorianos e das regiões autónomas, não são uma benesse.

Temos o direito, vivemos em Portugal e este é um processo que é praticado igualmente nos restantes países da Europa.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Seis milhões e meio! Responda à pergunta!

O Orador: Não é apenas em Portugal. Isso existe porque visa compensar os países que têm um arquipélago e que tenham sobrecustos com a eletricidade.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Exatamente!

O Orador: Esse direito é dos açorianos e não deve ser desvalorizado e atacado como faz aqui o Sr. Deputado Paulo Estêvão, ao querer prejudicar a EDA, prejudicar os açorianos, prejudicar o Governo…

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Muito bem!

O Orador: … e com isso quer aumentar os custos da eletricidade para os açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Carlos Silva, entretanto, já tinha reformulado a sua pergunta e eu dou então a palavra à Sra. Secretária Regional para responder.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Muito obrigada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma pergunta, de facto, importante porque no contexto em que as questões são colocadas parece que estamos perante um grupo financeiro que está contra a economia dos Açores, quando é precisamente o contrário.

É um grupo financeiro, estou a falar do grupo EDA, que tem investido na Região, tem como objeto um bem público essencial e onde de facto as tarifas que são recebidas por parte da ERSE, são tarifas que se destinam a todos nós, aos açorianos e a permitir que tenhamos as mesmas condições tarifárias, quando temos custos de investimento muito superiores.

É assim que acontece e nenhum açoriano é prejudicado com isso e temos, naturalmente, também investimento privado da componente privada deste grupo que investiu pelo seu retorno e pode continuar a investir na economia, como assim tem feito, portanto, é exatamente isto.

Relativamente à pergunta que me é colocada sobre os investimentos é especialmente importante para percebermos como é que tudo isto funciona, que temos que olhar de facto para uma empresa, olhando também para as suas demonstrações de resultados, pois se queremos falar de dividendo, se queremos falar de descapitalização, temos de saber do que é que estamos a falar, temos de perceber como é que esta empresa é gerida, à séria, e não simplesmente com alguns chavões que são atirados para aqui para esta Casa.

Relativamente a isso o nível de investimentos que é levado a cabo anualmente pela EDA, mostra exatamente isso: em 2019 tivemos, como consta nas contas que se forem estudadas e analisadas é bastante visível, 30 milhões de euros, em vários investimentos de produção de energia e temos para o período 2020 a 2024 programados mais 312 milhões de euros, sendo que de este valor mais de metade se destina à produção de energia com base em fontes renováveis e em investimentos em termos de armazenamento.

Gostava de vos dar nota do que é que isto implica por cada uma das nossas ilhas. Estamos a falar de um objetivo de conseguir chegar a 2025 com 60% de integração de renováveis na rede: isto implica em S. Miguel e na Terceira a ampliação da geotermia, estão em fase de adjudicação 9 poços geotérmicos atualmente, perspetivando que nestas duas ilhas se consigam chegar à integração de renováveis na ordem dos 67%.

Está, também, já adjudicado na Terceira um grupo de baterias; em S. Miguel está neste momento em fase de concurso.

Em Santa Maria está previsto no próximo mês o lançamento de um concurso de sistema de armazenamento e controlo de rede por baterias e aguardamos a vinda da empresa para instalar a primeira fase do parque fotovoltaico que será seguida da ampliação do parque eólico. Aqui conseguiremos, de acordo com as estimativas, uma integração na ordem dos 30%.

S. Jorge, Pico e Faial, vamos fazer exatamente da mesma forma, a meta também é atingir 30% de renováveis com a instalação de armazenamento e controlo de energia de rede por baterias e ampliação de parques eólicos e instalação de pequenos parques fotovoltaicos.

Na ilha das Flores temos já uma integração na ordem dos 50%. Com a construção da hídrica na Ribeira Grande conseguiremos atingir os 85%.

Portanto, estamos a falar de investimentos avultados, concretos, com resultados práticos na vida das pessoas, no que diz respeito à sua qualidade de vida, nomeadamente à sua qualidade ambiental e aqui sim, com compensações tarifárias que nos permitem manter este nível de investimentos, que é obviamente muito superior àquilo que seria necessário no território contínuo, mas com tarifas de energia elétrica não muito diferentes daquelas que nós temos no continente. Isso é que faz a diferença e é para esse efeito que as compensações são recebidas e são utilizadas.

Conseguimos, ainda assim, ter uma empresa saudável que consegue ter lucros e consegue ter distribuição de dividendos, ótimo.

Mas sobre este aspeto também é importante referir: nós falamos de uma total de 16.5 milhões de euros de lucros do grupo em 2019, mas é preciso também perceber que apenas a EDA é que é de facto regulada e é apenas a EDA que recebe compensações tarifárias e esta tem um contributo para este lucro de apenas 6 milhões de euros.

Olhemos para os números com seriedade e veremos, decerto, um mundo diferente daquele que nos querem fazer passar aqui.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo, para uma pergunta.

(*) **Deputado Bruno Belo** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, eu ouvi atentamente, agora, a sua última intervenção em que fez um conjunto de anúncios sobre investimentos programados para as diversas ilhas e referiu aquele investimento que está programado para a ilha das Flores, a central da Ribeira Grande.

Ora, em 2018 tivemos aqui nesta Casa uma petição cujo objeto era precisamente este, a construção da hídrica da Ribeira Grande. Nessa altura, no exame em comissão da petição, conclui-se que havia apenas um estudo de impacto ambiental e este mesmo estudo era vago.

Ora, era de tal forma vago que utilizava os dados dos caudais de há mais de 20 anos.

Se por um lado a Sra. Secretária acabou de dizer que com a construção dessa mini-hídrica a ilha das Flores ficava autossuficiente em 85%, naquele mesmo estudo refere-se que com a construção da mini-hídrica a ilha das Flores aumentaria a sua capacidade de autossuficiência e o Sr. Presidente do Conselho de Administração da EDA dizia que em 80%. Portanto, logo aqui há uma diferença naquilo que o Presidente do Conselho de Administração da EDA diz e aquilo que a Sra. Secretária aqui nos vem dizer.

Para acrescentar a isso, não existe qualquer estudo económico que permita aferir do real potencial do benefício económico associado ao projeto para a ilha das Flores, em concreto, para as famílias, empresas que possam vir a ter acréscimo nos seus rendimentos disponíveis.

Mais, Sra. Secretária!... Se por um lado se fundamenta que o projeto com impactos permanentes e positivos associados à produção de energia elétrica, com benefícios indiretos associados ao nível das condições do uso de energia pelas comunidades locais, por outro lado conclui-se que é reduzida a sua magnitude e significado no contexto insular.

Ora, foi esse sempre o estudo que esteve por base de todo aquele investimento. Na altura, o PSD alertou que o estudo era vago, o estudo era pouco aprofundado e não dava a sustentação necessária para um investimento daquela magnitude.

Ora, nós sabemos que hoje já foi alterado, por exemplo, a localização da construção da central. Nós sabemos que hoje, após todo esse investimento que já foi feito ao nível dos projetos, é que se estão a fazer os estudos geológicos.

Sra. Secretária, um investimento dessa natureza só terá a sua plena utilidade quando daí reverterem para as pessoas benefícios sociais e económicos diretos para todos.

Sabe uma coisa, Sra. Secretária, a minha pergunta é a seguinte: por que é que depois desse investimento todo, é que estão a fazer os estudos necessários?

Por que é que não se fizeram esses estudos *a anteriori*, por forma a evitar os sobrecustos dos projetos?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):*

Muito obrigada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo*:*

Antes de mais e de responder a esta questão de forma direta, gostaria de dizer a importância que este investimento tem para o Governo dos Açores e tem para os Açores no seu todo e em especial para a ilha das Flores.

Nós estamos a falar de uma estimativa de termos a ilha com 80, 85%, claro que são estimativas porque estamos a falar, obviamente de projeto, de independência relativamente a combustíveis fósseis e conseguirmos alcançar isto é algo que nos deve encher a todos de orgulho, porque é de facto difícil de se alcançar.

Felizmente a ilha das Flores tem recursos que o permitem, nomeadamente os recursos hídricos que muitas outras não têm, isto é algo que nos permite fazer relativamente a esta ilha, ter um sonho, sonhar que de facto conseguimos ter aqui resultados que nos enchem de orgulho.

Relativamente às questões que coloca, não! Não se concluiu nesta Casa que o estudo de impacto ambiental era vago. Talvez o Sr. Deputado o tenha concluído. Nesta Casa não foi concluído de certeza, porque ele não é obviamente vago, naturalmente é um estudo relativamente a um projeto.

Efetivamente neste momento decorrem estudos geotécnicos, realizados pelo LREC, estamos a falar de investimentos complexos que têm de ser feitos com todo o cuidado e que exigem naturalmente todos os estudos, caso contrário estaríamos a ser irresponsáveis na forma como os executávamos.

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Exatamente!

A Oradora: Agora, Sr. Deputado vai desculpar-me, mas exigir que o investimento feito pela EDA que permite colocar uma ilha acima dos 80% em integração de renováveis na rede tenha de ter benefícios económicos para a população? Sr. Deputado, estamos a misturar tudo. Não sabemos do que é que estamos a falar.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Nós estamos a fazer um investimento que permite em termos ambientais ter autossuficiência, ter cuidado ambiental muito superior, conseguimos fazer tudo isso sem aumentar os custos de quem paga eletricidade nas Flores e o Sr. Deputado diz não chega! Não chega!... Temos de ter um benefício económico disso!

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado, mas o que é que nós queremos? Estamos a falar de uma empresa que produz eletricidade e tem como objeto integrar a maior parte possível de energia renovável e esse é um caminho que vamos percorrer.

O Sr. Deputado diz: "não chega, queremos ter benefícios económicos nas Flores pelos investimentos que estão lá a ser feitos!"

Oh, Sr. Deputado, nós podemos e devemos maximizar, naturalmente, todo este investimento que é feito, na promoção da ilha, como ela é uma reserva da biosfera e como isto está tudo alinhado com as políticas que o Governo tem defendido.

Pedir incentivos e ganhos económicos para quem vive nas Flores, por ter um investimento, que é extremamente positivo, …

Deputado Carlos Silva *(PS):* Isso é uma visão retrógrada!

A Oradora: … estamos a baralhar tudo. Não é disso que estamos aqui a tratar, não é assim que funciona uma empresa que investe em energia. Ela tem como objeto efetivamente ter algo muito importante para a ilha das Flores e isso é assinalável.

Estar a pedir ganhos económicos?! Mais do que ter este investimento, compete-nos a todos depois, públicos e privados, saber potenciar esse investimento.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Isto é do mais liberal que há!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho aqui uma pergunta concreta para o Governo Regional, em relação à temática que está sendo discutida, mas antes de mais gostava de dizer à Sra. Secretária, por aquilo que foi dito agora nessa câmara em relação ao investimento que será feito da ilha das Flores.

Sra. Secretária, esse investimento tem de ir ao encontro à população. A população paga excessivamente a eletricidade nos Açores e mais

especificamente na ilha das Flores, ou seja, que vantagem é que as populações têm em relação ao abastecimento da energia elétrica ser por recursos naturais.

Aliás, a Sra. Secretária sabe tão bem como eu que estes recursos naturais devem estar para servir as populações e servindo as populações e servindo a população da ilha das Flores, é que as famílias vejam na sua conta de eletricidade diminuído o preço da mesma.

Portanto, são valores exorbitantes. Estamos a falar de pessoas hoje, com um agregado familiar de quatro pessoas que pagam de eletricidade cerca de 60 euros por mês, que têm ordenados muito baixos, muitas vezes são precários, vivem de programa em programa …

Deputado Carlos Silva *(PS):* Onde isto já vai! Da eletricidade para os programas!

O Orador: … ou através do Governo Regional, ou através das Câmaras Municipais.

Sra. Secretária, é preciso pôr, sem dúvida nenhuma, este investimento ao serviço da população.

A minha pergunta vai no sentido se está disponível o Governo Regional para adquirir por parte da Região a totalidade do capital social do grupo EDA?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Muito obrigada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado, não posso deixar de referir que os florentinos pagam exatamente o mesmo custo que qualquer outro açoriano pela sua conta de eletricidade.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Exatamente!

A Oradora: Portanto, é errado, é falso dizer que se paga nas Flores um excesso relativamente aos restantes.

Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Não foi isso que foi dito! Não ponha palavras na minha boca!

A Oradora: É também falso querer induzir esta Casa ou quem nos ouve que pôr o investimento ao serviço da população, é traduzir esse investimento numa redução da sua fatura energética.

O que nós estivemos a falar aqui antes é exatamente o contrário. Nós temos investimentos na Região por sermos nove ilhas que implicam nove sistemas independentes de produção de energia, onde nós não conseguimos tirar mais valias da sua interligação, pelas questões geográficas; temos investimentos muito mais avultados, mas conseguimos não ter faturas energéticas mais avultadas, precisamente por termos compensações tarifárias.

O que o Sr. Deputado está aqui a dizer é: mas isso não chega, nós queremos pagar ainda menos que os outros …

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Claro nunca chega! Se não fizermos agora, fazemos amanhã!

A Oradora: … porque temos investimentos na ilha que nos permitem vender este nosso património que é fantástico, numa ilha linda, que é reserva da biosfera, temos de ter também ainda tarifas mais baixas que os restantes.

Peço desculpa, Sr. Deputado, isso não faz absolutamente sentido nenhum nesta lógica de funcionamento do mercado, nem da empresa.

Portanto, pôr o investimento ao serviço da população é fazer este investimento, é conseguir que a ilha beneficie efetivamente das mais-valias de ter este investimento.

Relativamente à pergunta reformulada, ela não tem nenhum contexto, não apresenta nenhuma mais-valia, não há neste momento, por parte da Região,

nenhuma intenção de alterar aquela que foi a sua política na altura de privatizar a EDA.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado Francisco César *(PS):* Se falar em grupos privados, eu não me importo, Sr. Deputado!

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que não vou desiludir o Sr. Deputado Francisco César.

A atual crise, a atual situação de crise, veio obviamente colocar em evidência a importância que tem o investimento público numa altura em que será mais do que previsível que o investimento privado tenha uma redução, o investimento público passa a ser ainda mais importante numa altura de tão forte e tão preocupante por que passamos e que, infelizmente, por aí vem.

Nesse sentido a EDA é uma empresa fundamental para a Região. É fundamental pelo papel que desempenha, o fornecimento de energia elétrica, de produção de energia elétrica, entre outros setores, mas é fundamental também porque é uma das empresas, senão a empresa pública regional com mais capacidade de investimento em alturas de crise o investimento é essencial.

Não vou aqui, obviamente, discutir a questão dos erros que se tomaram no passado no que diz respeito à privatização. Foi um erro, aliás os números o demonstram. Foi um erro, não do ponto de vista ideológico, mas foi um mau negócio objetivamente, porque a Região perdeu a longo prazo e perderá muito com isso.

A Região fez mal, no nosso entender, em propor que a EDA distribuísse a totalidade dos dividendos, lembrando até que foi o próprio Conselho de

Administração que propôs uma distribuição de dividendos de 3 milhões e meio, muito inferior àquilo que foi a distribuição da totalidade dos resultados, mas fez mal porque esses recursos, esse dinheiro, poderia servir para reforçar o investimento e antecipar o investimento da própria EDA.

Não se pode negar que, obviamente, esses recursos são importantes para o orçamento da Região, aqueles que vão para o orçamento da Região diretamente, como é óbvio, mas também não se pode negar que a EDA, enquanto empresa com capacidade de investir, também precisa deles para reforçar esse investimento e torná-lo mais reprodutivo, dinamizar a economia regional, descarbonizar a nossa produção de eletricidade e esses são objetivos fundamentais que a empresa pública, EDA, tem de prosseguir.

Neste sentido a pergunta que faço à Sra. Secretária, e é uma pergunta obviamente que espero que haja uma resposta que seja objetiva e que não seja apenas um explanar dos investimentos previstos, é que orientações – se é que deu! – deu o Governo Regional ao Conselho de Administração da EDA, no que diz respeito ao investimento; se deu orientações para reforçar, antecipar, recalendarizar o investimento que está previsto, ou se pelo contrário, considera que aquilo que está previsto deve manter-se sem qualquer alteração na altura de crise que vivemos e como já disse, é uma altura em que o investimento público tem um papel fundamental, um papel ainda mais importante e que, como todos sabemos, nesta fase …

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: … a EDA, como empresa que tem essa capacidade, deve desempenhar esse papel de dinamizar a nossa economia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Muito obrigada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradecendo a questão que é colocada gostava de deixar aqui uma nota também importante, no que diz respeito às questões sociais, que são questões diferentes daquelas que nós estamos a tratar aqui e para esse efeito existem, efetivamente, as tarifas sociais, existe um conjunto de políticas que têm permitido reconhecer a este grupo um papel importante.

Gostava de partilhar convosco a este propósito um pequeno excerto da última Assembleia desta empresa, onde é dito o seguinte: "são poucas as empresas em Portugal que têm como acionista um sindicato, na EDA, é o caso da Sinergia, que representa trabalhadores da EDA e que felicita o Conselho de Administração, ao longo dos últimos nove anos por ter mantido a sua porta aberta, premiando o diálogo e a preocupação constante com o bem-estar dos seus trabalhadores".

Acho que são referências que também importa deixar aqui quando se tentam referir apenas partes de uma história.

Relativamente ao investimento e agradecendo a pergunta em concreto, como referi há pouco, está programado até 2024 um investimento de 316 milhões de euros. Destes, mais de metade, dizem respeito a investimento em energias renováveis e em armazenamento de energia, nomeadamente através de baterias.

Como referi há pouco, este investimento distribui-se por todas as ilhas, todas as nove ilhas têm investimentos previstos para serem concretizados neste quadro e, naturalmente que estes investimentos são discutidos no âmbito, não só das Assembleias, mas também da administração e, claro que naturalmente têm o aval da Região.

Estes investimentos permitir-nos-ão chegar a 2025 com uma integração de 60% de renováveis na produção total de energia e, claro que sim, estas são decisões

tomadas de acordo com as orientações do Governo, num caminho que nós queremos que continue a ser seguro de integração de mais renováveis na rede, em prol naturalmente do percurso que temos vindo a fazer na Região e onde olhamos para as questões da sustentabilidade com muita, muita atenção e vemos especialmente como estas questões nos ajudam a progredir, não só do ponto de vista ambiental, mas também do ponto de vista económico.

Podemos ser hábeis em conseguir transformar esta matriz identitária, esta coerência de investimento em mais-valia económica e conseguir também colocar os Açores no mapa cada vez mais procurado de destinos sustentáveis.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra a sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Já foi aqui falado relativamente à questão das energias renováveis, sem dúvida que vivemos numa sociedade em que o consumo mundial de energia aumentou, em que os custos de produção aumentam, em que as exigências ambientais de todas as partes são crescentes e a EDA definiu, na sua estratégia com vista a este desenvolvimento sustentável, o aumento de recursos das fontes de energia renovável para assim aumentarem a sua eficiência e também a questão da proteção ambiental e tem como objetivo alcançar os já referidos 60% de integração de renováveis na rede.

A questão que lhe queria fazer neste âmbito e no caso da ilha de S. Jorge em que é a segunda ilha com valores mais baixos quanto às energias renováveis, estamos a falar de valores abaixo dos 12% e considerando que existem por parte da EDA e do Governo esta ambição de chegar a estes valores de integração de renováveis na rede, queria perguntar-lhe (e a Sra. Secretária falou de uma forma generalizada de algumas ações para diversas ilhas incluindo para a ilha de S.

Jorge) que ações concretas serão realizadas neste período na ilha de S. Jorge? Para quando estes investimentos? Já que estamos a falar de valores bastante abaixo das metas pretendidas. Estamos a falar de menos de 12% de integração na rede e como tal queria deixar esta pergunta, de quais as ações concretas e também para quando esse investimento, já que o prazo também não é assim tão dilatado para que se consiga alcançar esse fim.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

De forma muito concreta, sim, todas as ilhas têm efetivamente investimentos previstos e aqui gostava de deixar uma nota de que há aqui tipologias que fazem com que a capacidade de integração de renováveis seja um pouco diferente, pelo menos no seu objetivo. Quando não temos recursos hídricos que nos permitam aproveitar estes itens, temos mais limitação no crescimento das renováveis nesta fase, mas a tecnologia está evoluindo, estamos atentos à mesma, por forma a ir investindo também nela.

Nas ilhas onde não temos esses recursos os objetivos nesta fase são alcançar cerca de 30% de integração de renováveis, que é o que acontece no caso de S. Jorge.

Em concreto para S. Jorge e no período que estávamos a falar de 2020 a 2014, está prevista a instalação de um parque fotovoltaico, de 1 megawatt, em 2022 e prevê-se também a remodelação do parque eólico com a substituição de 6 torres de 30 kW, por 3 de 900, no decorrer do ano de 2024. É isto que está no plano da EDA e é por este plano que nos bateremos, naturalmente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos agora para a segunda pergunta, no âmbito deste primeiro objeto, que são as questões relacionadas com o grupo EDA.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Foi aqui dito no âmbito da resposta que foi dada à primeira questão que foi colocada pela Representação Parlamentar do PPM, que o PPM queria acabar com as transferências da ERSE.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Sra. Presidente, isso não é a pergunta!

Olhe o Regimento!

O Orador: O que eu quero dizer é que isso é absolutamente falso, até gostaria de utilizar uma palavra mais forte: isso é mentira!

A verdade é que quando aqui se diz "se mexermos nos 25 milhões que foram transferidos para os cofres dos grupos privados, nos últimos três anos, da EDA (para os grupos privados, se mexermos), as transferências da ERSE podem terminar", é o papão que se está aqui a levantar.

"Se mexermos nesse dinheiro, nos bombons, nos rebuçados

" que são dados aos grupos privados, no âmbito das transferências da ERSE, nós podemos perder isto."

Ora, isto é falso! Isto é mentira!

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Não é não!

O Orador: O que aqui foi apresentado por parte da Representação Parlamentar, é uma preocupação, uma preocupação partilhada pela generalidade da população dos Açores e a preocupação é esta:

Foi dito aos açorianos, num momento difícil em que era difícil e continua a ser muito difícil para muitas famílias açorianas pagar a eletricidade ao preço que

está, foi-lhes dito: "não, não, as regras da ERSE não permitem, não para a população em geral, para os mais desfavorecidos, para aqueles que estão em grandes dificuldades. Não! As regras não permitem!"

Não é curioso que as regras, essas mesmas regras que não permitem que só se auxilie a população (não é curioso?) permitam que mais de 8 milhões de euros sejam dados aos grupos privados? Não é um paradoxo?

Deputado Carlos Silva *(PS):* Sr. Deputado, e a SATA?! Tanta demagogia!

O Orador: Então para os pobres, para os desfavorecidos não pode ser, mas pode ser para os poderosíssimos grupos, interesses privados já pode ser, aí já pode ser.

Este é o paradoxo desta questão e a população não entende: "ah, para mim não pode ser, que tenho dificuldades em chegar ao final do mês, em que tenho enormíssimas dificuldades para colocar comida em cima da mesa, para mim não pode ser", mas para o Grupo Bensaúde, já pode ser! E para os grupos privados já poder ser! Coitados, eles precisam tanto e a população não precisa nada!

A questão aqui é uma questão de imoralidade, de saque à empresa.

Vejam bem, é de tal forma evidente que o grupo EDP, que tem 10% das ações, que tem 10% do capital social diz assim: avisa na última reunião realizada …

Presidente: Agradeço que faça a pergunta.

O Orador: Já vou fazer a pergunta.

… de acionistas que isto é perigosíssimo, que há um endividamento, tem de existir contenção porque existe um endividamento e isso resulta da distribuição de resultados.

Portanto, a própria EDP diz: não, não podemos seguir este caminho porque isto está a destruir a empresa (a própria EDP). E a pergunta é:

Esta transferência, só os últimos três anos, de cerca de 25 milhões de euros para os grupos privados, através dos dividendos, o que é que isto poderia ter

significado em termos de investimento nas energias renováveis, cuja penetração é apenas de 38%, quando o Governo apontava para resultados fabulosos de 50, 60%? Estamos a muito meio caminho, 38%. Porquê? Porque o dinheiro dos lucros da EDA está a ser direcionado para …

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Isso é um desrespeito, Sra. Presidente!

O Orador: … para os cofres dos privados e não para os investimentos que têm de ser feitos, nomeadamente nas energias renováveis.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado do PPM, permita que lhe diga que não tem mais presente do que nós, quais são as ambições e as preocupações dos açorianos no que diz respeito ao setor da eletricidade.

Querem naturalmente ter energias limpas e querem naturalmente não ter custos acrescidos na sua fatura de eletricidade, apesar de terem noção de que os investimentos que têm de ser realizados na Região, são investimentos mais avultados pela nossa dispersão em nove ilhas, enquanto região arquipelágica, e por não termos acesso natural ao mercado liberalizado, conseguimos mesmo assim ter e garantir que a preocupação dos açorianos seja confortada: não ter custos acrescidos.

Portanto, Sr. Deputado, essas são as preocupações e são essas que têm tido resposta por parte do Grupo EDA e por parte do Governo Regional dos Açores.

Sr. Deputado, permita-me que lhe volte a responder ou dizer o seguinte: falar demagogicamente em saque à empresa …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* É verdade!

A Oradora: … sem ter a mínima preocupação de olhar para os resultados daquela empresa, para uma demonstração de resultados, para um balanço daquela empresa e perceber como é que se compõe um resultado, como é que se vê se uma empresa é efetivamente sólida, não ter consciência, não querer saber que estamos a falar de uma empresa que tem uma autonomia financeira de 38%, de uma empresa que tem resultados transitados acumulados superiores a 100 milhões de euros, é não querer saber a realidade e usar apenas a demagogia para tentar passar uma imagem que é falsa, relativamente àquela que é a política energética na Região.

Relativamente à referência que faz sobre o que consta na ata sobre a EDP, gostava que referisse tudo, porque não podemos apenas referir parte.

Nessa ata, a EDP refere que "reconhece, no entanto, o caráter de excecionalidade da situação atual e a necessidade de continuar a contribuir para a Região Autónoma dos Açores, num ano que, em termos económicos, será dos mais difíceis das últimas décadas".

Portanto, quando lemos uma parte, devemos ler o resto. Quando falamos em situação financeira devemos saber do que é que estamos a falar, porque é isso que está efetivamente aqui e em causa.

Sr. Deputado, sejamos honestos: estamos perante uma gestão profissional, uma empresa sólida. Tem um grupo financeiro privado, é certo, que teve investimento quando adquiriu a sua parte e agora tem também os resultados na remuneração do seu capital. Temos tarifas para os açorianos que são iguais àquelas que temos no continente …

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

A Oradora: … numa situação de mercado completamente diferente, temos apoios sociais para as situações em que tal é necessário e temos um objetivo ambicioso de continuarmos a investir e conseguirmos ter mais integração de renováveis na rede e conseguirmos chegar em 2025 com 60% de integração.

Esse é o nosso caminho, é isso que continuaremos a fazer apesar de toda a demagogia que possa ser colocada nesta questão.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pediu a palavra para?

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Para um protesto.

Fui acusado de demagogia. Chamar demagogo a alguém é ofensivo!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Dispõe de 3 minutos.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu solicitei este protesto, porque acusar um deputado desta Casa, seja ele qual for, de demagogo, continua a ser ofensivo.

Eu sei que agora este tipo de linguagem, de vocabulário, está a entrar nos debates parlamentares, mas não é uma boa prática. Não é uma boa prática! Chamar alguém de demagogo …

Deputado Francisco César *(PS):* São as regras da democracia!

O Orador: … continua a ser profundamente ofensivo, pelo menos no que diz respeito à Representação Parlamentar do PPM.

É preciso manter a elevação e o sentido institucional, ainda por cima quando isto vem e é direcionado por parte do Governo Regional. Nenhum dos membros do Governo Regional se deve dirigir assim a um deputado desta Casa.

Dito isto, eu quero dizer o seguinte: Sra. Secretária, a Sra. Secretária não pode chamar de demagogos a quem tem uma opinião diferente da sua.

Oiça: o que eu lhe disse foi que muito do equilíbrio financeiro, e ainda bem, tem a ver com os 871 milhões de euros que foram transferidos da ERSE desde 2006 a 2019, 871 milhões de euros, é um facto Sra. Secretária.

Deputado Carlos Silva *(PS):* A Madeira também recebeu!

O Orador: É um facto, não é a minha opinião, é um facto.

Eu condenar que num momento de crise, num momento tão difícil que nós estamos a enfrentar, transferir para grupos privados este ano… Entre a 2006 a 2009, foram transferidos 115 milhões de euros em dividendos, enfraquecendo obviamente. Se lhe retira os lucros, enfraquece a capacidade de investimento da empresa. Isto é demagogo?

Isto é evidente! Isto é dois mais dois.

Se se retira os lucros a uma empresa, em que é que isso afeta a capacidade de investimento? Afeta, claro que afeta! Deixa de ter os lucros para os reinvestir, como é evidente!

Isto é demagogo, Sra. Secretária? Isto é demagogia?

Diga-me uma coisa, nestas circunstâncias tão difíceis o Governo ao contrário do que o Conselho de Administração disse… O que o Conselho de Administração o que disse foi que" não, nós propomos três milhões e meio de euros que sejam distribuídos". E o Governo, que como sabe tem 50,1% de capital social, chega lá e diz assim: nós queremos ficar com tudo, queremos distribuir tudo. Não ficam lucros, queremos ficar com os lucros todos, metade fica para nós e a outra metade fica para os grupos privados, não me interessa que metade vá para os grupos privados, mais de 8 milhões de euros para os grupos privados."

Isto é um facto, Sra. Secretária, não é uma opinião demagógica! É um facto e eu acho isto errado.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Eu termino.

Eu acho isto errado e só por eu achar isto errado, sou um perigoso comunista, porque acho que isto é uma coisa profundamente errada favorecer poderosos grupos privados, dizer que não e voltar as costas ao povo e àqueles que vivem dificuldades?

Isto é demagogia?

Isto são prioridades, a prioridade da Representação Parlamentar do PPM nesta questão é que estes lucros sejam investidos, por exemplo, no aumento da penetração de renováveis.

Já terei oportunidade de responder a V. Exa. assim que terminar a sua resposta a este protesto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto dispõe de dois minutos, Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Muito obrigada, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, a referência que fiz não se referia a si pessoalmente, não lhe chamei de demagogo, mas disse que sim que fez demagogia

…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* E quem faz demagogia como se chama?

A Oradora: … e continuo a dizer porque efetivamente comparar a distribuição de dividendos com a remuneração de capital, é efetivamente demagogia.

Distribuição de dividendos com remuneração de capital, não tem nada a ver com compensações tarifárias, que é uma matéria completamente diferente, tem naturezas e tem dimensões diferentes.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Tem dimensões, é claro que tem!

A Oradora: E como referi há pouco, a distribuição de dividendos, que é componente da Região Autónoma dos Açores, é uma parte importante utilizada no plano de investimentos da região e que nos permite fazer política social, investimento em educação e também em energias renováveis, em mobilidade elétrica.

Portanto, estamos a comparar coisas que não são comparáveis. Aquilo que é distribuído em termos de dividendos, quer à Região, quer aos restantes

acionistas, nada se compara, nem em natureza, nem em montante com as indeminizações compensatórias que são recebidas.

Mais do que isso!... Quando nós estamos a dizer que se retiramos resultados de uma empresa, estamos a diminuir a sua capacidade de investimento, temos de olhar para o resto, Sr. Deputado.

A EDA tem no seu balanço mais de 100 milhões de euros de resultados transitados e, portanto, por muito que queira não pode dizer que nós estamos a diminuir a capacidade de investimento da EDA, porque ela tem de facto resultados acumulados que permitem continuar a fazer investimentos e dar concretização a este plano que já foi referido aqui e que é um plano público apresentado e defendido pela EDA com o suporte natural do Governo Regional dos Açores.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Para a réplica, tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sra. Secretária, diz V. Exa. que eu fiz demagogia e que não me chamou de demagogo. Isso é a mesma coisa que dizer que eu roubei e que não sou ladrão. É evidente que as palavras têm consequências.

Mas, Sra. Secretária, o que interessava verdadeiramente é que V. Exa. explicasse como é que o Governo projetava, e a própria EDA, 50, 60% de penetração das energias renováveis e o relatório da EDA o que diz é que são 38,3%.

Sobre isso V. Exa. não disse nada. Sobre isso V. Exa. não assumiu as culpas e sobre isso V. Exa. não explicou por que é que este objetivo não foi atingido.

Sobre isso V. Exa. não explicou, mas eu digo-lhe, fazendo aqui, de acordo com as teses de V. Exa., mais um exercício de demagogia que é a seguinte: Sra.

Secretária, essa falta de resultados não terá a ver com o dinheiro que foi retirado à empresa, os lucros que foram retirados à empresa nos últimos anos?

Oiça, 18 milhões em 2017; em 2018, 17 milhões e agora mais 16 milhões.

Se lhe retira todo este dinheiro, a empresa, obviamente, não pode investir o suficiente para alcançar os resultados que V. Exas. projetaram e sobre isso V. Exa., não disse nada, 38,3% de penetração de energias renováveis.

Onde é que está o céu, os 50 e os 60% que Vs. Exas. falavam?

Não tem relação! É esta sangria da empresa que Vs. Exas. provocam diretamente na empresa, porque a decisão é vossa, não é a EDA que decide, é o Governo que dá orientações para, desculpem a expressão, rapar os lucros todos da empresa. É o Governo que dá essas instruções!

O Conselho de Administração diz 3 milhões e meio.

Não, os senhores chegam lá e tiram tudo o que lá está e não se interessam que essa parte, metade vá para o orçamento regional, é verdade, e a outra metade vá para os grupos privados.

É por isso que não há o dinheiro suficiente para fazer o investimento que é necessário fazer para acautelar duas coisas: para acautelar os interesses dos consumidores de eletricidade nos Açores e para acautelar o progresso do ponto de vista do aumento significativo da penetração das energias renováveis nos Açores e que se possa crescer para além destes miseráveis 38,3%.

Acho que é preciso e é possível fazer muito mais, mas para isso não se pode continuar a tirar o conjunto de lucros que a empresa consegue gerar.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Com este tipo de política, com este tipo de intervenção na empresa, não é possível assegurar o crescimento que é necessário fazer nesta área.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu participo neste debate, porque compreendendo embora alguns argumentos do Sr. Deputado Paulo Estêvão (não concordando com eles, mas compreendendo os seus argumentos), não deixo de achar curioso que o Sr. Deputado entre num exercício que falha em duas ou três perspetivas.

A primeira delas é a seguinte: o Sr. Deputado insurgiu-se, porque lhe chamaram demagogo.

Bom, o Sr. Deputado foi o próprio que chamou mentiroso ao Governo.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não, não!

Deputada Maria Graça Silva *(PS):* Sim, sim!

O Orador: Sim senhor.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, se o senhor está tão preocupado com a atividade política e o discurso, devia começar por dar o exemplo …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* E dei!

O Orador: … e ver que efetivamente não se pode queixar de lhe terem dito que fez um exercício de demagogia, quando o senhor chama os outros de mentirosos, porque de acordo com o seu raciocínio …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* É mentira!

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Não é!

O Orador: Lá está!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Isso é mentira!

O Orador: Espero que o tempo tenha em atenção as interrupções.

… quando o senhor disse há bocado: Não, não, permitam-me a expressão "é mentira". Estava a chamar mentiroso ao Governo.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Claro!

O Orador: Não, não me parece que seja assim!

O Sr. Deputado falha num pressuposto base da sua crítica, que é esta ideia de que o Governo chega ao final do exercício da EDA e distribui a grupos privados dinheiro.

Isso não é verdade, Sr. Deputado!

Cada partido nesta Casa terá o seu entendimento quanto à forma como a nossa economia deve funcionar. Da parte do PS a iniciativa privada tem uma parte importante.

Sabe por que é que o grupo Bensaúde e a EDP e o Governo Regional recebem dividendos da EDA?

Não é por ser o Governo Regional! Não é por ser o grupo Bensaúde, nem por ser a EDP! É porque são acionistas daquela empresa.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: Portanto, no caso do Governo até a história recuou um bocadinho mais, mas no caso dos grupos privados, eles pagaram para ser acionistas daquela empresa e é essa parte que não pode ser esquecida, …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* E já receberam o dobro!

O Orador: … porque não pode é chegar aqui o Sr. Deputado, ou qualquer Deputado nesta Casa e dizer: atenção, há aqui uma postura de rapina em relação à EDA, vejam lá, a beneficiar os privados, transferem dinheiro para os privados!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Exatamente!

O Orador: Não! Não é assim, …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* É assim!

O Orador: … pode não servir muito o seu argumentário, mas não é assim.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* É assim!

O Orador: Não é, porque naquele caso, aqueles privados, como em qualquer outro caso, até de uma empresa privada, os dividendos recebem-se porque efetivamente se recebe e se é parte daquela empresa, assumindo não só a parte

dos dividendos, mas assumindo também os encargos e os custos que derivam dessa qualidade de acionista …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* É obrigado…!

O Orador: … mas essa parte, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não lhe convém referir na sua argumentação.

Portanto, vamos tornar claro aqui uma coisa: no momento em que a EDA tem um investidor privado, esse investidor tem direito a receber os dividendos da sua participação.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Quanto? A quanto é que tem direito?

O Orador: Portanto, se o Sr. Deputado discorda disso está no seu direito…

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Presidente.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

… mas o que não pode é chegar a esta Casa e acusar o Governo de estar a transferir dinheiro para os privados …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* É isso mesmo!

O Orador: Não, Sr. Deputado Paulo Estêvão! A realidade não é só essa.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor é inteiramente livre de entender que a EDA deveria ser nacionalizada, deviam ser expulsos os privados da EDA e, portanto, não deveria de haver, provavelmente, e é legítimo pensar dessa maneira, eu não concordo, (eu não concordo!), …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* A Bensaúde também não!

O Orador: Não é só a Bensaúde, Sr. Deputado!

Olhe, é um bom tema para se saber quem é que pensa aqui nesta Casa como o senhor e quem é que não pensa.

Da parte do PS os privados têm um papel importante e essencial na economia açoriana.

Segunda questão: nada disso invalida as medidas de apoio social que foram, são e continuarão a ser implementadas pelo Governo nomeadamente naquilo que tem a ver com a ajuda ao pagamento da fatura da energia elétrica.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* O dobro do que eles tinham direito!

Presidente: Agradeço que termine!

O Orador: Terceira questão: Sr. Deputado a questão das energias renováveis, não é algo que envergonhe os Açores, é algo que orgulha os Açores com um contributo importante da EDA, do Governo e dos parceiros, sejam eles públicos ou privados.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Está contente?

O Orador: Em relação, por último, a todas as questões que o Sr. Deputado Paulo Estêvão está a tentar misturar, que tudo isto no fundo se trata de uma grande confusão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, só há confusão aqui na sua cabeça!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) Deputado Alonso Miguel *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós não temos obviamente nada contra objetivos ambiciosos, muito pelo contrário, agora o objetivo que está definido de 60% de penetração de

renováveis, quando em 2019 era apenas de 38,3%, obviamente é um objetivo bastante…

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Aquém!

O Orador: Enfim, fica bastante acima e é bastante ambicioso, mas já foi mais, Sra. Secretária.

Eu recordo que a senhora em maio de 2019 dizia, numa conferência de imprensa no Pico Alto, que em 2024 seria de 67% de penetração de renováveis, dois terços de penetração de renováveis.

Ora, eu pergunto-lhe – seguramente que para atingir objetivos ambiciosos desses será necessário garantir os sistemas de armazenamento por baterias, para garantir o aproveitamento de energia excedentária – se o Governo acredita que estes sistemas estarão concluídos nas datas que estão previstas, nomeadamente 2022 na Terceira e 2023 em S. Miguel, até porque nós temos a experiência do que aconteceu com as centrais hídricos renováveis que foram, enfim, anunciadas em 2012 e nunca chegaram a ver a luz do dia, nunca chegaram a ser uma realidade e foram substituídas por estes novos projetos de baterias.

Portanto, a pergunta é se facto acredita que poderão estar concluídos estes sistemas de armazenamento por bateria, nestas datas 2022 e 2023, e se por outro lado apenas com estes três sistemas que estão projetados (S. Miguel, Terceira e Santa Maria), se é o suficiente ou não para atingir – já não falo nos 67% de penetração, dos tais dois terços – os 60% que a EDA prevê?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Muito obrigada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma pergunta, de facto, importante, que agradeço e que nos dá oportunidade também de esclarecer algumas questões.

Efetivamente, e aqui retomando ao início da Legislatura, em 2016 e 2017, havia efetivamente uma perspetiva de se alcançar a integração de renováveis com base em pressupostos, que depois foram alterando também com o decurso da evolução tecnológica, que nesta matéria é de facto bastante importante. Nada disto tem, como todos já percebemos, a ver com a distribuição de dividendos, mas sim com questões técnicas, que é importante de facto explicar.

Como eu referi há pouco, quando falava em cada uma das ilhas e da perspetiva que nós temos para aquilo que será a integração de renováveis em cada uma delas, referia que em ilhas onde nós não temos recurso geotérmico, nem o recurso hídrico, o objetivo é conseguirmos com combinações entre fotovoltaico e eólico e baterias, termos integrações na ordem dos 30% e isto acontece, como referi há pouco, por exemplo, também para S. Jorge, acontece também para o caso do Corvo como ainda há bocadinho também dei essa nota.

No caso de nós termos geotermia, como acontece em S. Miguel e na Terceira, podemos de facto ambiciar taxas de integração mais perto do 70% e de facto com o contributo também importante para o total.

Relativamente à Graciosa temos um projeto diferente que foi feito na altura, ainda com taxas de remuneração de energia, o triplo daquelas que nós temos hoje. Foi um projeto *sui generis*, também muito acarinhado por ser na altura um projeto piloto que veio demonstrar a importância das baterias e que foi também importante, até na própria Região, para percebermos como é que as combinações entre as tecnologias seriam mais produtivas nos investimentos a realizar.

Dizia há pouco que em 2016 e 2017 estava, de facto, a estudar-se as hídricas reversíveis para S. Miguel e para a Terceira. Todavia a evolução tecnológica tornou bastante óbvio que em termos de resposta no sistema electroprodutor, as

hídricas têm algum atraso. Isto hoje é muito óbvio e percebemos que apenas as baterias e a térmicas conseguem dar uma resposta rápida e isso é muito importante para nós assegurarmos uma energia constante e segura porque não podemos naturalmente correr riscos relativamente a esta matéria.

Dava-nos nota, também, que relativamente a essa questão e à evolução que temos tido no que diz respeito à tecnologia, hoje temos de facto baterias bastante mais acessíveis, elas não fazem ainda para o serviço elétrico o armazenamento propriamente dito, elas são muito importantes para regular a rede, mas conjugadas com as energias renováveis, neste caso eólica e solar, que são bastante intermitentes, conseguimos ter de facto aqui um composto que nos permite ambicionar ter integrações na ordem dos 30%.

Gostava de vos dar nota de que de facto temos este objetivo de conseguir alcançar os 60% em 2025. Claro que isto está dependente também de alguns investimentos privados, está dependente também da entrada, ou não, em funcionamento de valorizações energéticas, de os investimento que fazemos na geotermia e também da sua potência, porque como sabemos nesta matéria nós estamos a trabalhar com a natureza e quando fazemos perfurações não sabemos o que vamos encontrar, portanto há sempre aqui também alguma margem que devemos considerar. Mas gostava de dar-vos nota que esta ambição de conseguirmos chegar aos 60% é, de facto, marcante e faz diferença face àquilo que nós temos em arquipélagos semelhantes. Gostava de vos dar nota de que, por exemplo, o que a Madeira tem atualmente em integração de renováveis, e são apenas duas ilhas com mais facilidade de conseguir rentabilizar investimentos, está na ordem dos 30%; as Canárias está na ordem dos 7%.

Portanto, é importante termos aqui uma comparação e percebermos onde é que nos encontramos e como é que estamos e para onde é que queremos de facto ir e como é que podemos fazer.

Temos um plano de investimentos detalhados ilha a ilha, como há pouco partilhei convosco, temos as condições para fazê-lo, temos de estar atentos, naturalmente à evolução tecnológica, porque ela dá-nos pistas importantes para como podemos melhorar os investimentos a fazer e como todos sabemos, nos últimos anos, estas questões têm evoluído bastante. Portanto, fazem toda a diferença no plano de investimentos e nas perspetivas que são definidas precisamente para os investimentos das energias renováveis, no caso do grupo EDA, que se refletem naturalmente depois em toda a Região.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 31 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 08 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Jorge Jorge ocupou o seu lugar na Mesa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade à sessão de perguntas. Estávamos no âmbito da segunda pergunta do 1.º objeto: questões relacionadas com o Grupo EDA. De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições para este objeto. Sendo assim vamos avançar para o segundo objeto desta sessão de perguntas: "questões relacionadas com o Grupo SATA".

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das questões mais relevantes no âmbito do atual contexto que temos de enfrentar são as questões que estão relacionadas com a SATA e os apoios que ela pode ter no âmbito do atual contexto.

Temos um bom exemplo. Temos um exemplo daquilo que está a acontecer com a TAP, que tal como a SATA (mas a SATA ainda mais do que isso) estava já a enfrentar uma situação muito difícil, antes da pandemia.

Nós estávamos a enfrentar uma situação catastrófica, do ponto de vista financeiro.

O que nós verificamos é que com esta crise, como é evidente, a SATA tem os mesmos problemas que estão a enfrentar outras empresas e todo o setor do transporte aéreo no mundo, empresas muito fortes, muito saudáveis até do ponto de vista financeiro estão a enfrentar enormíssimas dificuldades.

Por isso todos os governos do mundo, e em especial os governos europeus, estão a preparar planos de apoio a estas empresas.

Nós conhecemos o caso da TAP. O Governo da República já comunicou que existe um pacote financeiro, entre os mil e os mil e duzentos milhões de euros, que será disponibilizado para apoiar, para resgatar a TAP, em determinadas condições. Uma delas já sabemos: terão de entregar um plano de recuperação no prazo de 6 meses.

Ontem foi notícia, que não foi desmentida, que esse plano incluirá o despedimento de 1200 trabalhadores (1200 trabalhadores!). Foi notícia que esse

plano, e estou a falar da TAP, iria provocar o despedimento de 1200 trabalhadores.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Qual foi essa fonte?

O Orador: Sabendo-se isto, quer no plano europeu, quer especificamente no caso da TAP, o que é que se sabe em relação à SATA nos Açores?

Não se sabe nada, porque o Governo Regional não transmite essa informação.

Portanto, a pergunta é muito concreta: qual é o conteúdo do dossier que foi enviado para a União Europeia, e foi enviado para o Governo da República, em relação a esta matéria?

Qual é o conteúdo das negociações que estão a ter?

Já sabemos que a TAP precisa de 1200 milhões de euros.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que faça a pergunta.

O Orador: Quanto é que necessita a SATA?

Que contrapartidas nos estão a ser solicitadas?

É o despedimento de trabalhadores, tal como em relação à TAP?

Que condições nos estão a ser impostas, no caso de ter sido entregue o dossier?

E se o dossier não foi entregue e se não existe nenhuma negociação, do que é que o Governo está à espera para poder participar, entregar este dossier e, sobretudo, informar o Parlamento dos Açores em relação a este assunto da maior importância para todos os açorianos?

O Parlamento dos Açores tem de estar informado! O Governo tem a obrigação de informar este Parlamento sobre este dossier.

As questões fundamentais são estas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, caros colegas do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Não é pelo facto do Sr. Deputado Paulo Estêvão se ter lembrado desta situação, aliás, à semelhança de todos os partidos políticos, que significa que não estejamos a trabalhar naquilo que é o Plano Estratégico e de Negócios do Grupo SATA.

Aliás, o Conselho de Administração ao tomar posse, tinha-se comprometido com um determinado prazo, que aliás veio a cumprir, mas que, entretanto, foi interrompido pela situação que atualmente vivemos e que impôs que esse plano de negócios e de reestruturação da empresa fosse reavaliado face àquela que é uma situação que, como todos sabem, e como o Sr. Deputado bem fez referência, tem atingido todas as companhias aéreas no mundo todo.

Neste momento, esse plano estratégico e de negócios está a ser finalizada a sua elaboração. Obviamente que incluirá uma reestruturação também ao nível financeiro, sem esquecer os diversos aumentos de capital que o Governo tem vindo a fazer, enquanto acionista, o último dos quais a 23 de março passado, no valor de 80 milhões.

Também não é novidade nenhuma (e é com isto que estamos a trabalhar), que essa reestruturação financeira, cujo valor ainda não está definido, depois dependerá da conclusão do Plano Estratégico e de Negócios, implicará, dependendo da sua natureza, quase certamente uma notificação à União Europeia na medida em que consubstancia um auxílio de Estado.

Como disse o Sr. Deputado, e bem, a situação da TAP é em tudo idêntica, em termos de procedimento, mas não será idêntica nem quanto à forma de financiamento, nem será novidade nenhuma em relação àquilo que já existia antes desta situação da pandemia.

A União Europeia flexibilizou de facto algumas das regras do auxílio de Estado, mas não queremos que se aplique neste caso concreto.

Outra situação que importa informar e desmistificar, como já o disse por várias vezes, é que esta notificação de auxílio de Estado não implica qualquer subvenção atribuída por parte da União Europeia às companhias aéreas.

Implica, sim, a entrada de capital, neste caso da Região, ou uma reestruturação do financiamento do grupo que terá de ter a garantia da Região, e isso sim, é que é o auxílio de Estado, porque na medida em que é um elemento que distorce a concorrência, terá de ser notificada a União Europeia e bem justificado.

O processo começa também, como disse o Sr. Deputado, pela atribuição de um auxílio de emergência, havendo depois o prazo de seis meses para apresentação, que pode ser inferior até, para submissão do próprio Plano Estratégico e de Negócios, devidamente validado e sujeito a eventuais alterações que possam ser impostas por parte da União Europeia, como condição para autorizar o auxílio de Estado.

Não invalida, no entanto, que seja feito um primeiro auxílio de emergência, como também não invalida que para determinação desse primeiro auxílio de emergência, nós tenhamos de ter de forma muito clara qual o valor necessário e a sua forma de concretização.

Portanto, respondendo às suas perguntas, Sr. Deputado, o dossier não poderá ainda ser conhecido porque não está concluído, está em fase de conclusão, e prevemos que o Conselho de Administração o apresente ao acionista ainda durante o mês de junho.

Não há negociações ainda nessa medida com a União Europeia, nem lhe posso dizer o valor do envelope financeiro que será necessário a essa reestruturação financeira nesta da, na medida em que o plano de negócios ainda não está concluído.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Não é obrigatória a réplica!

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Informo já V. Exa. que utilizarei sempre a réplica.

(Risos dos Deputado João Vasco Costa)

Utilizarei sempre a réplica como o instrumento de esclarecimento desta câmara e dos açorianos.

Então desta vez a resposta é uma resposta objetiva: quero felicitar V. Exa. por esse facto. Ou seja, V. Exa. o que disse é: há uma situação de urgência em relação à resolução, e temos de atacar e resolver o problema financeiro da SATA.

O que V. Exa. disse foi que ainda não está feito.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Ainda não foi apresentado!

O Orador: Ou seja, estes meses todos, uma situação de urgência, uma situação tão difícil, em que todos os governos já estão a avançar (eu vejo planos de reestruturação por toda a Europa), nós até parece que estamos a sair de uma situação em que a SATA estava no melhor dos mundos e poderia suportar qualquer embate.

Ou seja, os outros já têm as coisas feitas, nós não temos nada feito: o dossier não foi entregue, o plano de negócios não está feito, a reestruturação não está feita, o cálculo da verba que será necessária desse envelope financeiro de auxílio de Estado, que deverá ser submetido à autorização da União Europeia, também não está feito.

Então o que é que está feito? O que é que está feito em relação a esta matéria? Quais são os timings? Quando é que o Governo entrega isto? Quais são as

condições que o Governo está na disposição de aceitar no âmbito da reestruturação da empresa? Que indicações deu à empresa nesse sentido?

É porque nós sabemos muito pouco do histórico. Quero aqui recordar a V. Exas. que o anterior plano de negócios que foi solicitado pelo PPM, o Governo não o tornou público, embora seja a isso obrigado do ponto de vista daquela que é a prática democrática e institucional. Mas nós pedimos cópia desse plano de negócios e não nos foi fornecido.

A questão essencial aqui, Sra. Secretária, é dizer-lhe o seguinte:

Esta questão é uma questão que exige urgência em relação a esta matéria, que exige total transparência, porque V. Exa não nos dá aqui nenhum dado, V. Exa. não se compromete com nenhuma data.

V. Exa. e o Governo que integra não tem, em relação a esta matéria, nenhuma informação a dar a este Parlamento.

Então chegamos aqui e ficamos como estávamos. Em relação ao dossier SATA não sabemos nada, porque nada está feito e V. Exas em relação à reestruturação, às linhas de força desta reestruturação, em relação à dimensão do dossier financeiro, V. Exas. sobre esta matéria não querem fornecer nenhuma informação.

Por isso, Sra. Secretária, V. Exa. foi objetiva a dizer que não tem nada para dizer a esta câmara.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O que eu lhe peço é que nos possa dar as linhas força dessa reestruturação e qual é o cálculo do Governo em relação ao prazo em que irá decorrer este processo e também as linhas força deste plano de reestruturação e a dimensão do envelope financeiro que será necessário injetar na SATA.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, colegas do Governo, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Eu já respondi às suas questões, Sr. Deputado.

Se quer entender que não está nada a ser feito quando eu disse que o plano estava a ser ultimado e deveria ser apresentado ainda este ano, interpretação sua.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Este ano?

A Oradora: Este ano, não. Este mês de junho, peço desculpa.

Quando lhe disse que nos iriamos socorrer de todos os instrumentos em vigor para continuar a auxiliar o grupo SATA, entende isto não ser nada.

Quando eu lhe falei e fiz referência aos aumentos de capital que têm vindo a ser feitos, o último dos quais no passado dia 23 de março de 2020, o Sr. Deputado entende isto não ser nada.

Há que definir, há que estabelecer aquilo que queremos de um Conselho de Administração também da SATA e deixarmos de ter aqui uma posição constantemente que entra em contradição.

Neste momento, quem tem a incumbência de apresentar o Plano de Negócios, o Plano de Reestruturação e de dizer quanto é que é preciso para a empresa é o seu Conselho de Administração, que irá apresentar isso ao acionista e o acionista validará.

Não há aqui que traçar linhas que não seja manter aquela que é a missão do grupo SATA e que foi bastante realçado nesta época infeliz que acabámos de passar e que ainda estamos a passar.

Gostava também de lhe deixar algumas notas em relação àquilo que já tem vindo a ser implementado de medidas ao longo deste período de pandemia,

apesar de não serem medidas avulsas e de depois posteriormente estarem integradas no Plano Estratégico de Negócios a validar pelo acionista.

Sabe-se que a SATA, a título meramente exemplificativo, recorreu a determinadas medidas como o *lay-off* para proteção dos postos de trabalho da empresa, ao teletrabalho, a programas de pré-reforma e reformas antecipadas, a alteração e antecipação de férias, a suspensão de processos de recrutamento e de mobilidade interna, a diferimento de alguns dos pagamentos à segurança social e a algumas obrigações impostas em termos de IRC e IRS à semelhança de outras empresas, a moratórias nos pagamentos de empréstimos bancários no âmbito da legislação nacional, acesso a linhas de financiamento disponibilizadas pelo Governo dos Açores, tem vindo a renegociar muitos contratos com alguns fornecedores, pedido perdão de pagamento de taxas portuárias e obtenção de fundos para amortização de valores em dívida para disponibilização em tesouraria.

Tudo isto são medidas que têm vindo a ser adotadas pelo Conselho de Administração e que integrarão, em última análise o Plano de Negócios.

Agora eu percebo que o Sr. Deputado gostava que eu tivesse aqui já o Plano de Negócios apresentado e o valor definido.

Nós aguardamos que o Conselho de Administração o apresente ao acionista, razão pela qual não se pode dizer que nada está feito, mas infelizmente também não tenho a resposta exata que queria, que era ver o Plano de Negócios e saber o valor.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) Deputado Alonso Miguel *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, não nos parece que haja qualquer justificação para que não se aproveite esta possibilidade que há neste quadro de exceção de aproveitar uma intervenção à semelhança daquilo que está a ser feito na TAP também para a SATA, atendendo até à situação que todos nós conhecemos de falência técnica do grupo SATA.

Portanto, se este plano de reestruturação e o Plano de Negócios não estão prontos é urgente efetivamente que fiquem prontos e que sejam apresentados, porque nós não sabemos como é que o Governo poderá resolver o problema financeiro do grupo SATA se não aproveitar e desperdiçar esta janela de oportunidade.

O que nos importa na realidade saber é se recorrendo ou não a este mecanismo de flexibilização, se o Governo Regional está em condições de garantir aquilo que interessa aos açorianos, que é que se mantém, independentemente de recorrer ou não a este mecanismo, a capacidade de fazer ligação dos Açores à diáspora, a capacidade de manter as ligações do continente às nossas gateways, e garantir também que não há uma redução das ligações interilhas nos Açores?

São estas as questões que nós colocamos, se há a garantia de um modo ou outro que estes aspetos que importam aos açorianos não desaparecerão e não haverá supressão de ligações a nível nenhum?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Muito obrigada.

Sr. Presidente, caros colegas do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Alonso Miguel, muito claramente e de forma bastante expressa, o Governo já o disse e volta a dizer que utilizará todos os meios que estiver ao

seu alcance e disponíveis, nomeadamente aqueles que acabou de mencionar, para a viabilização do grupo SATA.

Recordo que a competência do grupo, a sua capacidade e sua necessidade neste período que estamos a atravessar deu-nos uma nova ideia da necessidade que temos, quer no interilhas, quer na ligação à diáspora, quer também na ligação ao exterior.

Eu recordo que o grupo teve a capacidade de se reinventar neste período, face à proibição de transporte de passageiros, exceto casos de força maior, e de ter visto, por essa via, cancelada grande parte da sua operação regular, continuou ainda assim a servir os açorianos em diversos aspetos, quer no transporte de doentes, no transporte de carga, no transporte importantíssimo de material médico, adaptando a sua atividade e nesta fase assumindo um papel muito importante na retoma da atividade económica, na medida em que de uma forma progressiva, e nomeadamente no interilhas, tem tido a capacidade de vir incrementando a sua operação, o seu número de ligações, a capacidade e disponibilização de lugares, e portanto cumprindo com aquela que é a sua missão para com os açorianos e conforme disse, aquilo que pretendemos é que continue a assegurar. Portanto, é para nós indiscutível esta missão, é para nós indiscutível a manutenção do grupo SATA nesses termos e tudo faremos, e todos os instrumentos que estiverem ao nosso alcance utilizaremos para manter o grupo SATA ao serviço dos açorianos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Pelas respostas da Sra. Secretária, nós já entendemos que não vamos falar do futuro da SATA, porque os documentos de base, o Plano de Negócios, não

estão concluídos e, portanto, não é ainda neste plenário que aquilo que são as preocupações transversais, em que se possa ter uma ideia de qual será o futuro da SATA, nomeadamente naquilo que passa pela autorização de Bruxelas para ajudas de Estado, essa é uma matéria que fica adiada.

Mas isso não invalida que se fale da SATA, infelizmente se calhar do passado, porque a SATA tem um passado e as questões mantêm-se atuais.

Recentemente foram publicadas as contas da SATA Air Açores, da SATA Internacional e da SATA Aeródromos. Aquelas contas são a continuidade, pela negativa, relativamente a anos anteriores, agravando novamente a situação do Grupo SATA.

Juntam-se mais 53 milhões de euros às centenas milhões de euros de prejuízos de anos anteriores, ou seja, em 2019 manteve-se o ritmo de um milhão de euros, por semana, de prejuízo.

Estes resultados desmentem as previsões do anterior Conselho de Administração e do Governo Regional, que estimavam a redução dos prejuízos em 2019 para 50% dos que tinham ocorrido em 2018.

Desmentem a existência de qualquer plano de reestruturação consistente e eficaz em 2018 e 2019, como foi inúmeras vezes anunciado, e que permitisse a inversão da situação.

Mais uma vez o Governo perdeu credibilidade relativamente à SATA, olhando para as contas de 2019.

Mas há um dado novo no relatório da SATA Internacional de 2019. "As contas relativas a 2018 foram alteradas retroativamente e resultado da correção de um erro", e isto é dito no relatório.

"Esse erro foi a ausência da constituição de uma previsão pela estimativa de custos a incorrer para satisfazer as obrigações de contrato oneroso com ao Airbus A330, no valor de 13 milhões de euros." Ou seja, falamos de um erro de 13 milhões de euros que agravou as contas de 2018 retroativamente.

Em consequência desta correção, a par de outros ajustamentos de decorreram da aplicação de uma nova norma contabilística, os resultados de 2018 da SATA Internacional passaram de 52 para 63 milhões de euros.

O contrato desastroso com Airbus A330, nunca foi devidamente esclarecido neste Parlamento, nem aos açorianos.

Todos sabemos que foi um contrato danoso, com a aeronave parada em 2018 e 2019, enquanto se pagavam as rendas do contrato de *leasing* e, simultaneamente, a SATA recorria ao aluguer de aviões e tripulações, com custos elevadíssimos.

Mas desconhece-se a sua dimensão exata e assim o valor total da fatura que será paga pelos açorianos, pelos erros de quem foi responsável por aquele contrato.

Esta situação remete-nos para um requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, apresentado neste Parlamento no dia 14 de maio de 2019, ou seja, com mais de um ano, e que não obteve qualquer resposta do Governo Regional, demonstrando absoluta resistência em esclarecer os açorianos, com manifesta ausência de transparência e desrespeito pelo Parlamento.

O Governo tenta esconder a verdade.

A pergunta que colocamos ao Governo é a seguinte:

Em cada um dos anos 2016 a 2019 quais foram os custos gerados diretamente pelo contrato de *leasing*, com a aeronave Airbus 330, designadamente em rendas, custos com reservas de manutenção, ou outros custos que possa decorrer daquele contrato, bem como para cada um dos anos o número de passageiros transportados por aquela aeronave?

É essa a pergunta que deixo à Sra. Secretária.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, caros colegas do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação à apreciação feita pelo Sr. Deputado António Vasco das Contas e da imputação em 2018 de um valor, eu devo-lhe dizer que as contas são validadas e auditadas segundo normas internacionais. Aí não haverá aquilo que o Sr. Deputado pretende eventualmente insinuar.

No que se refere à contabilização dos custos exatos, perguntou, do A330, eu não tenho esses elementos aqui. De facto, é um requerimento que está por responder, mas que será oportunamente respondido.

Muito obrigada.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Um ano para responder a um requerimento!

Deputada Graça Silveira *(Independente):* O Governo vem para responder sem detalhes! Governa com opiniões!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* É a resposta ao requerimento!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra para uma pergunta o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O grupo SATA não é apenas uma empresa do universo público regional, é também o garante da coesão territorial, económica e social das ilhas dos Açores.

As empresas do grupo SATA unem todas as ilhas dos Açores, e estas com o exterior, nomeadamente com o continente português, com as nossas comunidades residentes nos Estados Unidos e Canadá, transportando passageiros, carga e correio.

Estas empresas têm sido acusadas ao longo dos anos de serem despesistas ou então centralistas, ou ainda de terem uma política economicista.

Muitos dos que aqui estão pedem mais voos, mais rotas, deslocalização de bases, portanto, mais despesas. Muitos dos que aqui estão pedem maior racionalização dos custos, mas não admitem a racionalização da operação.

Muitos dos que aqui estão queixam-se da política economicista das empresas do grupo SATA e depois queixam-se também dos resultados de exploração.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Economicista para dar lucro!

O Orador: Como se vê, a SATA tem sido acusada de uma coisa e exatamente do seu contrário.

Aqui, hoje, também foi acusada de falta de transparência. Essa insinuação não poderemos, de maneira nenhuma, aceitar.

É preciso não esquecer que este grupo é dos mais escrutinado desde sempre, com uma comissão de inquérito dedicada e outra, para além da SATA, envolvia todas as outras empresas públicas.

Foram dois momentos que só não se esclareceu quem não quis.

Para além disso, tem sido objeto de várias propostas de muitos requerimentos, perguntas orais, declarações políticas, audições da tutela e de administradores, votos de protesto, etc., fatores que no seu conjunto dão informações importantes para acompanhar o funcionamento das empresas do grupo, mas também, e isso tem de ser dito, fragiliza a sua posição comercial no mercado marcado pela enorme concorrência.

Das companhias que operam nos Açores a SATA é a única que não tem proteção dos segredos comerciais e como é bem sabido não é fácil vencer num meio concorrencial nestas circunstâncias em que as informações mais sensíveis são do conhecimento dos seus concorrentes.

Como é conhecido, cabe a cada administração planear, organizar, dirigir e controlar a empresa, ou grupo de empresas, com o intuito de estabelecer uma

estratégia e preparar um plano de ação capaz de atingir os objetivos que se propõe, porque vivemos neste momento um tempo de exceção.

E a pergunta que faço à Sra. Secretária é se este argumento, este último argumento que aqui apresentei, justifica os acertos que a nova administração se propõe fazer no Plano de Negócios do grupo SATA?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Pedia para repetir. Não percebi, peço desculpa!

Presidente: Sr. Deputado José Ávila, pode repetir efetivamente a pergunta. Penso que a Sra. Secretária não…

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

(*) Deputado José Ávila *(PS):* Repito com todo o gosto.

Eu perguntava:

Como é conhecido, as administrações são nomeadas para planear e organizar a administração da própria empresa e controlar os seus investimentos, os seus custos, os seus gastos.

Como estamos a viver num período de exceção, eu gostaria de saber se estes argumentos justificam os acertos que a nova administração se propõe fazer no Plano de Negócios?

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Diga sim ou não!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Já estava combinado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado pelo esclarecimento.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, caros colegas do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Conforme eu referi inicialmente em resposta ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Dr. Luís Rodrigues, Presidente do Conselho de Administração da SATA, ao tomar posse em janeiro, tinha-se proposto à apresentação de um Plano de Negócios no prazo de 90 dias.

Como todos sabemos isto coincide exatamente com a entrada no período da pandemia e coincide com aquilo que foi uma grande alteração para a operação da SATA, que foi a proibição de transportar regularmente passageiros, quer no interilhas, quer para o exterior da Região.

Ora, isto obviamente que obrigou a que o plano fosse revisto, não só por isso, mas também porque toda a retoma, e a nível mundial, todo o transporte de passageiros está a ser ainda uma incógnita e não sabemos como se irá comportar. Ou seja, aquelas que eram as previsões em fevereiro e março deste ano já não serão agora, mas temos um Conselho de Administração que está a trabalhar no assunto, temos um Conselho de Administração que está ciente e é conhecedor desta realidade e que nos irá apresentar um Plano de Negócio, com reestruturação no sentido contemplar todas essas vicissitudes que entretanto estamos ainda a viver e que ainda são incertas.

Obrigada.

Deputado José Ávila *(PS):* Obrigado!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima para uma pergunta.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que discutir o futuro do grupo SATA é fundamental. Como é sabido o Bloco de Esquerda tem uma proposta com pedido de urgência que espera cuja urgência seja aprovada e que se possa fazer este debate também

durante este plenário, não obstante isso obviamente que há questões que gostaríamos de colocar nesta sessão de perguntas.

No que diz respeito às ligações, e centrar-me-ia nesta intervenção no que diz respeito às condições em que a SATA, nomeadamente a Azores Airlines opera, nomeadamente no que diz respeito a Obrigações de Serviço Público.

Sabemos que no novo modelo de transporte aéreo permaneceram algumas ligações, nomeadamente Faial/Pico e Santa Maria, com Obrigações de Serviço Público, e tem sido por várias vezes afirmado, por Presidentes do Conselho de Administração da SATA, que estas rotas, nomeadamente do triângulo, seriam deficitárias.

É algo que não se compreende que possa acontecer quando são rotas sujeitas a Obrigações de Serviço Público.

E neste momento é preciso obviamente olhar para a frente e olhar para o futuro e perceber aquilo que o Governo pensa sobre esta matéria, no que diz respeito à compensação, ou não, que a SATA deve receber por operar em rotas que, segundo o Conselho de Administração (os anteriores), seriam deficitárias.

A questão que coloco, e obviamente aqui o contexto que nós defendemos é que estas rotas são essenciais, devem ter Obrigações de Serviço Público, são rotas que devem ter um serviço de qualidade, que garanta a coesão territorial, que garanta um melhor acesso dos cidadãos residentes destas ilhas para o exterior, mas é óbvio que aqui também a SATA, nomeadamente a Azores Airlines não pode operar com uma perspetiva de não conseguir ter uma operação que seja, no mínimo, equilibrada.

A questão que lhe coloco, Sra. Secretária, é: o que é que o Governo pensa sobre esta matéria? E o que é que o Governo fará no futuro no sentido de que estas rotas tenham efetivamente uma operação que seja, no mínimo, equilibrada e que sejam rotas que garantam à SATA um bom resultado, mas acima de tudo que

garanta – e esse é o principal objetivo – um bom serviço às populações e uma boa acessibilidade das populações destas ilhas para o exterior?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Sr. Deputado António Lima, fazendo uma pequena precisão, não são só as rotas Faial, Pico e Santa Maria. Há ainda a rota da Madeira e também não é porque é afirmado pelo Conselho de Administração que as rotas são deficitárias, os números demonstram-nos, nomeadamente nos diversos relatórios e contas anuais da empresa, sobre os quais o que não teremos qualquer dúvida. Portanto, não é uma mera perceção é uma realidade. São rotas deficitárias.

Também sabemos, e percebo das suas palavras que assim o compreende, que são OSP não remuneradas, ao contrário, por exemplo, daquilo que acontece no interilhas.

Dito isto, eu afirmaria, em resposta àquilo que diz, que ninguém percebe melhor do que o Governo dos Açores a importância destas rotas. Ninguém percebe melhor do que o Conselho de Administração da SATA e o grupo SATA a importância destas rotas, tanto que as continua a fazer, apesar do défice de exploração inerente a cada uma delas e que ultrapassa em larga medida a ordem dos milhões.

Obviamente que terá de se olhar para esta realidade de uma forma diferente, sem nunca prejudicar aquilo que já é o adquirido e aquilo que se pretende acautelar com a criação destas rotas.

Lembrava-lhe também que estas OSP são uma obrigação da República e não uma obrigação do Governo dos Açores.

Sem prejuízo de fazermos o acompanhamento que temos de fazer, e sem prejuízo de voltando atrás reconhecer a absoluta importância destas rotas, o que temos é que juntamente com o Conselho de Administração e da avaliação que ele fará da exploração destas novas rotas neste novo contexto, pugnar junto do Governo da República para uma eventual alteração deste quadro, nomeadamente sendo neste momento não remuneradas, poder-se-á ponderar, pelo menos para algumas delas, se os estudos assim o demonstrarem, que terão de ser compensadas de alguma forma.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Agora tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A SATA é sem dúvida uma empresa estruturante na Região Autónoma dos Açores, aliás, contribui para a coesão regional, no seu todo.

O que é certo é que a pandemia veio provocar algumas dificuldades à companhia.

A nossa pergunta vai no sentido de, irá o Governo Regional pedir alguma ajuda, e alguma assistência externa, através do Governo da República ou da União Europeia, para ajuda da recuperação financeira da SATA, nomeadamente através de injeção de capital?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas do Governo:

Conforme tive já oportunidade de referir, Sr. Deputado, a injeção de capital, ou reestruturação financeira que terá de ser feita no grupo SATA, depende do grupo SATA e depende de nós. Não há injeção de capital por parte do Governo da República, nem está previsto um quadro de subvenções públicas, pelo menos ainda, às companhias aéreas a nível da União Europeia.

Tem-se falado muito nisso, tem sido uma questão bastante discutida, mas neste momento o que existe em termos da União Europeia para apoio às intervenções que têm de ser feitas nas companhias aéreas são modelos simplificados de notificação de auxílios de Estado em termos temporários e não propriamente a apresentação de candidaturas ou subvenções a fundo perdido.

Por outro lado, o acionista da SATA é a Região e, portanto, qualquer solução financeira que venha a ser encontrada, tem de ser encontrada dentro do quadro da Região Autónoma dos Açores, companhia grupo SATA, eventualmente com a intervenção das instituições bancárias com quem trabalha a empresa, mas não implica, nem esse cenário está em cima da mesa, a entrada de dinheiro do Governo da República, nem poderia estar.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos agora para a segunda ronda de perguntas no âmbito ainda deste segundo objeto, que são as questões relacionadas com a SATA.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Há aqui uma questão intrigante que é o novo Presidente do Conselho de Administração, e este novo Conselho de Administração, estão em funções há quase seis meses e sobre questões concretas, em relação ao futuro da empresa e a reestruturação da empresa, o que nós temos até agora, e eu estive a "peneirar" bastante a informação que chegou, é o seguinte: uma frase que é o "vai doer"…

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Vai doer muito!

O Orador: … e outra frase que é "queremos ser parte das soluções e não dos problemas".

Esta é toda a informação que até agora nos chegou sobre a reestruturação e o futuro da empresa.

Perante a aflição de todos os governos a nível europeu, e o Governo da República, perante o futuro das suas empresas e estando a SATA numa situação tremenda nos últimos dois anos, só nos últimos dois anos apresentou prejuízos superiores a 100 milhões de euros, o que eu vejo e constato neste momento, é que o Governo comporta-se como estivesse no "Titanic" e mandasse a orquestra tocar.

Portanto, estamos numa situação de enorme urgência, estamos numa situação de enormíssimas dificuldades acentuadas pela pandemia, e o Governo sobre isto não tem nada a dizer.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Sr. Deputado, isso chama-se afundar-se com estilo!

O Orador: Depois vemos a entrevistas do Dr. Luís Rodrigues a dizer: "bom, temos 90% do plano. Sobre datas vamos entregá-las no futuro ao Governo".

Parece que não estamos perante um problema colossal, perante uma questão que é uma questão essencial, que é a sobrevivência desta empresa e eu recordo este pormenorzinho: estamos a quatro meses das eleições e não é possível prolongar esta agonia.

Até parece que o Governo não tem nenhuma pressa para assumir responsabilidades que resultarão da reestruturação, como por exemplo o despedimento dos trabalhadores.

V. Exas., pelo que eu vejo, têm a tentação de fazer durar a hibernação deste assunto até depois de outubro. É o que constato.

Qual é a lógica da lentidão do Governo, da falta de urgência, de sentido de urgência, perante uma empresa que se encontra num problema tremendo? – perguntarão os açorianos!

Como é que é possível?

Como é que é possível que isto demore tanto tempo, com esta gente que já está há tantos meses em funções?

A resposta é óbvia. Chama-se eleições. Eleições!

V. Exas. não querem assumir nenhuma responsabilidade antes das eleições. Não as querem comunicar.

Estas coisas são inaceitáveis em democracia.

É necessário assumir a responsabilidade, aquilo que se vai fazer e V. Exas. terão de assumir essas responsabilidades antes de outubro. V. Exas. terão de fazer isto. Isto não dura até lá.

Se prolongarem a agonia e a falta de respostas durante este período e a falta de ação concreta, é evidente que todos ficaremos a saber porquê. Por que é? Tem a ver com o facto de V. Exas. não querem assumir responsabilidades, possivelmente medidas que, como diz o Presidente do Conselho de Administração, vão doer. Portanto, V. Exas. não querem assumir isso perante o eleitorado.

Também a pergunta que lhe quero fazer do ponto de vista específico é a seguinte:

Já vimos, na última reunião plenária…

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: … que V. Exas. não quiseram participar no debate, apesar de eu ter apelado diretamente à participação dos Membros do Governo no debate, em relação à privatização da SATA.

V. Exas. estavam presentes e não quiseram participar no âmbito de uma iniciativa que foi apresentada pelo PPM no sentido de terminar o processo de privatização.

O que eu lhe pergunto, Sra. Secretária, é qual é a posição do Governo, sendo que este Parlamento já decidiu, já recomendou que não se avance com o processo de privatização?

O Governo Regional vai acatar ou não vai acatar a recomendação do Parlamento dos Açores?

A questão fulcral é essa.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* O Sr. "Secretário" Carlos Silva já disse que o Governo vai acatar!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, naturalmente que o Governo Regional vai acatar a resolução desta Casa.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Peço-lhe que ligue o microfone, se faz favor.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Mas isto antes era automático.

Presidente: Devido às alterações (aproveito para informar a câmara) que foram feitas, alguns microfones não se conseguem ligar automaticamente, por isso aconselho que liguem sempre antes de iniciar a vossa intervenção.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Eu estava à espera que isto ligasse automaticamente.

A questão fundamental, Sra. Secretária, em relação à privatização era que o Governo se pronunciasse a respeito da mesma. De facto, o Governo ainda não o tinha feito e não o fez, no âmbito do debate que se realizou na altura.

Eu olho para esta questão com preocupação, até porque existe uma proposta de um outro partido, pressupostamente um partido de esquerda, que está a criar um instrumento que é um autêntico "cavalo de Troia", porque quer fazer mandar na SATA um conselho de administração que é dominado por privados.

Isto significa o que significa e acarreta o perigo que acarreta.

Mas essa é uma discussão que mais lá para o final da semana vamos ter.

A pergunta que lhe quero colocar é a seguinte, Sra. Secretária:

Se sobre todas estas matérias, pode avançar-nos com uma data? Uma data em relação à comunicação de todas as questões relacionadas com o pacote financeiro, uma data específica em relação à comunicação de toda esta informação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão eu já referi que o Plano de Negócios de Reestruturação do grupo SATA deverá ser apresentado durante o mês de junho.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra para uma pergunta o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária mais uma vez assumiu que tem um requerimento da responsabilidade da sua tutela, que tem 13 meses, e que não teve resposta ainda.

Continuamos a insistir: peço ao Sr. Presidente do Governo que também tome as suas diligências para que o Governo esclareça este Parlamento num requerimento que tem 13 meses e que é uma situação para nós importante.

Relativamente à questão do erro que mencionou quanto às contas de 2018, eu apenas citei aquilo que vem no relatório da SATA Internacional. Não tirei qualquer conclusão. Simplesmente associei isso ao facto de que este aumento de custos está associado ao contrato com o Airbus 330.

A Sra. Secretária disse que eu estava a tirar conclusões. Não tirei conclusões nenhumas, simplesmente citei o que está no relatório.

Além disso, depois mencionou o facto de que as contas estão auditadas, tem a certificação legal de contas, tem uma auditoria, nesse caso pela Pricewaterhouse.

Relativamente à certificação das contas isso remete-nos para outra questão: é que quer o relatório da SATA Internacional, quer o relatório da SATA Air Açores têm um conjunto anormal de reservas às contas que, para nós, são preocupantes, designadamente a SATA Air Açores é mencionado quer no relatório de auditoria, quer no relatório da certificação legal de contas, que tem 196 milhões de euros, de reservas, ou seja, o revisor aprovou as contas com reservas no valor de 196 milhões de euros.

Outra questão relativamente à SATA Internacional, também foi aprovado, mas com reservas no valor de 65 milhões de euros.

Isso significa o quê relativamente à SATA Air Açores?

É evidente que essas reservas se se concretizarem significa uma redução muito significativa do ativo da SATA Air Açores, o que significa que o desastre das contas será ainda muito maior do que aquilo que é apresentado nas contas.

Relativamente à SATA Internacional, dos 65 milhões de euros, há 54 milhões de euros que os revisores e a auditoria entendem que devia ter sido levada à

conta de resultados, neste caso afetando negativamente os resultados da SATA Internacional que passaria para um valor superior a 100 milhões de euros.

Portanto, face às reservas que constam no Relatório e Contas de uma e outra empresa, peço à Sra. Secretária que comente e que leitura é que faz destas reservas e das consequências que poderá ter para a situação efetiva da SATA?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Como reservas feitas nas contas que são, terão o tratamento habitual, serão recomendações e serão situações a ser corrigidas no futuro.

Muito obrigada.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* E…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Isso é que é!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Até parece que foi preciso viver-se esta pandemia para se perceber a importância destas duas companhias aéreas. Para nós nunca houve qualquer dúvida.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para proteção dos açorianos foram dadas instruções à SATA para parar a sua atividade de transporte normal de passageiros do exterior e interilhas.

Esta decisão foi fundamental para controlar o COVID-19.

Reduzindo a mobilidade travou-se a disseminação do vírus e assim foi possível chegar-se à posição atual que não sendo uma certeza, nem razão para abrir brechas, é um motivo de satisfação e o reconhecimento pelo bom trabalho que foi feito ao longo deste período difícil de esquecer.

No entanto, foi a SATA que foi longe para trazer equipamentos para tratar esta doença e também material de proteção dos profissionais de saúde, dos bombeiros e das forças de segurança.

Foi a SATA que levou e trouxe muitos dos nossos doentes à procura de tratamento.

Foi a SATA que distribuiu os equipamentos médicos pelas ilhas; foi a SATA que recolheu as amostras biológicas para análise nos laboratórios de referência.

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Muito bem!

O Orador: Foi a SATA que transportou muitos dos nossos produtos para o exterior.

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Muito bem!

O Orador: No passado recente, os Açores e os açorianos contaram sempre com a SATA para nos unir, os de cá e os de lá.

Os Açores e os açorianos também contaram com a SATA para tornar a Região como um destino turístico de excelência.

Os Açores e os açorianos, neste momento de crise sanitária, voltaram a contar com esta empresa que, por entre muitas dificuldades e imprevistos, disse sempre presente…

Deputado António Toste Parreira *(PS):* Muito bem!

O Orador: … e soube adaptar-se a esta nova situação.

A pergunta que deixo aqui à Sra. Secretária é, que papel tiveram os trabalhadores do grupo SATA nesta operação inédita e como vai ser operada a retoma?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Isso são duas perguntas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas do Governo:

Conforme referi há pouco um dos grandes desafios para a SATA neste momento tem sido a retoma da sua operação, nomeadamente no interilhas, em primeiro lugar, e depois nas ligações ao exterior.

Quando disse que a SATA soube reinventar-se, referia-me precisamente ao papel dos seus colaboradores que souberam neste período, em que não puderam exercer aquela que é a sua atividade habitual de transporte de passageiros, reinventar-se, souberam acolher doentes que tinham de ser transportados, souberam transportar carga como nunca. Nomeadamente nas ligações com o exterior bateram-se recordes nas ligações diárias de transporte de carga.

Transportou-se carga médica importante para a Região; fizeram-se voos médicos importantes para a Região.

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Muito bem!

A Oradora: É nisto que eu disse que os seus colaboradores souberam reinventar-se na sua atividade.

Souberam reinventar-se também aqueles que estiveram a trabalhar em part-time em casa e infelizmente os que estiveram em lay-off e que agora progressivamente têm vindo a ser chamados para aquela que é a retoma da operação, quer no interilhas, quer nas ligações com o exterior.

A retoma com o interilhas é aquela que iniciou-se primeiro e que se passou uma primeira fase em que se mantinham os voos circulares iniciais de transporte de carga, mas com passageiros; tem vindo a assumir progressivamente um

incremento na sua capacidade ao ponto de para o verão se prever que, pelo menos planeada, estará aquela que é a operação normal da época média do interilhas, sem prejuízo de uma monitorização permanente e da sua possibilidade e incremento.

Recordo a transformação de um dos aviões em cargueiro no interilhas e recordo também que para além de Lisboa, Lajes e Ponta Delgada que iniciaram a partir de hoje as ligações à Região, a progressiva retoma nas restantes gateways, nomeadamente Horta, Pico, Santa Maria e Madeira também foi no passado dia 15.

Muito obrigada.

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos interromper para o almoço. Regressamos às 15h00 para continuarmos com este ponto. O tempo que falta será cerca de 51 minutos.

Eram 13 horas.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Interrompemos para o almoço a sessão de perguntas requerida pelo PPM.

Estávamos no âmbito da segunda pergunta, do segundo objeto, nomeadamente as questões relacionadas com o Grupo SATA.

A Mesa tinha como inscrição a do Sr. Deputado João Paulo Corvelo. Tem a palavra.

(*) Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pergunta da Representação Parlamentar do PCP é se garante o Governo Regional que não irá proceder à alienação, venda parcial, da Azores Airline, SATA Internacional, mantendo integralmente na esfera pública?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

A questão já foi respondida, Sr. Deputado quando o Governo disse que acataria a recomendação desta Casa. Disse-o em resposta à pergunta do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se no âmbito deste objeto há mais alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos agora passar ao 3.º objeto desta sessão de perguntas, nomeadamente as questões relacionadas com o abastecimento marítimo da ilha do Corvo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos nesta câmara conhecem os problemas que as ilhas do Grupo Ocidental tiveram e continuam a ter, nomeadamente a ilha do Corvo, no que diz respeito à manutenção das ligações marítimas de mercadorias.

A instabilidade e a falta de regularidade destas ligações marítimas, nomeadamente para a ilha do Corvo, é algo que tem prejudicado muito a população desta ilha.

Esta situação tem-se arrastado desde o furacão Lorenzo e a verdade é que apesar das sucessivas promessas do Governo Regional e dos compromissos assumidos por parte do Governo Regional em relação a esta matéria nada se resolveu. A instabilidade, a irregularidade e o mau serviço mantêm-se.

É importante aqui referenciar que muitas vezes tem sido apresentada como desculpa o mau tempo e o mau estado do mar.

Lembro a todos os presentes (aliás, não seria necessário) que o estado do mar na ilha do Corvo é o mesmo que também serve para explicar as condições em que se encontra a vizinha ilha das Flores, ou seja, o estado do mar, o mar, as condições de mar são idênticas nas Flores e no Corvo, no entanto, nas Flores o navio "Malena" tem conseguido manter essa regularidade e esse abastecimento marítimo. No Corvo não aconteceu a mesma coisa.

Qual é a diferença?

A diferença é que os navios que têm sido utilizados no âmbito da prestação deste serviço não são navios adequados a prestar esse serviço, por isso, não conseguem manter a regularidade que nas mesmas condições do estado do mar o "Malena" consegue manter em relação às Flores.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Então qual é o estado do mar, Sr. Deputado?

O Orador: A questão fundamental é esta: é que o Governo não alterou, não quis introduzir as mudanças necessárias, nomeadamente respondendo afirmativamente a uma proposta que foi feita pelo PPM nesta câmara, que foi no sentido de contratar um navio, contratualizar com um navio, fretar um navio, que tenha a capacidade de estabelecer estas ligações marítimas entre o Corvo e a ilha do Faial e o Governo não o fez.

Quero aqui pormenorizar duas perguntas que é importante fazer neste âmbito, duas perguntas que estão interrelacionadas. A primeira tem a ver com isto: o novo contrato que, por adjudicação direta, foi feito com a empresa "Barcos do Pico" foi assinado no dia 7 de maio. Entre o dia 7 de maio e o dia de hoje decorreram 40 dias. Nestes 40 dias tivemos uma única ligação marítima de mercadorias. Desde a assinatura do contrato, até ao dia de hoje, apenas se realizou para a ilha do Corvo, ligação Faial/ilha do Corvo, uma ligação marítima. Desde o dia 7 de maio!

Portanto, a irregularidade, o mau serviço, mantém-se.

A pergunta, portanto, é óbvia: qual é a regularidade que foi contratada neste âmbito? A empresa "Barcos do Pico" está obrigada a realizar quantas viagens e em que período de tempo entre o Faial e a ilha do Corvo?

A pergunta é essa, porque no contrato não está lá nada e o que estava no anterior contrato, as obrigações de serviço público nesta matéria era que se realizavam (coisa que nunca foi cumprida também) viagens semanais, duas viagens por semana, e no mínimo …

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Já agora podia perguntar por que é que o contrato não foi feito com os privados?

O Orador: … uma viagem semanal, uma regularidade que não foi mantida, mas essa era a obrigatoriedade.

Pergunto-lhe qual é a obrigatoriedade agora? Pergunto-lhe qual é a obrigatoriedade contratual?

A outra questão fundamental é a seguinte. No outro contrato, na cláusula n.º 8, dizia o seguinte: "o adjudicatário obriga-se a afetar à prestação de serviços as seguintes embarcações, o navio "Lusitânia", o navio "Cecília A". Depois dizia: "no caso das embarcações utilizadas pelo segundo outorgante …

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: … serem insuficientes e as suas caraterísticas inadequadas à boa execução do contrato", obrigava-se a empresa a fretar um navio adequado.

Esta cláusula também desapareceu e eu pergunto-lhe porquê, Sra. Secretária?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Começava por corrigi-lo, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Desde o dia 7 de maio fizeram-se três viagens ao Corvo: uma a 7 de maio, transportando 100 toneladas de mercadorias; uma a 25 de maio, Horta/Flores/Corvo e outra a 16 de junho, sendo que ainda mais uma durante esta semana.

Eu não tenho a regularidade contratada para a "Barcos do Pico", mas dentro de minutos já lhe posso responder a essa questão

Quanto à necessidade de subcontratação, apesar de não estar no contrato expresso, neste último contrato celebrado em maio, o Sr. Deputado sabe, e bem, e isso já aconteceu na última viagem e acontecerá na próxima também (não sei se quer que aguarde que acabe o telefonema para eu continuar a responder… ah!) será feita com recurso a subcontratação, ou seja, sempre a "Barcos do Pico" assim o entender, pode recorrer a subcontratação para cumprimento do contrato.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que enquanto a Sra. Secretária estava a responder, eu estava a ouvi-la perfeitamente e estava a confirmar os dados que me estava a transmitir.

Portanto, o que lhe quero dizer é que lhe transmito a afirmação que foi feita, ou seja, nestes 40 dias a única viagem que se realizou foi a do dia 25 de maio. Esta é a informação que eu tenho e que acabei agora novamente de confirmar. Esta é a informação que eu tenho em relação à viagem.

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Está mal-informado!

O Orador: Portanto, o que lhe quero dizer é que o que é importante aqui referenciar, mais do que este episódio em relação às viagens, estes 40 dias, é que nós temos um histórico, temos 50 dias sem realizar qualquer viagem, temos 30 dias sem realizar qualquer viagem.

Apesar de tudo, tínhamos no contrato colocado que a regularidade prevista era de duas viagens semanais entre as Flores e o Corvo e agora do ponto de vista contratual não está nada no contrato em relação a essa matéria.

A segunda questão que lhe coloquei em relação ao contrato é que a empresa estava obrigada, se as embarcações não reunissem as condições técnicas no sentido de poder garantir a realização da viagem (portanto, eram referenciadas as duas embarcações de que a firma dispunha, que era o navio "Lusitânia" e o navio "Cecília A") havia uma cláusula que o Governo tinha garantido e bem, embora depois não tivesse executado, que era, se estes dois navios não reunissem as condições técnicas necessárias para concretizar a viagem, a firma, a empresa, era obrigada a contratar um navio, a fretar um navio que tivesse as condições para realizar essa ligação e esta cláusula também desapareceu.

Por isso é que lhe digo, portanto, em relação ao processo contratual neste momento encontramo-nos numa situação muito pior, porque perdemos essas duas garantias que estavam previstas no contrato anterior e que pelos vistos não foram acionadas por parte do Governo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, para responder, tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

A regularidade contratada são duas vezes por mês. Eu tenho nota de três viagens, ao contrário do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Eu gostava só de fazer uma observação em relação àquilo que disse inicialmente.

Não é igual, ao contrário do que o senhor diz, fazer a viagem entre o canal Flores/Corvo e fazer a viagem entre o canal Faial/Corvo,…

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

A Oradora: … não só pela distância, mas também pela janela de abertura que se tem de ter de bom tempo para a duração da viagem. Não é a mesma coisa.

Deputado Paulo Estêvão *(CDS-PP):* O "Malena" faz!

A Oradora: Por último, eu gostava também de lhe deixar claro, e aliás tentei responder-lhe na pergunta anterior, mas volto a dizer:

Apesar de não haver uma cláusula expressa da necessidade de subcontratação quando haja algum impedimento por parte de algumas das embarcações da empresa contratada, "Barcos do Pico", a empresa "Barcos do Pico", para cumprimento do seu contrato, pode subcontratar quem quiser. Aliás, já o fez, pelo menos duas vezes, em relação à empresa TMG e fará agora na próxima viagem. Quem irá ao Corvo é uma das embarcações da TMG.

Portanto, em nada fica prejudicada a entidade contratante, nem a ilha do Corvo nesse aspeto,…

Deputado Paulo Estêvão *(CDS-PP):* Cinquena dias sem abastecimento!

A Oradora: … porque a subcontratação é sempre possível e não havendo subcontratação, quando houver impossibilidade de uma das suas embarcações, há incumprimento do contrato como sempre haveria. Portanto, diria que é uma cláusula até inócua.

A subcontratação é possível, tem sido realizada e não invalida as viagens.

Muito obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) Deputado Bruno Belo *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, ao longo desse tempo, depois da passagem do furacão "Lorenzo", as ilhas do Grupo Ocidental ficaram naturalmente com sérios constrangimentos no seu abastecimento. A ilha das Flores foi atenuada com a contratação do "Malena".

Ao longo de algum tempo o Governo, por diversas vezes, fez anúncios de viagens que depois verificou-se que não se realizaram.

Relativamente ao Corvo passou-se exatamente o mesmo, Sra. Secretária. Houve anúncios de viagens previstas que nunca chegaram a acontecer, uma vez pelo estado do mar, outra vez porque não havia tempo.

Sra. Secretária, o estado do mar vai continuar a estar da mesma forma que normalmente está.

A questão aqui, Sra. Secretária é: após a execução desse contrato e após estarem reunidas as condições para uma embarcação com condições viajar para o Corvo com o estado do mar mais alterado, até lá, como é que o Governo vai garantir que as obrigações de serviço público são cumpridas, designadamente os toques quinzenais?

Quais são as alternativas que tem?

Designadamente, em relação às Flores o porquê de os empresários das Flores terem de ir ao cais levar a sua mercadoria, esperar que o navio carregue e se tiver lugar transporta a mercadoria para o Corvo, se não tiver lugar os empresários têm de voltar a trazer a mercadoria para os seus armazéns?

Sra. Secretária, é esta a questão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Sr. Deputado, em relação às viagens anunciadas pelo Governo e não realizadas, eu começava por dizer que quem anuncia as viagens e diz se existem condições para a sua realização são as empresas que operam e não propriamente o Governo. O Governo limita-se a divulgar as datas que lhes são indicadas pelas empresas, neste caso pela "Transinsular" ou no caso Corvo pela "Barcos do Pico".

As viagens não se realizam, segundo aquilo que nós sabemos, apuramos e aquilo que nos é transmitido, por não existirem condições de mar e de tempo para a sua realização. Não por qualquer capricho do Governo e muito menos por qualquer capricho da empresa "Barcos do Pico".

Relembro-lhe a este propósito o grande esforço que foi feito pela empresa "Barcos do Pico", que tendo uma denúncia de trabalhadores contaminados com COVID a bordo, ainda assim arrancou, disponibilizou-se para ficar ao largo do Corvo a aguardar os resultados do teste, correndo o risco de sendo algum dos seus tripulantes positivos, regressar à Horta.

Portanto, isto demonstra que não é certamente nem pelas empresas, nem muito menos será pelo Governo, que o abastecimento não se realiza com a regularidade que todos desejamos.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Mas há uma coisa que se chama mar e há outra coisa que se chama tempo. E quando quem manda no barco diz que não há condições para fazer a viagem, quem somos nós para duvidar desse juízo?

Eu pelo menos não tenho a mínima capacidade ou conhecimento para tecer sequer qualquer coisa em contrário.

Dito isto, eu já estou ciente dessa sua preocupação em relação aos empresários da ilha das Flores que têm de carregar e descarregar a carga no "Malena" em algumas circunstâncias. Devo dizer que isto é um grande problema de articulação também com os transitários que temos estado a acompanhar e certamente que haverá resolução havendo diálogo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) Deputado Iasalde Nunes *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de corrigir aqui aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse. Disse que, de facto, a última viagem foi a 25 de maio. Isto é verdade, foi a 25 de maio. Mas do dia 25 de maio ao dia 16 de junho são 21 dias, Sr. Deputado, não são 40 dias.

Deputado José Ávila *(PS):* Muito bem!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Ele não sabe fazer contas!

O Orador: É claro que 21 dias não é a situação ideal. Nós já admitimos que neste momento esta não é a situação ideal, mas é a situação possível.

No plenário anterior discutimos novamente o abastecimento do Corvo. Ficou bem claro que o Governo Regional apostava num sistema de incentivos aos operadores de tráfego local e à renovação da sua frota e deste modo para solucionar de uma forma definitiva, e não temporária, o problema de abastecimento à ilha do Corvo.

A pergunta que faço à Sra. Secretária é se já existe alguma candidatura neste momento por alguns desses operadores, ou alguma intenção dos mesmos em se candidatar?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Uma interpelação à Mesa no sentido de solicitar que seja disponibilizada a todos os Srs. Deputados uma gravação das afirmações que produzi em relação à contabilização dos 40 dias.

Os 40 dias, que eu referenciei, foi entre a data do contrato assinado, que é dia 7 de maio, até à data atual. Portanto, é só fazer as contas e, portanto, isto é fácil. Estamos a falar apenas de uma conta de somar.

Presidente: Será feita então, não a gravação, Sr. Deputado, mas a transcrição e depois então distribuída por todos.

Presidente: Sra. Secretária Regional, para responder à questão colocada pelo Sr. Deputado Iasalde Nunes, tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Sr. Deputado Iasalde, neste momento ainda não temos nenhuma candidatura. Temos uma manifestação de interesse de um dos operadores de tráfego local na região, que está a preparar a sua candidatura, aliás em proximidade com os nossos serviços da Direção Regional dos Transportes.

A candidatura é feita através do preenchimento de formulário e nós temos estado a ajudar na instrução da candidatura.

Essas candidaturas são feitas ao abrigo, como sabe, da Resolução do Conselho de Governo 115/2020, que autorizou a concessão de apoios financeiros até ao montante máximo de 200 mil euros por beneficiário, e que visa uma série de possibilidades de melhoria nas frotas para os empresários do tráfego local, que vai desde a compra de uma nova embarcação, à realização de melhorias nessas

embarcações, a realização de formação aos seus tripulantes, inclusivamente aquisição de material de navegação, etc..

Portanto, neste momento ainda não temos uma candidatura formalizada, mas tudo leva a crer que brevemente teremos uma e se tudo correr bem, três.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) Deputado Alonso Miguel *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os impactos causados pela passagem do furacão "Lorenzo", nomeadamente no que diz respeito ao abastecimento de bens e mercadorias às ilhas das Flores e do Corvo, tem sido desde o início uma grande preocupação do CDS-PP.

Como sabem, logo no início de novembro de 2019, o CDS tomou a iniciativa de propor a criação de um grupo de trabalho no âmbito da Comissão de Economia para avaliação e acompanhamento do processo de reabilitação das infraestruturas danificadas pela passagem do furacão e também para acompanhamento do processo de abastecimento às ilhas das Flores e do Corvo, que foi subscrito pelo Partido Socialista e que foi aprovado por unanimidade nesta Casa. Os trabalhos deste grupo ainda decorrem.

Para além deste contributo, ainda em março desde ano, o Grupo Parlamentar do CDS-PP esteve reunido em jornadas parlamentares na ilha do Corvo, numa altura em que a ilha já se encontrava a algum tempo sem ligação marítima.

Na ocasião nós tivemos a oportunidade de reforçar uma vez mais a importância do abastecimento regular e da previsibilidade de abastecimento aquela ilha, até tendo em conta a elevadíssima dependência que existe da ilha em relação ao abastecimento externo.

A questão que nós gostaríamos de colocar prende-se com o seguinte: o transporte marítimo de mercadorias para a ilha do Corvo é planeado para

acontecer quinzenalmente e para ser realizado quinzenalmente pelo armador de tráfego local.

No entanto, o Conselho Diretivo do Fundo Regional de Coesão decidiu manter a prática de apoiar o transporte de bens alimentares por via aérea, mediante a definição de alguns critérios e de alguns pressupostos.

A questão que gostaria de ver esclarecida prende-se exatamente com a definição destes critérios e destes pressupostos no sentido em que o Fundo Regional de Coesão apenas se disponibiliza para suportar estas despesas do transporte aéreo no final de 21 dias, desde o último toque pelo navio.

Ou seja, se o transporte de mercadorias é planeado para decorrer de forma quinzenal, por que é que o Fundo Regional de Coesão apenas disponibiliza para suportar o transporte via aérea passados apenas 21 dias? Ou seja, por que é que há estes desfasamento entre a responsabilidade quinzenal e o Fundo Regional só assumir as despesas ao final de 21 dias, com todos os prejuízos que isso traz para os comerciantes da ilha do Corvo?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Como disse e bem, tem vindo a ser enviada várias mercadorias via área para os empresários dos Corvo, com base numa monotorização permanente realizada pelo Fundo Regional de Coesão, junto dos empresários da ilha do Corvo.

Posso falar em valores, posso falar em quantidades, mas naquilo que respeita à sua pergunta o desfasamento entre os 15 dias e os 21, primeiro tem a ver com o facto de se pressupor que não é exatamente naqueles 15 dias que vai terminar ou vai faltar os bens.

No caso de faltar, e já aconteceu, esse abastecimento é feito via aérea mais cedo.

Segundo, porque ainda se prevê que dentro daquela margem de uma semana o navio possa avançar, dependendo sempre obviamente das condições do tempo, mas dá-se uma margem para que se realize ainda o transporte marítimo.

Mas volto a dizer que mesmo assim chegados aos 15 dias, quando houve falta, o fundo assumiu naturalmente o transporte desses bens. Temos uma elencagem dos empresários e instituições que já beneficiaram desse transporte, temos uma listagem dos bens que são transportados, das suas quantidades e do seu valor.

Recordo que esse custo é integralmente suportado pelo Fundo Regional de Coesão.

Muito obrigada.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero entregar à Mesa a fotografia que mostra o navio encostado à ilha do Faial, o mesmo navio que a Sra. Secretária disse que já estaria na ilha do Corvo, numa viagem realizada hoje. Está aqui a fotografia.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Veja o Regimento!

O Orador: Isto é o Regimento.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Não é, não. É tentar falar sem ter tempo!

O Orador: É uma interpelação à Mesa, no sentido de solicitar que seja dada cópia de uma fotografia que demonstra que o navio está aqui no Faial e não está no Corvo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Depois de ser recebida pela Mesa será distribuída por todos.

Sra. Secretária Regional pede a palavra para?

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Muito obrigada. Para responder, Sra. Presidente.

Presidente: Não poderá responder uma vez que a interpelação foi feita à Mesa.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Mas eu não disse isso.

Presidente: Pode sempre fazer uma interpelação à Mesa.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Então faço uma interpelação à Mesa.

Presidente: Então tem a palavra para uma interpelação, Sra. Secretária.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Não foi isso eu que disse. O que eu disse foi que o barco se preparava para sair e era um barco dos "TMG", concretamente no "Paulo da Gama". Eu não disse que o barco estava a caminho do Corvo.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Sra. Deputada, a interpelação é à Mesa, não ao Sr. Deputado!

A Oradora: Preparava-se para sair e estava a caminho do Corvo. Não disse que estava lá.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Está aqui no Porto da Horta!

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, tem de ensinar a sua bancada a usar o Regimento!

Presidente: Fica esclarecido, Sra. Secretária.

Sras. e Srs. Deputados… Pode fazer chegar depois, Sr. Deputado, também só iremos fazer distribuir ao final do dia. Portanto, pode fazer chegar depois à Mesa.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi aqui a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão que por diversas vezes tem levantado problemas reais da ilha do Corvo. Por outro lado, ouvi o Deputado da bancada do Partido Socialista dizer: "bom, isto não é a situação ideal, mas é o possível".

Não, não é o possível. Os corvinos pagam exatamente os mesmos impostos que todos os açorianos pagam, ou seja, os corvinos têm de ser servidos como qualquer açoriano nesta Região e não estão sendo.

É manifestamente inadequado o barco que vai ao Corvo, porque agora se ele vai é porque é verão, porque a seguir vem o outono, o inverno e o barco vai continuar a deixar de ir ao Corvo e os corvinos vão passar novamente a ter falta de materiais, falta de alimentação e os comerciante a verem prejuízos acumulados, viagem após viagem.

O que é certo é que nós não achamos isto correto e a nossa pergunta vai no sentido de saber (visto que agora é verão e vai ficar tudo regularizado, mas depois vem o inverno) se o Governo Regional pretende fazer a regularização desta situação, visto que o barco é inadequado para fazer as viagens que está a fazer para a ilha do Corvo…

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Já disse três vezes como era!

O Orador: … durante o período que o mar está mau.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** *(Ana Cunha):* Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Sr. Deputado, o que foi dito e volto a dizer é que sempre que for necessária a subcontratação no âmbito do tráfego local, sempre que for necessário, serão realizadas viagens extraordinárias e relembro por exemplo em março passado as viagens que foram realizadas e a quantidade de mercadoria que foi deixada na ilha do Corvo, que no espaço de 4 dias foram deixadas 500, 600, 700, quase 800 toneladas na ilha do Corvo de mercadoria devido precisamente ao atraso de viagens que existia de 23 de janeiro até março.

Portanto, realizar-se-ão as viagens que forem necessárias, transportar-se-á, via aérea, a mercadoria que for necessária, sem custos para os comerciantes, sendo certo que depois repercutem, ou não, isso nos preços que fazem aos seus clientes finais. Portanto, o Governo monitoriza permanentemente a existência de bens no Corvo, desta forma, e ultrapassa as dificuldades que pontualmente têm existido em termos de regularidade de viagem marítima com recurso à SATA e ao transporte por via aérea de bens essenciais.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Julgo não haver mais inscrições no âmbito deste objeto. Vamos passar então ao ponto 4: gestão de resíduos dos Açores.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM está absolutamente empenhada em evitar a construção de uma incineradora na ilha de São Miguel que terá terríveis

custos ambientais e terá consequências até muito graves para a saúde da população dos Açores, nomeadamente para a população da ilha de São Miguel.

É um projeto que do ponto de vista ambiental é uma catástrofe, do ponto de vista da saúde pública é uma ameaça, representa uma enorme ameaça.

Podem dizer-me que é uma decisão que corresponde aos municípios da ilha de São Miguel, mas a verdade é que o Governo Regional tem graves responsabilidades em todo este processo, desde logo no que diz respeito à declaração de impacto ambiental.

Veja-se que a legislação nacional e a legislação regional era, até à última alteração, exatamente igual, mas exatamente igual do ponto de vista da sua redação à redação regional.

O que devo dizer é que nesta matéria o Governo Regional permitiu que a legislação de impacto ambiental, que foi admitida em 2011 fosse sucessivamente renovada, por exemplo, em 2013 e em 2015, quando a verdade é que a legislação nacional que está em vigor nos Açores nesta matéria de forma específica não o permite.

Portanto, a renovação de impacto ambiental era algo que não poderia ter ocorrido que torna o Governo Regional absolutamente cúmplice nesta situação, ou seja, a construção, a implementação de um projeto que necessita de uma declaração de impacto ambiental e que o Governo autorizou em condições de absoluta ilegalidade.

O que eu lhe pergunto, Sra. Secretária, é se assume as responsabilidades do Governo Regional na questão da construção da incineradora, nomeadamente nesta questão da declaração de impacto ambiental e depois na réplica poderei ler-lhe o que diz a legislação regional e nacional nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Energia, Turismo e Ambiente.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Obrigada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por muito que se goste ou não se goste não se pode dizer, não é correto, que a solução, a opção que venha a ser tomada, e pelos vistos já foi tomada por uma central de valorização energética pelos municípios da ilha de São Miguel, terá efeitos nefastos na saúde das pessoas. Isto é falso e é grave.

As avaliações de impacto ambiental existem precisamente para assegurar que essas situações não acontecem e é isso também que nos compete.

Relativamente a este tema, que não é novo, de facto não deve a Assembleia Legislativa, nem deve o Governo, em respeito pelo poder local democrático eleito, substituir-se aos municípios, neste caso de São Miguel ou de qualquer outra ilha, no exercício dos seus poderes executivos, designadamente na forma ou na escolha das soluções tecnológicas para a gestão dos respetivos resíduos urbanos.

À Assembleia Legislativa compete definir o quadro legislativo e ao Governo compete assegurar o respetivo cumprimento.

Quaisquer novas opções estratégicas que sejam tomadas, como já foi referido nesta Casa, no âmbito dos instrumentos de gestão devem resultar da avaliação do PEPGRA e da respetiva ponderação em sede de revisão ou alteração, cumprindo com a tramitação e calendários estabelecidos para o efeito.

Trata-se de, nos termos da lei, um amplo e participado processo, envolvendo diversas entidades e envolvendo também a necessária discussão pública para o efeito.

Relativamente a esta matéria não posso deixar de referir que a autoridade ambiental será em sede de RECAPE, a figura que permite reavaliar o cumprimento de avaliação de impacto ambiental dos projetos que forem executados, intransigente.

Quanto à necessidade do projeto de execução desta central de avaliação energética de São Miguel, assegurar o respeito por todos os normativos em vigor e pelas condicionantes de alteração de impacto ambiental, incluindo aqui os objetivos e as metas de valorização e de redução ou eliminação em aterro.

A avaliação de impacto ambiental foi efetivamente renovada por duas vezes dentro daquilo que é a lei regional e cumprindo escrupulosamente o que está previsto.

A partir do momento em que se deu início à construção de alguns dos equipamentos que estavam previstos neste projeto, que é um projeto vasto e que abrange diversas componentes, em concreto obras que foram iniciadas antes de outubro de 2017, data em que estava válida a avaliação de impacto ambiental, considera-se em exploração este projeto e a declaração de impacto ambiental do projeto mantém-se válida até à desativação das estruturas executadas no respetivo âmbito.

Portanto, tudo o que foi feito foi naturalmente feito à luz de toda a legalidade.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para a réplica.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A legislação é claríssima sobre esta matéria.

Diz aqui o ponto n.º 7 do artigo 24.º, "a pedido da prorrogação da declaração de impacto ambiental ou da decisão sobre a conformidade ambiental do projeto de execução, só pode ser deferido uma única vez". Uma única vez!

É isto que diz a legislação referente a esta matéria e é a legislação que neste caso está em vigor, porque é a alteração da legislação que foi introduzida a nível nacional. A legislação nacional e regional era exatamente igual até à alteração da legislação nacional nesta matéria. E nesta matéria, como se sabe, e

como o próprio Governo Regional reconheceu, uma vez que fez uma primeira redação exatamente igual à redação nacional nesta matéria, aqui não há nenhuma especificidade regional neste âmbito.

Portanto, o Governo Regional está envolvido neste processo, sim, porque renovou, na minha perspetiva, ilegalmente, a autorização em relação à declaração de impacto ambiental, não o poderia ter feito, e quero aqui afirmar, de forma perentória, neste Parlamento, que até ao final deste mês, até ao final do mês de junho, irei acionar os procedimentos judiciais que terão como objetivo travar a execução deste procedimento e a construção desta incineradora, por razões legais que acabei aqui de referenciar claramente, mas também por razões ambientais e por razões de defesa da saúde pública.

Portanto, este é um projeto que traz perigos muito grandes para a saúde pública e para o ambiente, nomeadamente ao avanço da questão da reciclagem, e não é por acaso que em toda a Europa continental, com exceção das regiões ultraperiféricas, que está proibido, expressamente proibido, a utilização de verbas europeias para a construção de incineradoras.

Esta proibição não aconteceu por acaso. Há uma única exceção para as regiões ultraperiféricas, e no caso das Canárias, as Canárias já decidiu que não o faria.

O que eu acho que é fundamental é que o Governo Regional nesta matéria assuma as suas consequências e eu afirmo aqui de forma perentória que este projeto, sem o apoio do Governo Regional, e sem decisões do Governo Regional que na minha perspetiva são absolutamente ilegais, como a renovação da licença de impacto ambiental que não poderia ter feito, o Governo Regional é absolutamente cúmplice na construção de uma incineradora na ilha de São Miguel.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* O senhor passa a vida reclamar ao tribunal.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Tem de ser, tem de ser nos tribunais a parar isto. Olhe, vou gastar muito dinheiro.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* A verdade é que nenhum deles lhe deu razão!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Todos eles me deram razão! Até o Papa me deu razão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não se trata de considerarmos que uma solução ou outra são melhores. Trata-se, como dizia há pouco, respeitar o poder autárquico que neste caso é o poder que exerce a opção de escolha pela solução que está naturalmente dentro também dos instrumentos que estão em vigor e que foram aprovados nesta Casa.

Como dizia há pouco, foi autorizada, por das vezes, a renovação da autorização de impacto ambiental, de acordo com a legislação regional. Só temos autonomia para tal e foi nesse âmbito que tal foi feito.

Como também já referi há pouco este Projeto está naturalmente sujeito à RECAP, ou seja, a sua reanálise para os projetos que ainda não foram implementados.

Se existirem alterações substanciais àquelas que fazem parte do projeto inicial, pode ser solicitada uma nova avaliação de impacto ambiental, como referi há pouco, neste aspeto a autoridade ambiental será naturalmente intransigente quanto à necessidade do projeto de execução desta central assegurar o respeito por todos os normativos em vigor e pelas condicionantes de alteração de impacto ambiental, incluindo objetivos e metas de valorização e de redução de eliminação em aterro, que são aquelas que neste momento nos preocupam mais.

Muito obrigada.

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra para uma pergunta o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É impossível, e até injusto, se falar em gestão de resíduos nos Açores sem se destacar o caminho que já foi feito até aqui.

A evolução positiva dos recursos à disposição de todos os intervenientes, inclusive dos açorianos, o trabalho de maior consciencialização de todos para a importância desta alteração de mentalidades, quer seja em campanhas televisivas, quer seja em campanhas direcionadas aos mais novos, ou até em campanhas de sensibilização de porta a porta.

Fruto de todo esse trabalho do Governo Regional em parceria com as autarquias locais e com todos os açorianos foi possível, e segundo dados ainda ontem divulgados pela Sra. Secretária Regional, chegar a uma evolução positiva também nesta matéria.

A valorização de mais de metade dos resíduos urbanos produzidos e a sua consequente diminuição de resíduos em aterro, um aumento de 10% só de 2018 para 2019, na valorização orgânica, através da reciclagem, uma valorização que evolui de 9,6% em 2012 para 22,6% em 2019.

O facto de já termos hoje, e isto é muito importante, 6 ilhas com aterro zero, e com 100% de valorização dos seus resíduos produzidos.

É verdade, e nós temos essa consciência, que muito há a fazer. Aliás, haverá sempre muito a fazer nesta matéria já que este é um trabalho que não pode acabar, mas também é verdade, Sras. e Srs. Deputados, que todos estes resultados comprovam o trabalho e o esforço já realizado por todos os intervenientes, começando no Governo Regional e acabando naturalmente em cada um dos açorianos.

Parece-me muito importante percebermos numa discussão sobre este assunto parte do percurso que já foi realizado.

Por isso, Sra. Secretária Regional, para que todos tenham conhecimento e para permitir reavivar algumas memórias porventura seletivamente mais esquecidas, a pergunta que lhe faço é: que investimentos foram realizados para que fosse possível chegarmos hoje aos bons resultados que nós já temos na nossa Região?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Obrigada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É bem verdade! O Governo Regional tem assumido nesta matéria um compromisso cada vez mais vincado no que diz respeito à gestão de resíduos, construindo um modelo que está assente nos princípios que defendemos acerrimamente do desenvolvimento sustentável e da economia circular.

Desde logo, pela estratégia que temos vindo a implementar, com sucesso, na prevenção e na redução de resíduos que se reflete também, como é óbvio, na produção de resíduos urbanos de forma consistente, apesar dos aumentos que temos tido, pelo menos vínhamos a ter até ao ano passado, de aumento da população flutuante, acompanhando aqui também um incremento substancial ao nível da reciclagem.

Mas também porque temos de facto investido na Região. Temos construído uma moderna infraestrutura de gestão de resíduos urbanos que abrange todas as ilhas e cujas instalações e soluções tecnológicas têm como objetivo o aumento das quantidades de resíduos valorizados e o incremento significativo do desvio

de resíduos de aterro, em termos que garantam o cumprimento dos objetivos estratégicos e das metas fixadas.

De facto, os dados constantes do relatório que foi divulgado ontem, que se refere ao exercício de 2019, demonstram esta evolução progressiva e significativa da Região em matéria de tratamento de resíduos, desde 2012 e com particular expressão desde 2016, já nesta legislatura.

Por isso não posso deixar de salientar e enfocar que em 2019 os Açores valorizaram mais de metade dos resíduos urbanos, 55,2%, e consequentemente aquilo que foi eliminado em aterro foi menor do que foi valorizado.

Isto acontece pelo terceiro ano consecutivo e não é demais também enfocar aquilo que o Sr. Deputado João Paulo há pouco referiu. Temos já neste momento seis ilhas que podem dizer que têm aterro zero, significa que tudo tem uma valorização.

Note-se que não há muito tempo, porque 2012 não foi assim há tempo, 87% dos nossos resíduos tinham como destino final a eliminação em lixeiras e em aterros. Estamos a falar apenas de 2012 para 2019.

Estes são dados consistentes, já que desde 2017, isto é, pelo terceiro ano consecutivo, como referi há pouco, estamos, de facto, a valorizar a maioria dos nossos resíduos urbanos, e em 2019 também como foi referido um destaque especial para o facto de termos aumentado em 10% a valorização orgânica.

Nesta matéria que diz respeito à valorização orgânica, num trabalho que é de todos nós, gostava de salientar dois projetos que considero de especial importância: um tem a ver com um projeto piloto que lançámos de recolha seletiva de resíduos orgânicos nos Açores, disponibilizando mil contentores específicos aos municípios que pretendessem iniciar a recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis.

Dos nossos 19 municípios 14 aderiram a esta iniciativa e já este ano vimos um projeto relativo ao sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores ser aprovado para financiamentos EEA Grants.

Este projeto visa a implementação, até ao final do próximo ano, do sistema que integra 25 máquinas destinadas à devolução de embalagens não reutilizáveis de bebidas em plástico, vidro e metal, a instalar em todas as ilhas do arquipélago em função naturalmente da dispersão geográfica garantindo pelo menos uma por cada concelho, contemplando ainda uma componente destinada a ações de informação e de sensibilização que nesta matéria são naturalmente fundamentais.

Trata-se de um projeto que tem um investimento de 1 milhão de euros, é financiado em 90% e foi o melhor pontuado neste programa com uma ação prioritária relativa a soluções para depósito de embalagens.

Olhando de facto para estes dados podemos dizer que acreditamos que este caminho que temos vindo a percorrer, de desenvolvimento sustentável, que temos vindo a defender de forma acérrima ao longo desta legislatura, é aquele que continuaremos a percorrer e há cada vez mais uma realidade e os resultados positivos estão à vista de quem os queira ver.

Muito obrigada.

Deputada Sónia Nicolau e Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado.

(*) Deputada Catarina Chamacame Furtado *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, os instrumentos de planeamento sectorial e o acervo normativo em matéria de gestão de resíduos impuseram aos Sistemas de Gestão de Resíduos da Região metas bastante ambiciosas.

Até 31 de dezembro deste ano a região tem de preparar para a reutilização e para a reciclagem 50% dos resíduos produzidos. É uma taxa em peso.

Até 31 de julho deste ano a região tem de reduzir a deposição em aterro dos resíduos urbanos biodegradáveis em 30% ao valor que foi produzido de resíduos urbanos biodegradáveis em 1995.

Os últimos dados disponíveis de que falou ali o Sr. Deputado João Paulo Ávila não são disponíveis, porque os disponíveis são de 2018, mas os anunciados pela Sra. Secretária ontem…

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Estão disponíveis!

A Oradora: … demonstram que estamos bem longe de atingir essas metas.

Portanto, acho que é quase certo assumir que não iremos atingir as metas a que nos propusemos.

Portanto, a questão é simples: quais são as consequências e as implicações do facto de não conseguirmos atingir as metas a que nos propusemos em termos de gestão de resíduos, Sra. Secretária?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Obrigada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os dados relativamente a 2019 já são públicos, estão disponíveis para consulta, por todos aqueles, como tem sido hábito relativamente à divulgação da informação no que diz respeito à questão dos resíduos e a todas as matérias no que diz respeito às áreas que tutelo e no Governo em geral, como é sabido.

Ontem tive oportunidade de referir que efetivamente o cumprimento das metas está dependente da implementação de uma solução para São Miguel, quer no

que diz respeito à preparação para reutilização de embalagens e reciclagem, quer no que diz respeito ao desvio de aterro.

Portanto, é fundamental que seja de facto encontrada uma solução nesse sentido e aquilo que nós continuamos a defender é que é possível, de facto, atingir essas metas, desde que esta solução seja, de facto, encontrada.

Posso dar nota, de acordo com o que é público, que neste momento o tratamento mecânico e biológico está já em fase de adjudicação. Isso por si só já nos permitirá reduzir de forma significativa aquilo que neste momento está a ser encaminhado para aterro.

Posso dar-vos nota, como é sabido e público, que do total de resíduos urbanos reutilizáveis ou recicláveis no ano de 2019, temos 113 mil toneladas.

O nosso compromisso é com 50% desse montante poder reutilizar ou reciclar, uma vez que no final de 2019 o que atingimos foram 43.662 toneladas. Significa isto que neste momento estão-nos a faltar 13.114 para conseguirmos essa meta.

Isto é possível ainda (acreditamos que seja possível, desde que sejam implementadas as tecnologias que neste momento estão de facto a ser adjudicadas), até porque há uma questão especial que deve ser tida em conta. Já foi divulgado pelo Ministério do Ambiente, de acordo com o entendimento que foi dado pela União Europeia, e passo a citar, num relatório que também é público: "Após a reunião em Bruxelas com a DG COM foi aceite que o esforço que o Estado Português e os Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos terão de desenvolver para o cumprimento, ou não, das metas definidas para 2020, serão monitorizados e avaliados até final de 2022, de modo a compensar os dois anos de

contingência".

Portanto, desde que as soluções sejam implementadas, e há aqui um prazo adicional para que elas sejam implementadas, estaremos em condições

efetivamente de cumprir estas metas, desde logo pela questão da reutilização e reciclagem e de forma inerente por aquilo que estamos a desviar também de aterro e assim conseguiríamos dar, de facto, resposta àquilo que é preciso.

Mais uma vez enfoco, como temos vindo a enfocar, desde que sejam implementadas as soluções que precisam de ser em São Miguel

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Nós atingimos o horário definido para a organização desta sessão de perguntas. No entanto, o n.º 1 do artigo 181.º diz-nos que devemos permitir que todos os partidos possam pelo menos fazer uma pergunta em relação ao objeto que está a ser debatido.

Para o efeito, a Mesa ainda tem duas inscrições, por isso iremos concluir estas perguntas para depois então encerramos o ponto da Agenda.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma, direi, indecente, a MUSAMI lançou um concurso para a construção de uma incineradora na ilha de São Miguel, em plena pandemia.

Não era obviamente o momento quando essa discussão ainda estava em curso, na sociedade açoriana, para se tomar uma decisão dessas e nós condenámos essa decisão e não concordámos com ela. Não podemos deixar de o dizer hoje, aqui, em frente a todas as Sras. e Srs. Deputados e aos açorianos e açorianas.

Pode dizer o Governo que essa decisão e a opção por uma ou outra tecnologia é uma decisão das autarquias e ao abrigo da sua autonomia nessa matéria, mas o que é certo é que o Governo também não se inibe de, ainda ontem, apresentar dados relativamente à reciclagem, como se fossem todas essas opções suas.

É preciso assumir todas as responsabilidades e não só aquelas que aparentemente são positivas.

As opções da Gestão de Resíduos nos Açores não podem ser ignoradas e não podem ser afastadas pelo Governo, porque tem responsabilidades nesta matéria.
É mais do que clara, apesar do que disse a Sra. Secretária há pouco em reposta à Sra. Deputada Catarina Furtado, que Portugal e que os Açores não atingirão aquela que é a meta de 50% de resíduos recicláveis até 2020.
Podemos utilizar as devidas parcimónias da União Europeia aqui e ali, que já nos habituou, aliás, em muitas matérias, exceto quando é a bem das pessoas, essas parcimónias.
Mas a verdade é que para o ambiente esta meta existe na mesma, ou seja, o que é mais importante não é exatamente a meta, importante é a questão ambiental que não vai ser atingida, a meta de reciclagem de 50% dos resíduos em 2020 nos Açores.
Essa responsabilidade é da Região como um todo e o Governo Regional tem aqui uma responsabilidade que não pode enjeitar.
Quando era tempo de reavaliar tudo, a partir do momento em que não foi adjudicado e que a decisão do Tribunal Administrativo de Ponta Delgada decidiu anular todo o concurso da anterior construção da incineradora, resolveu a Associação de Municípios da ilha de São Miguel avançar novamente com um concurso, mais do mesmo, um bocadinho mais pequenino é verdade, mas mais do mesmo, a mesma solução, a solução que sempre quiseram e que até arranjaram um estudo encomendado cuja credibilidade eu me abstenho de comentar, mas um estudo que diz exatamente aquilo que a MUSAMI queria, que era avançar com a solução que sempre quiseram desde há muitos e muitos anos.
Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.
O Orador: Termino fazendo a pergunta: está mais do que demonstrado que é necessário, e tendo em conta até aquelas que são as declarações públicas da TERAMB, empresa que gere uma incineradora na ilha Terceira, ter capacidade

para tratar com valorização energética, com a incineração, parte dos resíduos ou a totalidade dos resíduos da ilha de São Miguel. Julgo eu que se impõe aqui uma decisão, e uma decisão que tem de passar também pelo Governo Regional.

A pergunta que faço, em primeiro lugar, Sra. Secretária, é se o Governo Regional está de acordo com essa decisão que foi agora tomada pela AMISM, e se o Governo Regional vai de uma vez por todas pedir também aquilo que deve existir, que é um estudo sobre esta matéria, que diga exatamente qual é a viabilidade de utilizar toda a capacidade instalada que existe na região para tratamento dos resíduos e não dividir em capelinhas, como parece ser a intenção da Associação de Municípios, para concretizar aquela que é a sua solução de sempre, de há muito desejada e que pelo Governo tem sido conivente e até apoiante em algumas alturas desta decisão de construir uma incineradora na ilha de São Miguel?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Muito obrigada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes da resposta a esta questão há um conjunto de considerandos que tem de ter também algum comentário. No que diz respeito às metas e à questão da reciclagem, é também importante percebermos onde é que estamos, que estamos dependentes, o todo regional, de atingirmos as metas previstas dependentes daquilo que foi implementado em São Miguel, não vale a pena estar a ofuscar. É verdade! Tem um peso demasiado grande.

Neste momento temos uma situação que não é a ideal e, portanto, há dependência da implementação de soluções tecnológicas em São Miguel para conseguirmos de facto atingir as metas.

Mas é preciso não confundir uma coisa com a outra. No que diz respeito a reciclagem de embalagens promovidas pelos sistemas de gestão de recursos de resíduos urbanos, é importante também vincarmos aqui os aspetos positivos na Região e neste caso temos de nos orgulhar pelo facto de nós temos, em 2019, uma média anual de reciclagem de embalagens de 64 quilos por habitante, o que compara, por exemplo, com o continente, onde a média é de 41.3 quilos por habitante.

Portanto, também há aspetos positivos naturalmente que têm de ser valorizados e que contam, Sr. Deputado, para aquilo que é a qualidade ambiental naturalmente.

A situação que nós temos de facto de combater, e aquela que nos deve preocupar, acima de tudo, é aquilo que está neste momento a ser encaminhado para aterro e isso é o mais preocupante e isso é aquilo que mais neste momento traz problemas ambientais.

Relativamente ao acordo ou não do Governo sobre as soluções implementadas, não estamos nem nunca estivemos nessa fase. Nós temos regras, temos um quadro programático e temos instrumentos que foram inclusivamente aprovados nesta Casa que preveem soluções tecnológicas, e não é por nós gostarmos mais de umas, ou mais de outras, que vamos interferir naquilo que é o poder das entidades que têm competências para tomar as suas decisões. Portanto, relativamente a essa matéria continuarei a dizer aquilo que disse desde o início: temos um quadro regulatório que foi assumido pelo Governo e por esta Casa onde estão definidas as possibilidades tecnológicas.

Tomando as entidades com competências para tal decisões no âmbito deste quadro regulamentar, estão naturalmente a exercer os seus direitos e o seu poder natural que deve ser respeitado.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Por fim tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo** *(PCP):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária falou-nos aí que são, finalmente, seis ilhas aterro zero.

Sra. Secretária, não contabilizou de certeza nestas seis ilhas a ilha das Flores, porque no final do ano passado o Governo Regional procedeu ao enterramento de pneus e de plásticos em cima das lagoas, que são o ex-libris do Açores. De certeza que não contabilizou!

O Governo Regional tem patrocinado algumas lixeiras e algumas quedas de óleo para as linhas de água, por exemplo, na zona do Cascalho, entre a freguesia dos Cedros e a sede de concelho de Santa Cruz das Flores, porque autorizou com outras entidades a reposição e colocar lixo naquela zona e continua a ser colocado lixo naquela zona. Aliás, vê-se muitas vezes o Governo Regional, com visitas dos seus chefes de delegações, ou da Secretaria Regional Habitação e Obras Públicas a fazerem visitas regulares ao local e nada ter sido feito. Continua tudo na mesma.

Sra. Secretária, de certeza que a Sra. Secretária não contabilizou aterro zero na ilha da Flores, porque continua sem ser aterro zero. O Governo Regional continua a enterrar plásticos, pneus em cima das lagoas, como fez o ano passado.

O que eu estou dizendo aqui, sabe o Sr. Deputado do Partido Socialista eleito pelas Flores, como sabe o Sr. Deputado do PSD eleito pelas Flores. Isto é público na ilha.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* E os cadáveres sanitários em São Jorge?

O Orador: De qualquer maneira a minha pergunta vai no sentido de…

Mas também quero dizer uma coisa: há passos que têm sido dados no sentido positivo, sem dúvida. Agora, não suficientes, Sra. Secretária.

O que acontece e a nossa pergunta vai no sentido de tendo em conta a proliferação de embalagens plásticas utilizadas em muitos produtos regionais, tenciona o Governo Regional criar incentivos para o uso de embalagens mais sustentáveis, nomeadamente questiono se já foi realizado algum estudo comparativo custo/benefício de uso de vidro e plástico em embalagens de produtos regionais, como por exemplo, no leite, no iogurte, na água?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Repudio por completo as acusações que faz ao Governo Regional dos Açores, que não enterra pneus, que não põe óleo para cursos de água, que não patrocina lixeiras.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Mas permite!

A Oradora: Portanto, isto não pode ser dito de ânimo leve nesta Casa como se verdade fosse.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* De quem é a responsabilidade da fiscalização?

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Dos serviços!

A Orador: Relativamente a esta matéria é importante termos consciência de que relativamente às Flores tínhamos, em 2012, cerca de 85% dos resíduos urbanos…

Deputada Graça Silveira *(Independente):* E os cadáveres sanitários em São Jorge? A culpa também é dos serviços!

A Oradora: Sr. Deputado, não sei se me está a ouvir?

Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Bem, perfeitamente, Sra. Secretária!

A Oradora: Ótimo!

Em 2012, repito, tínhamos 85% dos resíduos urbanos em aterros e lixeiras.

Nos últimos quatro anos não tivemos efetivamente nada em aterro.

Se existem práticas ilegais elas devem de facto ser denunciadas para serem investigadas e terem o seu devido tratamento.

Acusações, nesta Casa, sem a devida fundamentação, peço desculpa, mas não pode ser, não é este momento.

Há os canais que estão perfeitamente identificados para que isso aconteça. Que eu saiba não foi recebido nenhuma queixa nesse sentido e nós temos o dever cívico de o fazer, quando encontramos algo que não está conforme àquilo que é a prática e aquilo que é a legislação.

Relativamente a incentivos para utilização de embalagens, este é um tema que merece especial atenção.

Gostava de referir aqui a prática que nós temos na administração pública da não utilização de embalagens não reutilizáveis e de uso único, cujo material primário seja o plástico, as iniciativas que temos vindo a desenvolver nesta matéria.

O que referi há pouco da campanha que fizemos junto dos municípios para adesão, de facto, à recolha de resíduos orgânicos e também das máquinas para poderem ser depositadas embalagens de bebidas, de vidro, de metal e de plástico, com incentivo monetário para quem o fizer.

Relativamente aos incentivos para os nossos empresários para utilização de embalagens mais amigas do ambiente, isto é algo que também está inerente naturalmente às suas opções tecnológicas e de mercado e que se tem assistido às empresas que são mais conscientes, aquelas que também têm aderido à cartilha da sustentabilidade no âmbito do projeto Certificação do Destino, que tem de facto tomado opções mais conscientes, mais amigas do ambiente, naturalmente dentro daquelas que são as possibilidades dos seus negócios, numa tendência

que marca claramente os Açores, com um setor empresarial quer privado, quer público, com preocupações cada vez mais marcadas no que diz respeito a esta matéria.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo pediu a palavra para?

(*) Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, para informar que vou entregar na Mesa as fotografias dos tratores da Região a enterrar os pneus e os plásticos no local onde afirmei aqui nesta câmara e informar também, e pedir à Sra. Presidente se me pode informar, se pediu a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira ou o Sr. Deputado Bruno Belo para repudiar as afirmações que fiz aqui.

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* O Sr. Deputado está na Mesa!

O Orador: Portanto, se não o fizeram é porque é verdade aquilo que eu estou dizendo aqui.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* A Sra. Presidente tem de informar a Câmara que os senhores deputados não podem responder nesta figura regimental.

O Orador: Sra. Presidente, informo a câmara que vou entregar as fotografias dos tratores da Região a enterrar plásticos e pneus em cima das Lagoas na ilha das Flores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Depois de serem recebidas pela Mesa naturalmente que serão distribuídas por todos.

Encerrámos este nosso ponto da Agenda. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 2 da Agenda: **perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores**, iniciativa esta apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Rege esta matéria o artigo 181.º e 182.º do nosso Regimento e refere-se em particular ao Requerimento 802/XI, e às suas duas questões.

Por cada uma delas o Sr. Deputado Paulo Estêvão dispõe do direito à réplica.

Os tempos e a organização do debate desta sessão de perguntas é o mesmo que acabámos de utilizar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que vai acontecer agora é que a Representação Parlamentar do PPM vai transformar perguntas escritas, não respondidas, ou seja, requerimentos não respondidos, em perguntas orais.

É o momento de que este Parlamento e fundamentalmente o Governo Regional não se pode orgulhar.

As perguntas foram feitas no dia 23 de dezembro de 2019 (23 de dezembro de 2019!). O que é que diz a lei? A lei é perentória: o Governo Regional tem 60 dias para responder aos deputados desta Casa.

É lamentável, absolutamente lamentável, que o Governo Regional não cumpra a lei! O Governo não estão acima da lei!

A lei diz que tem de responder no prazo de 60 dias aos deputados desta Casa e é isso que o Governo Regional deveria ter feito. É isso que era a obrigação legal do Governo Regional nesta matéria.

Eu lamento muito que o Governo Regional se comporte desta forma e que não forneça a informação que lhe é solicitada.

Isso demonstra que há um relacionamento institucional da parte do Governo Regional em relação ao Parlamento e aos Deputados desta Casa que não está correto e que o Governo Regional não se importa de não cumprir a legislação e não é absolutamente transparente, porque se fosse transparente tinha respondido às questões que lhe são colocadas como é seu dever, como é sua obrigação.

Portanto, o PPM está a utilizar este mecanismo para que estas perguntas possam ser colocadas ao Governo, que deliberadamente não o quis fazer, deliberadamente não quis responder a este conjunto de questões.

Para abreviar faço já a primeira das questões.

"Dada a situação extremamente grave em que se encontra o Grupo SATA e a urgência das medidas que é necessário aplicar, não considera o Governo Regional que o exercício de funções em part-time por parte do novo Presidente do Grupo SATA constitui uma situação insustentável para o interesse da transportadora aérea regional?"

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

O Sr. Presidente do Conselho de Administração do Grupo SATA não exerce cargo nenhum em part-time. Acumula periodicamente a função de professor numa universidade, não é uma situação inédita. Em nada conflui com o exercício da sua função como Presidente do Conselho de Administração do Grupo SATA.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para a réplica, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se era tão fácil, se era tão fácil responder à questão, a resposta é: "Não, não. Não trabalha em part-time. Faz várias coisas: dá aulas na universidade até junho, recebe um salário principesco aqui por parte da SATA, de uma empresa pública, mas nós o que consideramos é que isto não atrasa nenhum processo e vê-se que não atrasa nenhum processo".

Hoje de manhã estive aqui a fazer perguntas sobre o plano de reestruturação da SATA e está a 90%. A TAP já entregou, as companhias de toda a europa já entregaram, já toda a gente fez isto e só a SATA é que ainda não acabou o trabalho.

O Presidente do Conselho de Administração da SATA é que ainda não acabou o trabalho.

Bom, o facto de não ter o dia todo disponível para trabalhar na SATA e estar a fazer outras coisas em simultâneo deve ter alguma consequência e deve também ter tido alguma consequência do ponto de vista dele não ter terminado e neste momento ser das poucas companhias da Europa que ainda não apresentou os planos em relação a esta matéria. Se calhar se tivesse a tempo inteiro, se tivesse o tempo todo que é disponível para aquilo que é pago, se calhar teria tido tempo de complementar o seu trabalho.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária…

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Não houve pergunta nenhuma! Qual foi a pergunta?

Presidente: Muito bem!

Sr. Deputado, avançamos então para a pergunta n.º 2.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estava à espera de uma réplica da parte da senhora. Podia ter-me dito, porque tinha evitado aqui todas estas questões da máscara, de colocar e voltar a tirar.

A questão fundamental, reitero aqui, o Governo deveria ter respondido. Tinha um prazo de 60 dias.

O que lhe quero dizer é o seguinte: se alguém quiser verificar a remuneração da Sra. Presidente do Parlamento, deste mês, do mês passado, do anterior, só tem de ir à página do Parlamento e pode fazer isso. Se alguém quiser verificar a minha remuneração só tem de clicar…

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Por proposta do PS!

O Orador: … e poderá verificar qual é a remuneração de cada Deputado.

Se alguém quiser verificar a remuneração do Sr. Deputado Francisco César, poderá verificar e terá essa oportunidade. É uma situação absolutamente transparente. É a nossa obrigação e essa proposta foi aqui aprovada por todo o Parlamento.

O que eu quero lhe dizer é que essa tem de ser a forma de funcionamento da Administração.

Veja bem: as coisas têm avançado no sentido de um cidadão pedir informação à administração e a administração tem de fornecer essa informação sobre essas matérias.

Portanto, estamos num ambiente de absoluta transparência sobre estas matérias.

Um gestor público, o vencimento de um gestor público deve ser comunicado à população, deve ser público ou não?

Pelos vistos o Governo Regional tem dificuldade em conviver com esta matéria, uma vez que tendo sido questionado a este respeito em dezembro ainda não respondeu.

A questão é a seguinte: essa não resposta do Governo, a não transmissão dessa informação de forma clara e transparente é algo que seja aceitável? Na nossa perspetiva não!

Um gestor público, a remuneração de um gestor público, deve ser do conhecimento de toda a opinião pública e nomeadamente do Parlamento que lhe fez essa pergunta e tem toda a legitimidade para ter essa resposta e essa resposta ser transmitida à opinião pública.

Como disse, essa é uma prática deste Parlamento, e muito bem. O nosso vencimento pode ser acedido a partir da página do Parlamento. É muito fácil. Clica-se no nome do Deputado e sabe-se quanto é que recebeu o mês passado, quanto é que recebeu no outro mês e tudo isso… Isso é absolutamente transparente. Na minha perspetiva este é o comportamento correto.

Agora, o Governo Regional estar a recusar esta informação em relação ao gestor público é absolutamente inaceitável e errado na minha perspetiva.

Portanto, a pergunta é esta. Também seria muito fácil ter respondido:

"Que remuneração anual irá auferir o novo Presidente do Grupo

SATA, assim como os restantes membros da sua administração?"

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Eu começava por dizer que nada há de secreto nem de pouco transparente nos salários e naquilo que são os vencimentos auferidos pelos gestores públicos, até porque, que mais não seja, constam de um documento que é público chamado Relatório e Contas Anual.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não consta!

A Oradora: Sem prejuízo disso, solicitava à Mesa que juntasse a ata da Assembleia Geral que nomeia este Conselho de Administração e que fixa a sua remuneração para que seja posteriormente entregue ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* A senhora podia ter lido a ata, os valores que aí estão!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Depois então de ser recebida pela Mesa será distribuída por todos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão não sei se irá usar da figura réplica. Tem então a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão, Sra. Secretária, é a seguinte:

O que nós temos de facto são as contas referentes ao ano passado. Portanto, como sabe os gestores eram diferentes e a remuneração era diferente, aliás houve até uma autorização no âmbito do orçamento para alterar esse valor. Isso foi evidente que em relação ao teto dos gestores públicos, daquilo que os gestores públicos podem receber na Região Autónoma dos Açores, esse teto foi alterado tendo como objetivo permitir que o salário que viesse a ser auferido pelo novo gestor pudesse ser maior.

A questão é a seguinte, Sra. Secretária, mas se é assim, se é tudo transparente, se é tudo absolutamente claro, por que é que V. Exa. não fez chegar essa documentação, por que é que V. Exa. não respondeu à questão que lhe foi colocada?

Por que é que V. Exa. e o Governo não responderam à questão que lhe foi colocada em dezembro e que V. Exa. tinha 60 dias para responder?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Está respondendo agora!

O Orador: V. Exa. no prazo desses 60 dias não respondeu.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Está respondendo agora!

O Orador: E diz-me agora em aparte, o Sr. Secretário Berto Messias, como se tudo isso fosse uma coisa normalíssima, que está a responder agora.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Claro!

O Orador: Mas tinha 60 dias para responder.

Eu também vou dizer ao Estado, vou deixar de pagar as multas no período que lá está, e depois vou dizer: "não! Mas eu estou a pagar agora.

- Ah, mas já passaram seis meses!

- Não interessa! Eu tenho aqui uma coima, não paguei na altura, pago agora."

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Olhe que isso vai correr-lhe mal!

O Orador: Vamos todos fazer isto, é uma maravilha.

Portanto, se ninguém cumpre a legislação, a legislação diz que V. Exa. tem 60 dias para responder, não respondeu nos 60 dias. O Sr. Secretário Berto Messias diz com um a vontade, uma displicência impressionante: "estamos a responder agora".

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Displicência não é o caso!

O Orador: Agora? Seis meses depois é que estamos a responder e está corretíssimo, isto é mesmo assim.

Não. Tem de existir rigor e V. Exa. é o responsável sectorial desta matéria, tem 60 dias para responder e é isso que tem de fazer.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* É o irresponsável por esta matéria!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não tendo mais nada a dizer, sendo assim interrompemos também este ponto da agenda e vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 3 da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XI – "Regime jurídico do Estatuto da Agricultura Familiar na Região Autónoma dos Açores".**

Os tempos são os habitualmente utilizamos no processo legislativo comum. Recordo os tempos, uma vez que nos últimos dois períodos legislativos usámos tempos diferentes.

O Governo Regional e o Partido Socialista dispõem de 25 minutos, o PSD de 20 minutos, o CDS de 15 minutos, o Bloco de Esquerda de 12 minutos, as Representações Parlamentares do PCP e do PPM de 10 minutos e a Sra. Deputada Independente de 5 minutos.

Para apresentar a iniciativa tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Há uma longa tradição agrícola nos Açores que se tem perpetuado de geração em geração e que tem sido fundamental para a promoção da coesão social, económica e territorial do arquipélago.

Esta tradição está intimamente ligada ao povoamento, ao sustento secular de famílias que fizeram na sua luta diária hortas e campos agrícolas nos sítios mais bonitos, mas também nalguns casos e consoante as culturas mais difíceis do arquipélago.

A Agricultura dos Açores teve e mantém um forte pendor familiar.

Neste percurso temporal, geracional, o papel dos jovens agricultores foi determinante porque era e é neles que recaía a responsabilidade de garantir o futuro.

Certamente movidos e inspirados no exemplo dos seus avós e dos seus pais reuniram condições para em cada geração trazerem inovação, competência técnica, novas preocupações e abordagens na gestão das explorações.

Cada geração trouxe a sua capacidade e a vontade de ir mais longe!

Hoje e em todos os concelhos da nossa Região existem explorações agrícolas, mantidas por agregados familiares, que com grande empenho e dedicação produzem bens alimentares com qualidade e garantia de rendimento.

O gosto pelos animais, o saber semear, plantar, cuidar e colher são, aliás, competências técnicas que têm passado de pais para filhos, num ciclo de herança social, cultural e económica, que faz parte do ser açoriano.

Os resultados desta grande dedicação por parte dos agricultores são bem evidentes no percurso de progresso que se fez na agricultura e na qualidade das nossas produções.

O amor à terra, aos animais e ao trabalho são acompanhados por uma forte capacidade de resiliência, de esforço e de entrega dos nossos agricultores, que têm sido capazes de enfrentar e ultrapassar vários desafios em cada uma das nossas 9 ilhas com as suas especificidades.

Nos últimos meses, em virtude da pandemia, tornou-se por demais evidente a necessidade, e a importância que a agricultura familiar assume no nosso território, permitindo dar resposta ao autoconsumo e reduzindo a dependência das importações.

Seguramente que, neste período, muitas pessoas voltaram a olhar para a sua quinta, para a sua horta, para a terra, no fundo, com outro olhar, reconhecendo a importância da agricultura familiar.

E isto importa valorizar, estimular e conferir um maior valor estratégico dentro da nossa economia insular.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

A agricultura familiar é, igualmente, muito relevante a nível social na manutenção de emprego, no ordenamento e desenvolvimento do meio rural pela fixação de pessoas em espaços que precisam de vitalidade, na preservação do ambiente e proteção da biodiversidade.

E é neste contexto que devemos inserir a apresentação deste novo diploma do regime jurídico do estatuto da agricultura familiar na Região Autónoma dos Açores.

Em fevereiro de 2018, ainda na fase de discussão pública do estatuto da agricultura familiar no país, propusemos ao Ministério da Agricultura a aplicação do diploma à Região Autónoma dos Açores, por duas ordens de razão.

A primeira, porque na Região a produção agrícola em contexto familiar tem uma importância muito relevante, quer do ponto de vista social, quer económico, como já referimos, e daí se justificava plenamente que as medidas consagradas no estatuto nacional fossem aplicadas à Região;

A segunda, porque só assim poderíamos beneficiar de um regime fiscal e de segurança social adequados à Agricultura Familiar que são competências exclusivas do Governo da República.

O estatuto nacional, aprovado em agosto de 2018, é um instrumento importante que reconhece e valoriza a agricultura familiar através de medidas de apoio que ajudam a fortalecer e a estimular o desenvolvimento de cada parcela do território.

Contudo, rapidamente percebemos que as especificidades da agricultura familiar nos Açores, com a descontinuidade territorial, a pequena dimensão das explorações, os custos de produção acrescidos, diferenciam-na da do panorama nacional, justificando-se uma necessária adaptação do diploma nacional à realidade do setor agrícola regional, de modo a potenciar o seu desenvolvimento.

A presente proposta do regime jurídico do Estatuto da Agricultura Familiar nos Açores reconhece estas especificidades, nas suas diversas dimensões, sejam elas económica, territorial, social e ambiental. Pretende-se que este novo regime seja:

- **mais** um contributo para valorizar o papel da agricultura e dos agricultores;
- **mais** uma resposta estrutural da defesa do mundo rural e da Família;
- e **mais** um instrumento para ajudar na construção de uma melhor economia agrícola na sua interface com o Ambiente e o bom ordenamento territorial.

Este novo Estatuto permitirá uma discriminação positiva dos agricultores familiares e será mais uma resposta necessária ao desenvolvimento dos territórios rurais. Com ele pretendemos:

- a fixação de população nos diversos espaços territoriais;
- o abastecimento de proximidade e a promoção de produtos de qualidade local;
- a melhoria das condições de vida dos agricultores;
- a preservação da paisagem como meio de atração turística e desenvolvimento deste importante setor económico.

Podemos em termos comparativos verificar que as alterações introduzidas na nossa proposta trazem benefícios face ao estatuto nacional:

1º- Estabelece como requisito para o reconhecimento do Estatuto o teto máximo das ajudas da Política Agrícola Comum (PAC) em 10 mil euros, no âmbito do POSEI, enquanto a nível nacional o teto limite são 5 mil euros, alargando assim o universo de agricultores nos Açores que reúnam condições para beneficiar do Estatuto;

2º – Aumenta em 1 ano, passando para 2, o prazo de validade do título de reconhecimento do estatuto de agricultura familiar;

3º–Alarga os direitos, permitindo o acesso diferenciado a medidas de apoio da atividade agrícola financiados exclusivamente pelo Orçamento Regional.

Exemplos concretos destas medidas são as majorações nas taxas de comparticipação dos programas RICTA, PROAMAF, PROAGRI, i9AGRI, apoio à aquisição de reprodutores, entre outras, ou ainda a diferenciação dos apoios no âmbito da PAC a promover na futura negociação.

Estas medidas, que pretendemos que fiquem disponíveis logo após a entrada em vigor do Estatuto, serão concretizadas por portaria, antecedidas de um trabalho de articulação e diálogo com a Federação Agrícola dos Açores.

O regime jurídico da agricultura familiar é mais uma entre muitas outras medidas políticas que o Governo dos Açores tem vindo a tomar na consideração da importância do setor agrícola;

É o reconhecimento da importância do fortalecimento das componentes sociais e económicas no mundo rural através da criação de emprego e fixação de pessoas no espaço rural.

Com este novo estatuto renovamos o nosso compromisso de construir, dia a dia, uma agricultura cada vez mais sustentável, que capte as novas gerações e que seja mais compensadora para todos aqueles que dela fazem a sua vida.

Certamente que se continuarmos a unir a Família, como célula institucional da sociedade, à Terra, à boa terra dos Açores, garantiremos mais coesão social e mais desenvolvimento económico em prol de uns Açores atrativos em termos da sua qualidade de vida.

Nestes pequenos passos vamos construindo nos Açores um novo futuro!

É para isso que trabalhamos!

Muito obrigado.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) lançaram em 2019 a Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas e um Plano de Ação Global (2019-2028) para aumentar o apoio aos agricultores familiares.

A agricultura familiar representa mais de 90% da agricultura mundial e produz 80% dos alimentos do mundo em termos de valor.

A Agricultura na União Europeia está, supostamente, alicerçada no princípio do desenvolvimento rural integrado e sustentável, pese embora seja substancialmente distinta nos diversos Estados Membros e para as diversas fileiras agrícolas.

A agricultura mediterrânica e no sul da europa distingue-se, também, pela componente familiar, independentemente da dimensão das explorações.

No caso dos Açores, o conceito quase que se aplicaria à totalidade das explorações agrícolas porquanto a presença dos diversos elementos do agregado familiar dos agricultores exercem tarefas nas explorações, embora distinguindo-se dos outros países pela ausência da residência dos agricultores nas respetivas explorações, resultante, este facto, da falta de infraestruturas e do acesso à terra ser condicionado pelo regime de arrendamento rural e pela fragmentação das terras agrícolas.

O que esta iniciativa do Governo pretende, apesar de decorrer da aplicação da legislação nacional, é distinguir na Região as explorações familiares de eventuais "explorações profissionais" onde o recurso a mão de obra externa remunerada tenha relevância.

Mas para uma análise séria sobre os apoios à agricultura familiar nos Açores implica ter informação transparente sobre a realidade agrícola em cada ilha, designadamente sobre o universo de agricultores abrangidos.

Quando a Federação Agrícola dos Açores, com quem o senhor Secretário da Agricultura reuniu antecipadamente, afirma que as organizações de agricultores

"não demonstraram muito interesse neste regime, porque o consideram demasiado limitador e irá excluir muitos agricultores" e que o Secretário não tem dados sobre o número de beneficiários, nem quais serão as medidas sobre o gasóleo agrícola e seguros agrícolas, mas também não sabe a origem dos rendimentos que serão considerados como critério, fica a dúvida sobre qual a eficácia que o Governo pretende com a determinação deste Estatuto.

Estamos em crer que a intenção do Governo não é anunciar mais promessas para a agricultura, para que nada aconteça.

O Governo esconde a informação sobre quais as restantes medidas que serão diferenciadas junto das explorações com o reconhecimento de Estatuto de Agricultura Familiar.

Com os critérios cumulativos previstos nas alíneas b) e c) do artigo 5.º desta iniciativa e sem informação adicional, não é possível conhecer o universo de agricultores beneficiados em cada ilha e assim conhecer o impacto na atribuição deste Estatuto.

Com esta iniciativa não identificamos que opções concretas pretende o Governo adotar para valorizar e apoiar a Agricultura Familiar.

Embora a função económica das empresas no âmbito da agricultura familiar seja importante o principal enfoque deve ser a sua importância social e ambiental, de ocupação dos solos e de impedimento do abandono nos territórios rurais.

Estas pequenas empresas agrícolas têm de contar com o fomento à sua organização comercial, modelos de cooperação, eventuais benefícios fiscais e a uma forte aposta no estímulo ao consumo de produtos locais, em mercados locais, nas próprias freguesias rurais e não apenas nos maiores centros urbanos.

Em diversas fileiras pode incentivar-se a produção local para o consumo local e reconhecer as suas funções económicas, sociais e também ambientais.

O Estatuto da Agricultura Familiar não pode servir para a manutenção de baixos rendimentos nas comunidades rurais, mas sim para criar oportunidades de negócio onde as famílias dos agricultores desempenham o papel essencial, estimulando a sua fixação no território e ajudando na melhor gestão dos solos disponíveis como fonte inovadora de um rendimento suplementar.

Disse.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na nossa Região a agricultura familiar é predominante e decisiva para o desenvolvimento regional e de acordo com os números oficiais na nossa Região temos cerca de 124 mil hectares de superfície agrícola útil, distribuídos por 11.580 explorações e na atividade agrícola tem uma posição preponderante as pequenas, e muito pequenas, explorações familiares, representando 67% das explorações.

Nos Açores, a mão-de-obra familiar representa cerca de 65%.

Naturalmente, após a aprovação em agosto de 2018, do estatuto a nível nacional, o Governo Regional entende, e bem, adaptar este Estatuto à nossa realidade e à particularidade das nossas explorações que efetivamente são bastantes diferentes das do continente.

Contudo, temos aqui um diploma com objetivos bastante ambiciosos e a questão que fica é se efetivamente este diploma irá conseguir alcançar tais

objetivos e como tal existem algumas questões que consideramos que são necessárias esclarecer.

Primeiro, relativamente a uma das alterações que foi dos 5 mil euros do pagamento único, para os 10 mil euros do POSEI, em termos de trabalho em Comissão o Sr. Secretário afirmou que existiam cerca de 5.670 explorações de produtores que recebiam ajudas abaixo dos 10 mil euros e que tínhamos cerca de 3 mil que recebiam apoios superiores a 10 mil euros.

Como tal, acho que é importante, primeiro, perceber efetivamente se são estes os números, porque aqui temos uma margem de 2.900 explorações que não estão nem a abaixo dos 10 mil euros, nem acima dos 10 mil euros.

Portanto, queria perguntar-lhe se estas 2.900 explorações são explorações que não se candidatam ao POSEI.

Confesso que até podem ser estes os números, mas efetivamente deixa-me um bocadinho apreensiva, uma vez que a maioria das explorações, mesmo as de pequena dimensão, pelo menos ao prémio ao abate candidatam-se, como tal, o que lhe queria perguntar é se efetivamente temos aqui 2.900 explorações que não se candidatam a ajudas do POSEI e sendo assim, se estas explorações podem candidatar-se ou estar abrangidas por este Estatuto.

Também queria perguntar-lhe, Sr. Secretário, nas suas declarações, relativamente a este documento, foi dito que existiram as consultas aos parceiros, quer às Associações Agrícolas, quer à Federação Agrícola.

Este documento teve em consulta pública e como tal, Sr. Secretário, queria perguntar-lhe quais foram as alterações concretas que resultaram deste trabalho, porque muitas vezes em muitos diplomas ouvimos que existe esta aproximação com os parceiros do setor, mas na prática nunca percebemos muito bem quais foram as alterações que resultaram daí,…

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Os contributos!

A Oradora: … porque a verdade é que depois, quando ouvimos esses mesmos parceiros em Comissão, existem diversas questões que são levantadas.

Portanto, acho que era importante esclarecer que alterações concretas resultaram, que contributos concretos resultaram deste trabalho de parceria.

Depois, também queria perguntar-lhe, Sr. Secretário, se não considera que não seria justo haver uma discriminação positiva relativamente aos agricultores, que são agricultores a tempo inteiro e a tempo parcial, se não corremos o risco de termos aqui um estatuto que até está a beneficiar os que têm esta atividade como parcial em detrimento daqueles que dedicam a sua atividade a tempo inteiro à agricultura.

Depois também relativamente ao rendimento, se considera justo ser contabilizado o rendimento e incluir os apoios que são de investimento na área agrícola, uma vez que estamos aqui a falar de um estatuto de promover a agricultura familiar, se esses rendimentos deverão entrar quando são de investimento na área agrícola?

Também uma das alterações que foi feita e que lhe queria perguntar, é relativamente ao artigo 5.º, alínea e). A nível nacional tínhamos: "a utilização de mão-de-obra familiar em percentagem igual ou superior a 50%", era um dos requisitos de mão-de-obra familiar.

Agora, na medida regional, temos: "a utilização de mão-de-obra familiar não remunerada em percentagem igual ou superior a 50%".

A questão que fica aqui é que sabemos que muitas das explorações, o que acontece, são entre marido e mulher, ou entre pai e filho, efetivamente não há uma remuneração física efetiva, mas existe uma remuneração para que eles também possam ter o desconto na segurança social.

A verdade é que nos parece que estes casos vão ficar todos de fora de se poder candidatar a este regime.

Também, Sr. Secretário, um dos benefícios deste estatuto a nível regional é a possibilidade de haver uma diferenciação, uma discriminação positiva nas ajudas de âmbito regional, como o gasóleo agrícola, como os seguros na área agrícola ou até também estimular e diferenciar estas explorações no que se refere ao RICTA, PROAMAF, PROAGRI ou i9AGRI, mas queria perguntar-lhe que medidas são essas em concreto? A verdade é que este estatuto foi anunciado em novembro de 2018 pelo Sr. Secretário.

Portanto, estamos agora em junho de 2020, e acredito, apesar de não ter sido publicado em portaria e que será após esta aprovação, já estão definidos pela sua Secretaria, que apoios concretos é que irão resultar deste estatuto, porque é isso que o agricultor quer saber, é, cumprindo os requisitos, que benefícios é que terá?

Portanto, o gasóleo será dado ao equipamento, será uma majoração dada à área? Ou seja, quero acreditar que tudo isto já está definido e por isso queria perguntar-lhe de uma forma concreta.

Também perguntar, Sr. Secretário, relativamente ao valor dos 10 mil euros no POSEI, este valor é definido pela candidatura que a exploração faz, e, portanto, é calculado o valor se atinge ou não os 10 mil euros, ou pelo valor que efetivamente o agricultor recebeu? Porque a verdade é que ainda nos pagamentos de 2019, no âmbito do POSEI, tivemos rateios na vaca leiteira, tivemos rateios no prémio ao abate. Portanto, também queria fazer-lhe essa pergunta,…

Deputada Graça Silveira *(Independente):* E bem, Sra. Deputada!

A Oradora: … os valores de 10 mil euros são referentes a quê?

A verdade é que precisamos de um estatuto que traga benefícios aos agricultores, que seja verdadeiramente adaptado à nossa realidade e que seja um processo simplificado.

Eu acho que a questão que torna isto tudo mais relevante e que até não nos permite uma avaliação muito transparente do que é que isto poderá trazer para os nossos agricultores, é o facto do Sr. Secretário não nos ter dito nem aqui, nem no trabalho em Comissão, efetivamente que universo de agricultores…

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Não sabe!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Esta no relatório!

A Oradora: … é que esta medida poderá atingir, porque a verdade é que existe uma série de requisitos que têm de ser cumpridos e interessa perceber se a medida está bem-adaptada ou não à Região, quando a gente percebe quantos agricultores é que beneficiarão desta ajuda?

Até não percebendo isso, é muito difícil avaliar se este estatuto está ou não adaptado à nossa realidade e acho que isto foi a grande falha de todo este trabalho.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma apresentado, procede à adaptação do Decreto de Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto que cria e institui o Estatuto de Agricultura Familiar.

Este Estatuto, confirma a importância que a pequena agricultura tem a nível nacional e regional, como modalidade de organização de atividades produtivas, de base familiar, onde a família e as suas explorações estão ligadas, co evoluem e combinam objetivos económicos ambientais sociais e culturais.

Este foi um processo longo, que nasceu da necessidade de reversão do papel atribuído, de forma errada, à pequena agricultura, considerando a mesma como "atrasada" ou "ineficiente ".

Foi um caminho, que se focou na construção da identidade deste modelo de agricultura reiterando as suas potencialidades, em matéria de gestão do ambiente e,…

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Especialmente na biológica, Sra. Deputada!

A Oradora: … sobretudo, na capacidade de esta dinamizar a vida económica e social dos espaços rurais.

A Agricultura Familiar ganhou particular relevância com a declaração por parte da Assembleia Geral da ONU do ano 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Esta situação desencadeou um conjunto de trabalhos e iniciativas que enriqueceram a reflexão e evidenciaram a necessidade de um tratamento diferenciado deste "modelo" de agricultura e agricultores.

Ora hoje, e fruto do caminho percorrido, podemos debater e analisar as mais valias da adaptação e integração deste estatuto no contexto regional e ao serviço dos diferentes setores.

Sra. Presidente Sras. e Srs. Deputados:

Como já foi referenciado pelo Sr. Secretário, as alterações ao diploma nacional refletem necessidades e fatores específicos que devem ficar salvaguardados.

Destaco, por exemplo, o alargamento dos direitos facilitando o acesso a medidas de apoio financiadas pelo orçamento regional, como o PROAMAF, PROAGRI, i9AGRI, ou o gasóleo agrícola e os seguros agrícolas.

Importa também destacar a construção e aplicação de apoios diferenciados no âmbito da futura PAC.

São motivos como estes, que nos fazem acreditar que este diploma acompanha a estratégia e vontade deste Governo de promover equilíbrios e o crescimento sustentável da agricultura açoriana nas suas diferentes dimensões.

Deputado António Toste Parreira *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Termino relembrando que este diploma serve um universo de agricultores que não deve ser descurado ou subestimado, mas sim valorizado, potenciado e rentabilizado…

Pelo seu papel na criação de emprego!

Pelo seu papel na manutenção e reforço da nossa atividade económica!

Pela sua capacidade de fixar e promover a coesão territorial!

Pelo impacto criado no desejável rejuvenescimento da agricultura!

Por contribuir muito significativamente para a tão fundamental preservação da nossa natureza, do nosso ambiente e da nossa biodiversidade!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) Deputada Graça Silveira *(Independente):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao contrário de alguns discursos mais pessimistas que se entendem fruto da falta de estratégia política para a agricultura na Região, a agricultura está de facto entre os setores económicos, hoje, melhor posicionados para responder à presente crise económica.

Mas para isso não podemos continuar a adiar a implementação de uma política que valorize a qualidade dos nossos produtos agrícolas, quer ao nível da produção, quer ao nível da sua transformação, que privilegie a utilização dos recursos endógenos e por essa via reforce a sua importância ambiental e social.

A Região precisa de um modelo de desenvolvimento da pequena agricultura adaptado à nossa realidade, que dinamize o setor e que por essa via fortaleça as nossas empresas agrícolas.

No entanto, 24 anos de governação socialista não foram capazes de cumprir esse desígnio.

Quanto ao objeto desta iniciativa que, no fundo, aquilo que visa é proteger a agricultura familiar nos Açores pela via das ajudas, é meritório. mas é só mais do mesmo, ou seja, a subsidiação não se pode substituir a uma política para o setor que permita gerar riqueza a partir dos nossos recursos percorrendo assim o ainda longo caminho da autossuficiência alimentar, reduzindo as importações, fomentando o tão falado e pouco praticado mercado interno e equilibrando desta forma a nossa balança comercial.

É fundamental criar canais de comercialização da produção familiar regional num contexto de proximidade, nomeadamente através da venda direta, como de resto se verificou durante este período de confinamento em que muitos de nós recebemos em nossas casas cabazes hortofrutícolas de elevadíssima qualidade, permitindo aos agricultores vender os seus produtos a um preço justo, uma vez que se evitam os intermediários, ficando o valor acrescentado retido na economia local.

Por outro lado, para produzir com melhor qualidade é preciso garantir apoio técnico, melhorar a qualificação da mão-de-obra, reestruturar as nossas explorações de forma a garantir melhores rendimentos aos produtores.

Quanto ao Decreto Legislativo Regional em discussão, que se propõe adaptar a legislação nacional às especificidades próprias do setor agrícola regional, eu pergunto como é que o Governo o fez, se desconhece por completo a realidade da agricultura familiar, uma vez que o Sr. Secretário, quando questionado, não sabe se o rendimento coletável dos agricultores da Região é de quanto, não sabe se para o valor do 4.º escalão do IRS conta o total dos rendimentos ou se apenas

os decorrentes da atividade agrícola, não sabe em quantas explorações a mão-de-obra não remunerada é superior a 50%, resumindo, não sabe quais os agricultores da Região que serão potenciais beneficiários deste regime.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de Decreto Legislativo Regional visa adaptar à Região o Estatuto da Agricultura Familiar, aprovado pelo Decreto-Lei 64/2018.

É inegável que esta modalidade, esta vertente da agricultura nos Açores, desempenha um papel muito importante, independentemente daquilo que se define exatamente, e que obviamente a legislação tem de o fazer, sobre o que é a agricultura familiar.

O que é certo é que uma grande parte, ou uma parte substancial pelo menos, das explorações agrícolas na Região têm de facto um cariz familiar e essa é uma inegável realidade da nossa economia, até da nossa vivência social, de que essa vertente, essa característica das explorações agrícolas, dessa atividade económica, tem de facto um cariz familiar e obviamente que a importância de existir um estatuto próprio para um modo de produção que é característico dos Açores, a nível nacional também tem um pendor muito importante, mas nos Açores desempenha um papel e uma relevância muito importante.

Esta proposta, adaptando à Região aquilo que é o Estatuto da Agricultura Familiar a nível nacional, tem um conjunto de adaptações cujas mais relevantes já foram obviamente aqui referidas durante a apresentação pelo Sr. Secretário da Agricultura, nomeadamente o aumento de 5 para 10 mil euros quanto ao limite máximo das ajudas comunitárias, no caso dos Açores do POSEI, e obviamente também aquela que é a substância dos benefícios e dos possíveis

benefícios a acrescentar àqueles que já estão previsto no Decreto-Lei nacional do Estatuto da Agricultura Familiar, já aprovado pelo referido Decreto-Lei.

Esses possíveis benefícios também já foram obviamente aqui referidos, prendem-se com a existência de plafonds diferenciados no que diz respeito ao gasóleo agrícola, relativamente a seguros agrícolas e a outras medidas de apoio da atividade que possam ser criadas e que sejam da responsabilidade do Governo Regional.

A proposta que aqui o Governo nos traz, sendo obviamente positiva, e o Bloco de Esquerda acompanha, como não podia deixar de ser, tendo em conta a sua substância, mas não podemos deixar de fazer uma crítica que é uma crítica que é à proposta do Governo mas também ao estatuto em vigor da agricultura familiar, que é ser vaga naquilo que é a concretização dos apoios previstos. Ou seja, não diz exatamente em que valores, ou pelo menos em que balizas, em que intervalos de valores possam ser esses apoios concretizados e por isso o que nos pedem é que aprovemos uma legislação que deixa totalmente nas mãos do executivo a concretização em termos objetivos do que são esses possíveis apoios.

Ora, isso em nosso entender está longe de ser a forma ideal de legislar. Compreendemos que nem tudo possa estar vertido na legislação, porque o Governo terá que ter alguma capacidade de adaptar e de regular, através da regulamentação, a sua aplicação, mas é certo que devia existir aqui um conjunto de balizas no que diz respeito aos diversos apoios que possam ser concretizados e essa é uma crítica que não podemos deixar de fazer.

É óbvio que hoje aprovada esta legislação, daqui a alguns dias publicada em Jornal Oficial, os possíveis beneficiários desse Estatuto vão perguntar, mas então que apoios é que podemos ter?

No que diz respeito ao gasóleo agrícola, quais são esses plafonds diferenciados?

No que diz respeito aos seguros, exatamente que benefício é que podemos ter?

Essas questões, pelo menos em termos de balizas, de intervalos, de medidas um pouco mais concretas, deviam estar definidas no Decreto Legislativo Regional e depois obviamente concretizadas de forma mais fina em termos de regulamentação que obviamente terá de ser feita e que o Governo terá essa liberdade para o fazer.

Estes são os aspetos que em nosso entender deveriam estar precisos na proposta do Governo e que, também sejamos justos, já vêm daquele que é o Estatuto da Agricultura Familiar, que está em vigor a nível nacional.

Penso que a importância deste assunto para a Região merecia também aqui um tratamento diferente e trouxesse mais previsibilidade àqueles que são os possíveis apoios para além daquilo que já foi dito relativamente ao universo de possíveis beneficiários e essa é uma matéria que o Governo Regional poderá e deverá, hoje, seria o ideal, pelo menos hoje, responder, definir e dizer qual é o universo que estará abrangido.

Posto isto, dizer que tirando estas críticas que não podemos deixar de fazer, associamo-nos e votaremos favoravelmente a proposta, porque ela, por um lado, adapta à Região a legislação nacional que já se aplicava à Região, não estávamos de fora desse regime e não poderia deixar de ser, mas tem a adaptação à Região, pelo menos uma adaptação objetiva, que é o nível de ajudas que é possível existir para que uma determinada exploração seja considerada ainda de agricultura familiar e isso no nosso contexto, sem dúvida que é importante e é uma evolução e uma adaptação positiva à nossa realidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que quando li esta iniciativa, nomeadamente nos seus objetivos, me senti transportado à antiguidade clássica, aos tempos dos irmãos Graco. É porque a ambição desta autêntica reforma agrária é uma coisa impressionante.

Quem leu o artigo n.º 2 (os objetivos), quais são os objetivos?

"a) Distinguir as especificidades da pequena agricultura familiar na Região nas suas diversas dimensões, económica, territorial, social e ambiental." Só por si já era muito, mas não chega.

"b) Contrariar a diminuição e o envelhecimento da população rural;

c) Valorizar a produção local e estimular o mercado interno:"

E continua:

"d) Conceber medidas de política agrícola e outras adequadas a esta estrutura de produção;

e) Estimular os sistemas de produção sustentáveis e métodos de produção em modo biológico;

f) Incentivar o papel da agricultura familiar nas economias locais e regional;

g) Apoiar a atividade agrícola em complementaridade com outras atividades e profissões;

h) Contrariar o desperdício alimentar agrícola e contribuir para o autoabastecimento familiar;

i) Contribuir para a preservação ambiental e para a biodiversidade dos ecossistemas."

Não sei se na outra página há mais coisas, mas já chega.

Isto é uma transformação radical. Até transportando para os momentos mais recentes isto faz lembrar-me o Decreto-Lei, o 203/75, de 15 de abril, que é o da reforma agrária, que é de 1975.

O que eu lhe pergunto é: com esta ambição toda, quando comecei a ler o conteúdo específico, não as intenções, desta reforma ambiciosa, uma das reformas mais ambiciosas desta legislatura, pensei que isto depois tinha

conteúdo prático. Aí é que começo a ficar desiludido e a achar que afinal esta entrada de leão não corresponde ao que acontece a seguir na história do diploma.

Sr. Secretário, os agricultores são pessoas pragmáticas. A primeira pergunta que me vão fazer no Corvo é: que tipo de apoios é que vamos ter?

Eu vou dizer: pois, está aqui uma autêntica reforma, isto é uma coisa extraordinária, tem todos estes objetivos, portanto isto significa uma mudança estrutural na nossa sociedade e na nossa agricultura, mas em relação aos apoios ainda não está decidido, ainda não sabemos. Portanto, isso será regulamentado mais tarde. Portanto, o tipo de apoios que vocês vão ter será posteriormente definido.

Já estou a imaginar a resposta que eles me dirão. Nem vou aqui adjetivar, nem sequer aqui vou descrever os adjetivos que eles utilizarão depois de eu lhes descrever o conteúdo prático e funcional desta matéria e deste diploma.

Em segundo lugar, há uma coisa extraordinária, é que o Sr. Secretário apresenta toda esta ambição, isto é uma mudança absolutamente estrutural e depois V. Exa. quando lhe perguntam na Comissão, "então, mas qual é o universo de explorações de agricultores, a quem esta reforma pode ajudar, que se podem candidatar e podem vir a usufruir dos apoios que um dia serão definidos em relação a esta matéria?"

Sabe qual é a sua resposta, Sr. Secretário: "não sei!".

V. Exa. quer fazer uma reforma e não se acautelou, não consegue responder às duas questões essenciais: para quem? E o quê?

V. Exa. não sabe para quem é e também não sabe o que é que é, o que é que lhes quer dar.

Eu compreendo a bondade da iniciativa e a grandiosidade dos objetivos, mas o conteúdo da proposta não corresponde em nada com os objetivos que V. Exa.

definiu e eu sobre ela não lhe posso dizer muito, porque V. Exa. sobre ela e sobre os apoios também nada diz.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

(*) Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão caracterizou bem a proposta apresentada pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura, caracterizou muito bem, mas nós não podemos deixar de dizer,…

Deputado José San-Bento *(PS):* A agricultura é só dinheiro, não é? Só dinheiro!

O Orador: … não podemos deixar de referenciar, que isto foi apresentado aqui…

Deputado José San-Bento *(PS):* Só subsídios!

O Orador: … pela primeira vez nesta Casa, em 17-04-2013, pelo Deputado Aníbal Pires.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* É verdade, mas essa proposta estava um bocadinho mal!

O Orador: Foi o primeiro Deputado que trouxe a esta Casa, a debate, esta temática.

Deputado José San-Bento *(PS):* Volta amigo, volta amigo!

O Orador: Portanto, não é novidade aquilo que é trazido hoje aqui a debate.

Mas realmente o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem razão: então chegamos a uma ilha e perguntam, os jovens agricultores: "em que é que isto me vai beneficiar? Em termos monetários o que é que eu vou receber, o que é que isto me vai beneficiar na minha agricultura?" Porque é preciso dinheiro para poder investir, é preciso dinheiro para poder comprar.

Absolutamente nada! É uma mão-cheia de nada que é dada aqui neste documento que é apresentado pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura.

No entanto, é preciso não esquecer, e a Representação Parlamentar do PCP tem levantado muitas vezes esta questão aqui, e tem denunciado várias vezes, que a agricultura nos Açores atravessa uma grave crise.

Aliás, tem demonstrado isso, tenho dito e continuo a afirmar, porque quem anda no campo a ouvir os agricultores percebe perfeitamente bem.

Os agricultores têm perdido rendimentos ano após ano. Os agricultores têm perdido não só nas vendas, mas também nos apoios.

Os agricultores candidatam-se a apoios que só recebem um ano, dois ou três depois.

Portanto, qualquer jovem, chegando à sua casa, e perguntando ao pai ou à mãe:

- "A agricultura compensa hoje?"

Qualquer pai ou qualquer mãe dizem logo:

- Não te metas nisso, não te metas nisso porque isso é desastre; nós só conseguimos fazer para comer e pouco mais…

Deputado José San-Bento *(PS):* Isso não é verdade!

O Orador: … e é quando os subsídios não são atrasados,…

Deputado José San-Bento *(PS):* Ou quando não são antecipados!

O Orador: …os apoios não são atrasados, é quando a gente não se candidata a um apoio e só recebe dois ou três anos depois".

Olhe, até os agricultores costumam dizer aos filhos, e dizem várias vezes aos filhos em sua casa:

- "Olha, quanto tu estavas na faculdade, o pai inscreveu-se para um determinado apoio, mas só o recebeu quando tu já estava a trabalhar, ou seja, nem sequer te pude ajudar na tua formação académica".

Deputado José San-Bento *(PS):* Isso é mentira!

O Orador: Isto acontece e tem acontecido. Isto é grave, Sr. Secretário! É grave!

O desincentivo à agricultura nos Açores é grave, Sr. Secretário! Os apoios não chegam a tempo, é grave Sr. Secretário!

Existem agricultores que possivelmente vão deixar de ser agricultores em pouco tempo, porque não têm os referidos apoios, porque não têm o suficiente para que a sua a sua agricultura seja viável. É grave, Sr. Secretário! Isto tem acontecido e continua a acontecer.

Sr. Secretário, o documento que o senhor nos traz aqui pouco podemos dizer dele. É uma mão cheia de nada, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento *(PS):* Vote contra!

Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* É como o Melhoral, não faz bem, nem faz mal!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(João Ponte):* Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Agora é que vai ter as respostas!

O Orador: Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para prestar alguns esclarecimentos em relação a este diploma.

Não estamos a aprovar aqui um conjunto de medidas para a agricultura familiar. Estamos a aprovar aqui é o Estatuto que define quem é o produtor que receberá esse estatuto como agricultor familiar. É isso que está aqui em causa.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Claro! Só agora é que o senhor chegou aí?

O Orador: Porque na verdade todas aquelas que são as medidas que esses agricultores vão usufruir serão definidas por Portaria, como já tive oportunidade de dizer, quer na Comissão, quer aqui no plenário.

Este trabalho já se iniciou naturalmente ao nível interno e vamos continuar a fazer esse trabalho com as organizações de produtores no sentido de definir um conjunto de medidas que no fundo ajude a cumprir aqueles que são os objetivos que estão no preâmbulo e que desta vez apercebi-me que o Sr. Deputado Paulo Estêvão teve o cuidado de ler o preâmbulo todo do diploma sobre esta matéria.

Portanto, o que está em discussão é, digamos, uma adaptação de uma legislação nacional à Região e que a Região entendeu, no fundo, alargar os benefícios. Como já tive oportunidade de referir, o teto limite das ajudas nós duplicámos o valor, ampliámos para um ano o prazo de validade e vamos definir em sede de portaria um conjunto de direitos ou benefícios para esses agricultores.

Eu, na Comissão, tive oportunidade de explicar, com todo o realismo, a dificuldade que existe em obter o número de agricultores que cumprem, por exemplo, os limites do rendimento coletável. Nós não temos essa informação.

Agora daí vir para aqui para a Assembleia e dizer que eu não sei, ou que não sabia, é completamente diferente. Não é possível obter essa informação…

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Ah, não! Na Segurança Social dão essa informação!

O Orador: … porque esta informação só pode ser retirada das declarações de rendimentos como as Sras. e os Srs. Deputados sabem muito bem.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Então se o senhor não sabe o rendimento dos agricultores, se não é critério de elegibilidade, não pode aplicar!

O Orador: Agora o que nós sabemos é que o universo máximo de agricultores que podem se candidatar está definido, foi explicado, e é com base nesses

números que temos de trabalhar, mas mais importante do que a quantidade de agricultores que podem beneficiar, se serão 5000 ou se serão 5500, o que importa são os objetivos do diploma e aquilo que se vai atingir com as medidas que vão ser depois aprovadas em sede de regulação.

Portanto, gostaria de dar nota nisso, daqueles que são os objetivos deste diploma.

Naturalmente, como foi aqui dito por várias das Sras. e do Srs. Deputados, a agricultura familiar é uma agricultura importante na Região, é uma agricultura que abrange a grande maioria das nossas explorações e é neste sentido que aquelas que foram as medidas aprovadas, naturalmente a maior parte das medidas serão ao nível de majorações das ajudas que já estão disponíveis, e também é preciso dizer que os apoios à agricultura e os apoios aos agricultores não se esgotam neste diploma.

Sr. Deputado, este diploma não é a nova reforma agrária. Este diploma, no fundo, é mais um acrescento, é mais um incentivo para a agricultura familiar e para, no fundo, aqueles agricultores que têm pequenas explorações de mais baixos rendimentos, podem ter mais um incentivo para o desenvolvimento da sua atividade, para fixar-se nos espaços rurais, para dar vida às zonas rurais, para tratarem do ambiente e para no fundo gerarem rendimento para o sustento dos seus e das suas famílias.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem, Sr. Secretário!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira. Tem cerca de 1 minuto e meio.

(*) Deputada Graça Silveira *(Independente):* Sra. Presidente, muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Sr. Secretário se é impossível saber qual é que é o rendimento coletável dos agricultores, como é que pode ser utilizado como critério de elegibilidade à medida?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente dizer, e no que se prevê que seja a discussão de um diploma nesta Casa, foram colocadas diversas perguntas por forma a esclarecer o diploma às quais o Sr. Secretário não respondeu.

Depois queria dizer-lhe, Sr. Secretário, e até podendo aceitar o seu argumento de que não consegue apurar quantas explorações é que se enquadram e cumprem com a alínea b), ou seja, com o rendimento coletável até ao 4.º escalão, eu pergunto-lhe:

Temos, Sr. Secretário, 5.670 explorações que recebem ajudas abaixo dos 10 mil euros POSEI.

O senhor diz que não consegue apurar este parâmetro. Então pergunto-lhe quantas explorações na Região cumprem cumulativamente com as restantes condições de elegibilidade? Ou seja, quantas explorações que nós temos na Região que cumprem com todos os outros fatores que podem ser apurados pela Secretaria, à exceção do rendimento enquadrável até ao 4.º escalão, para podermos ter uma noção do que é a abrangência deste diploma?

O Sr. Secretário diz que o que importa são os objetivos. Não, Sr. Secretário! O que importa aqui é perceber… Ninguém está contra o estatuto e achamos bem que tenha sido feito uma adaptação à Região, mas a dúvida que fica é efetivamente a quem é que isto vai chegar e eu acredito que chegando a seis

explorações da Região, é bom, mas não acredito que seja o objetivo deste diploma chegar a seis explorações da Região.

Portanto, eu acho que é importante para a discussão deste diploma perceber quem são os reais potenciais beneficiários e que cumprem estas condições de legibilidade. É isso que é importante perceber nesta discussão.

Portanto, pedia, Sr. Secretário, que respondesse às questões que lhe foram colocadas e efetivamente já que não consegue apurar o rendimento coletável se nos consegue dizer quantas explorações cumprem com os restantes requisitos?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sugeriram-me aqui algumas dúvidas na intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira, em relação, por exemplo, ao que o Sr. Secretário disse, que não conseguia saber quem é que estava no 4.º escalão em termos de IRS.

Sr. Secretário, o senhor sabe que os Serviços de Desenvolvimento Agrários, de todas as ilhas, pedem aos agricultores o IRS (todos!) para aceder a todos os tipos de apoios, ou a alguns tipos de apoios, ou não sabe isso?

Sabe que todos os agricultores entregam o IRS nos serviços de desenvolvimento agrário. Aliás, está sendo pedido agora. Há poucos dias foi pedido novamente.

Deputado José San-Bento *(PS):* Foi o que senhor ouviu dizer, não sabia!

O Orador: Tem informação de quem está no 4.º escalão, de como é, como não é? Sabe esta informação ou não sabe esta informação, Sr. Secretário? É que eu fiquei na dúvida agora.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Não sabe!

O Orador: Fiquei com esta dúvida.

O que lhe pergunto é: tem esta informação? Tem informação que os Serviços de Desenvolvimento Agrário têm o IRS de todos os agricultores da Região? Tem essa informação ou não tem essa informação, Sr. Secretário?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) Deputada Mónica Rocha *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só para destacar duas questões.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, aquando da sua intervenção, quis dar a entender que efetivamente era uma reforma agrária e que era uma grande transformação, querendo de alguma forma insinuar que nada teria sido feito.

Para dizer que o Estatuto e a agricultura familiar já têm feito o seu caminho. É prova disso mesmo, por exemplo, no contributo que dá para aumento da diversificação, foi em 30% que aumentou; para o contributo que dá para o autoconsumo; para o contributo que dá para tantos e tantos jovens e tantas outras pessoas que com este estatuto conseguem um acréscimo do seu rendimento, têm complementaridade.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Mas não conseguem saber se estão incluídos!

A Oradora: Efetivamente não é uma reforma, é a consolidação, é a complementaridade, é a criação de mecanismos específicos que diferenciam positivamente este Estatuto para que ele continue efetivamente.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Aliás, este estatuto é para nós muito dignificante e é também uma imagem de marca dos Açores.

Um pouco por todas as ilhas quem nos procura sabe efetivamente isso e reconhece, é um sentimento pela terra, que é inconfundível e que alia aqui a família. Portanto, isso não pode ser descorado.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* E foi o PS que descobriu isso com a monocultura da vaca!

A Oradora: Quando o Sr. Deputado João Paulo Corvelo falou, até de uma forma bastante demagógica… Ele com certeza falará com diversos agricultores, como todos nós fazemos, mas se calhar com jovens agricultores tem escapado. Isto porquê? Não é verdade que os jovens agricultores não têm qualquer tipo de apoio. Não é verdade!

Prova disso mesmo foi o Programa do Jovem Agricultor que foi aprovado, que eu vou enunciar um conjunto de medidas que se cruzam e que pretendem efetivamente reforçar o tão desejável rejuvenescimento do setor. Portanto, dizer-lhe, só por exemplo, que este programa tem uma forte aposta em medidas orientadas para a formação e qualificação. Esta é uma necessidade identificada pelo Governo Regional, identificada por todos nós. Portanto, há uma aposta neste sentido.

Para minimizar os constrangimentos no acesso ao financiamento bancário será criada uma linha de apoio ao crédito para consolidação da instalação do jovem agricultor no CREDIJOVAGRI. Poderá também ser utilizado para quem esteja a trabalhar no setor há mais de 5 anos e consistirá na comparticipação máxima de 50% dos juros e custos associados ao contrato de crédito.

Temos também, por exemplo, a atribuição de um complemento regional ao prémio à instalação de Jovens Agricultores, no montante máximo de 3.000 euros, de acordo com o volume de negócios da sua exploração.

Temos também, por exemplo, a discriminação positiva dos jovens, relativamente a algumas medidas de apoio que já conhecemos, mas que posso

voltar a referir, como o Incentivos à Compra de Terras Agrícolas (RICTA), no PROAGRI e i9AGRI.

Enfim, só para complementar, para não seu só eu a falar e a acreditar que efetivamente os jovens agricultores têm medidas que os apoiam, têm medidas que acreditam e eu acredito que os seus pais também acreditam.

Pergunto-lhe quantos jovens agricultores entraram para os diferentes setores? Quantos? Quantas candidaturas? Quantos jovens? Para percebermos se efetivamente sou eu que estou numa realidade paralela ou será o Sr. Deputado do PCP.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputada Graça Silveira *(Independente):* A maior parte dos jovens agricultores estão em grandes explorações!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Sra. Deputada Mónica Rocha disse que eu tinha falado numa grande reforma. Não! Eu disse que, numa primeira fase, quando se olham para os objetivos, um conjunto de objetivos tão vasto, com tanta ambição, nessa primeira fase de repente achei que isto vinha aqui uma reforma agrária, vinha aqui uma reforma de enorme dimensão. Fiquei com esta sensação.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Então já não acha?

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Sr. Deputado, isso era nos seus tempos do Alentejo!

O Orador: Depois, até disse que me senti transportado para o tempo dos irmãos Graco, para uma grande reforma, mas depois quando leio o resto do diploma é que percebi que não havia nenhuma reforma. Eu já não tenho ilusões, Sra. Deputada, a esse respeito.

A Sra. Deputada veio fazer uma intervenção para dizer-me: bom, perca lá essas ilusões de grande reforma, porque isto não é nenhuma reforma.

Eu já percebi isso. Na terceira página, percebi isso, na terceira, na quarta e na quinta página percebi isso, que não é nenhuma reforma.

Depois, V. Exa. diz: bom, mas isto está bem clarificado. Mas quais são os apoios que os agricultores vão ter? Fica para implementação.

Acha que isto é fácil de explicar às pessoas? Eu chego ao Corvo e digo-lhes: olhem, temos agora aqui um diploma excelente!

E as pessoas perguntam-me:

- Excelente? Quais são os apoios?

- Vão ser definidos mais tarde!

Acha que posso ter uma conversa deste tipo com as pessoas, com os agricultores e dizer-lhes que levo uma mão-cheia de papel que depois não tem nenhuma tradução prática.

Não posso! Isso foi a minha dificuldade em relação a este diploma e obviamente depois também quero saber, já agora com tanta ambição, qual é o universo de gente que pode vir a ser beneficiada pela proposta?

E o Sr. Secretário levantou-se daquela bancada para explicar, pressupostamente, e para responder às perguntas que lhe foram feitas. Não respondeu nem à primeira, nem à segunda pergunta e não respondeu porque não tem os dados, nem ele próprio sabe a resposta a estas questões e estas questões, como se deve imaginar num diploma, são absolutamente essenciais: o quê? E para quem?

Os senhores não respondem nem à primeira, nem à segunda.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* E mais grave: diz que é impossível saber!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(João Ponte):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas:

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, não é correto o senhor vir aqui a esta Casa dizer que os serviços recolhem…

Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* É, é!

O Orador: … e têm informação fiscal dos agricultores.

Esta situação só acontece em situações excecionais, por exemplo, para verificar se o agricultor é ATP ou não ATP, ou em situações muito concretas no apoio ao gasóleo.

Portanto, a Região não dispõe desta informação e além disso, como o Sr. Deputado sabe, existe uma coisa que se chama proteção de dados. Não sabe, e julgo que não precisa de mais qualquer explicação.

Eu volto a referir que, por esta limitação do limite do rendimento coletável que os agricultores se podem candidatar a esse estatuto, nós não temos essa informação, o Governo não dispõe dessa informação, como tal não pode dar o universo.

Agora, o número máximo de agricultores que podem candidatar-se, tendo em conta o teto das ajudas do POSEI, foi aquele valor que eu transmiti na Comissão e que são cerca de 5.600 agricultores, se não me falha a memória.

Portanto, é nesta base que temos de trabalhar e é nesta base que vamos trabalhar.

Como já tive oportunidade de referir aqui, nós vamos, numa fase subsequente com as organizações de produtores trabalhar e afinar as medidas que vão ser aplicadas. Também devo dizer, e respondendo à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, que todos os diplomas, ou a grande maioria dos diplomas que foram apresentados pelo Governo nesta legislatura, tiveram um trabalho de base

sempre com as organizações de produtores, ouvindo os agricultores, e quando vamos para a fase final de apresentar o diploma para a auscultação, que é uma prática que temos mantido com as organizações de produtores, já vai numa fase final.

Portanto, ou seja, a génese do diploma iniciou-se com um trabalho de parceria e de auscultação com as organizações de produtores.

A verdade é que também neste diploma isso aconteceu, por isso é que a maior parte dos pareceres que tivemos foram positivos em relação ao diploma.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Exatamente!

O Orador: Todas as organizações de produtores a quem se explicou qual era o caminho que o diploma tinha, ou que teria, ou seja, o diploma chapéu, e só depois é que seriam desenhadas e apresentadas as medidas para benefício dos agricultores que recebessem o Estatuto de Agricultura Familiar. É isso que estamos a fazer e é isso que vamos fazer.

Devo também referir, e respondendo à Sra. Deputada Mónica Rocha, que contraria claramente aquele que é o discurso do Deputado João Paulo Corvelo, em relação à atração da agricultura aos mais jovens, a verdade é que nesta legislatura nós aprovámos já cerca de 242 candidaturas de jovens agricultores, que entraram nos mais diversos setores, cerca de 20% no setor da diversificação, que é um setor que está a crescer. Nos últimos quatro anos a área de produção afeta a esse setor cresceu quase 40%, cerca de 40%, aumentámos as exportações, reduziu-se as importações.

De facto, é um trabalho que não se deve ao Governo, é um trabalho dos agricultores, que todos os dias lutam, todos os dias trabalham por melhores condições e pelo desenvolvimento da sua agricultura.

Esconder esses números, Sr. Deputado, ou tentar esconder esses números parece-me que não lhe fica bem…

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

O Orador: … e não é isso que até dizem as organizações de produtores, que normalmente são muito críticas, e bem, em relação às políticas do Governo. Ajudam-nos também a puxar para cima o setor.

Agora, na verdade é que são as próprias organizações que atestam que o setor teve uma evolução muito positiva, temos desafios, e sabemos, ao nível da valorização e dos rendimentos, mas no campo de entrada de novos jovens agricultores foi o número que transmiti e temos um aviso que está em análise que temos mais 72 candidaturas de jovens agricultores.

Portanto, são indicadores que contrariam essa visão negra que o Sr. Deputado João Paulo Corvelo tentou passar aqui nesta Assembleia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* É real, Sr. Secretário!

Deputada Graça Silveira *(Independente):* E responder à minha questão nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Visto que o Sr. Secretário não me vai responder concretamente às questões que eu coloquei de uma forma direta, clara, e continuo a dizer que acho que o debate que se tem de promover nesta Casa no diploma é exatamente o esclarecimento das questões que os partidos têm, mas já estou a perceber que o Sr. Secretário não me vai responder, eu queria só reiterar algumas das coisas que já foram ditas, porque continuamos a acreditar que era importante, de uma forma transparente, perceber a quem é que esta medida vai chegar.

A verdade é que o CDS entende que a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na sustentabilidade ambiental, paisagística e é essencial para

a nossa economia local, e que este conceito de agricultura familiar na Região está muito ligado às características relacionadas com o seu funcionamento, numa base em que a gestão de mão-de-obra é assegurada pelo agregado familiar, muitas vezes até mantendo uma tradição familiar e onde o rendimento familiar advém materialmente da exploração. Existe aqui uma série de questões que era importante esclarecer.

Era importante esclarecer, por exemplo, o porquê da alteração do diploma nacional para o regional da mão-de-obra não remunerada. Enquanto que temos no diploma nacional "a utilização de mão-de-obra familiar em percentagem igual ou superior a 50%", na adaptação para a Região temos que "utilize a mão-de-obra familiar não remunerada em percentagem igual ou superior a 50%".

Ou seja, há uma série de questões que era necessário esclarecer por forma a gente também perceber o alcance deste diploma.

Precisamos mais do que nunca criar condições de um clima de confiança no futuro nesta atividade da agricultura, para que a agricultura da Região seja atrativa.

Precisamos mais do que nunca fomentar o consumo dos nossos produtos a nível regional, a nível nacional, no caminho da nossa autossuficiência.

É necessário reduzir as importações e aumentar as exportações, precisamos de incentivas a diversificação agrícola e tudo isto é um caminho que compete também ao Governo Regional ajudar a criar as condições para ultrapassar estes desafios.

Este Estatuto é útil. O CDS vê com bons olhos o Estatuto e a adaptação. Nem é isso que está em causa

O que está em causa aqui é percebermos de uma forma clara a quem é que isto vai chegar. É essa resposta que não foi dada por parte do Sr. Secretário.

É isso que está aqui em causa, não é o facto do estatuto ser benéfico ou não, é a questão é a quem é que vai chegar, como lhe disse há pouco, se vai chegar a seis explorações ou vai chegar a 1000.

É isso que não conseguimos perceber e é isso que nos faz alguma confusão como é que o Sr. Secretário não nos consegue dar estas respostas, e eu até retomei a questão, por causa do rendimento coletável que o Sr. Secretário disse que não era possível, e coloquei-lhe.

Muito bem, temos 5.670 explorações com ajudas do POSEI. Destas 5.670 quantas é que cumprem com os restantes requisitos: ser maior de 18 anos, ter as parcelas registadas no iSIP, ter a exploração registada na Região?

O Sr. Secretário vai dizer-me que isto não é possível de ser apurado? É possível ser apurado e foi isso que falhou. Foi isso que falhou para podermos estar aqui a falar de uma forma aberta e clara de qual será o alcance desta iniciativa.

Portanto, para finalizar queria reiterar a posição do Grupo Parlamentar do CDS, que não está contra o estatuto, que não é considerar que esta adaptação e tentar adaptar à Região não é benéfico, é benéfico. O que ficou aqui por esclarecer é qual é o real alcance desta iniciativa?

Quantos agricultores, quantos dos nossos agricultores açorianos vão ter condições de elegibilidade para se candidatar a esta medida?

Foi isso que ficou por esclarecer, Sr. Secretário.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra. Dispõe de cerca de um minuto.

(*) Deputada Graça Silveira *(Independente):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, peço imensa desculpa, mas dizer à câmara que não é possível saber qual é o rendimento coletável dos agricultores não é verdade, ainda para mais tratando-se do 4.º escalão de IRS.

A Vice-Presidência e a Presidência do Governo sabem exatamente qual é a receita fiscal dos açorianos, sejam eles agricultores ou outra coisa qualquer.

E mais grave do que isso: é que já não sabendo quais vão ser os benefícios que vão ser definidos em portaria, já é lamentável. Agora, o Sr. Secretário dizer que um dos critérios de elegibilidade, e que têm de ser todos cumpridos cumulativamente, é impossível de calcular, é dizer que não se sabe, nesta medida, como é que ela vai ter abrangência na região, ou seja, se ela é realista e efetivamente está a ser uma boa aplicação da medida a nível nacional à realidade regional ou não.

E mais. O Sr. Secretário não está a ser correto quando diz que não é possível saber qual é que é o rendimento coletável.

A Presidência e a Vice-Presidência do Governo sabem qual é que é a sua receita fiscal decorrente dos açorianos, sejam eles agricultores ou outra coisa qualquer.

Se não pode saber, se não pode calcular retire esse como critério de elegibilidade.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(João Ponte):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, colegas do Governo:

Duas ou três notas finais. A primeira para me congratular pelo facto da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras estar de acordo com o diploma e ver virtudes no diploma. Apenas o aspeto de não conseguirmos identificar o número exato dos agricultores.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Nem exato, nem aproximado, Sr. Secretário!

O Orador: Eu devo referir que as condições de atribuição são claras:

a) Tenha idade igual ou superior a 18 anos;

b) Tenha um rendimento coletável inferior ou igual ao valor enquadrável no 4.º escalão (que é este indicador de que nós não dispomos);

c) Receba um montante de ajudas não superior a € 10.000,00 no POSEI-Açores (portanto está identificado que são cerca de 5.600 agricultores);

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* O senhor diz que não é possível apurar!

O Orador: d) Seja titular de uma exploração agrícola do iSIP (5.600);

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Conseguem apurar!

O Orador: e) Possuam domicílio fiscal na Região (talvez 99,9%).

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Conseguem apurar!

O Orador: f) Utilize mão-de-obra familiar, não remunerada, em percentagem igual ou superior a 50 % do total de mão-de-obra estimada para a Região.

Esta informação, naturalmente a Região não dispõe de todo o setor e só é possível com base num inquérito, como é óbvio.

Aquilo que foi aplicado a nível da Região é o mesmo que foi aplicado a nível nacional.

Entretanto a nível nacional foi feita uma nota técnica de interpretação do diploma e refere exatamente isso que a Região acabou por adaptar no diploma regional.

Não temos informação e a opção da Região em relação ao rendimento coletável foi manter aquilo que foi feito a nível nacional.

Portanto, a nossa expetativa é que este diploma é um diploma importante, é um diploma que vai ajudar o desenvolvimento da agricultura familiar, vai ajudar a fixar as pessoas no mundo rural e logo que esteja aprovado, rapidamente,

colocar cá fora um conjunto de medidas que depois se irão traduzir em benefícios para os agricultores. É isso que conta e é isso que os agricultores estão à espera, mais importante do que saber se serão 5.500 ou 4.999.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições. Julgo não haver mais inscrições, vamos então passar à votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Votação na generalidade: as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XI, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, para uma declaração de voto. Faço a declaração de voto depois da votação na especialidade?

Presidente: Na votação final global, se não se importa. Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição?

Não havendo, também não existem propostas de alteração ao diploma.

Existem 11 artigos. Pergunto à câmara se os posso colocar à votação em conjunto?

Sr. Deputado Luís Maurício, se tiver alguma indicação, senão fazemos artigo a artigo.

(*) Deputado Luís Maurício *(PSD):* Sra. Presidente, solicitava que votasse separadamente as alíneas b) e c) do artigo 5.º.

Presidente: Alíneas b) e c). Iremos votar então o artigo 5.º em separado, porque é mais fácil.

Está à votação, Sras. e Srs. Deputados, os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a alínea a) do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A alínea anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação as alíneas b) e c) do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As alíneas anunciadas foram aprovadas com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto do PCP, 1 voto a favor do PPM e 14 abstenções do PSD e 1 abstenção da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Coloco então agora à votação as restantes alíneas deste artigo, nomeadamente a d), a e) e a f).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As alíneas anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira pede de palavra para?

Deputada Graça Silveira *(independente):* Sra. Presidente, para pedir se podia votar a alínea c), do artigo 6.º, em separado, se faz favor?

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Relativamente ao artigo 6.º vamos votar as alíneas a) e b).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As alíneas anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a alínea c), do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra, faça o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A alínea anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Coloco então agora à votação conjunta os artigos 7.º, 8.º, 9.º, 10.º e 11.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global: as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XI, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para explicar a votação, por que é que votámos favoravelmente.

Votámos favoravelmente, e poderia explicá-lo com aquela imagem gráfica muito conhecida, porque isto "é como o Melhoral, não faz bem, nem mal".

Portanto, em relação a este diploma é evidente que o Sr. Secretário, como ficou provado, não consegue explicar qual é o universo de beneficiários, não conseguiu sequer encontrar o intervalo para o descrever, e também não conseguiu e não se comprometeu com nenhuma de medida de apoio prática.

Portanto, nesse sentido não tem conteúdo. Nós não sabemos o que é que vai acontecer a seguir.

Mas de qualquer das formas, o diploma em si também não é um diploma penalizador. Os seus objetivos são objetivos com que todos nós concordamos.

Eu concordo que é preciso contrariar a diminuição o envelhecimento da população rural. Concordo com isso.

Concordo que é preciso valorizar a produção local, concordo com todos estes objetivos. Não considero é que o diploma responda a estas matérias, ou que tenha os instrumentos eficazes para permitir que estes objetivos se possam atingir.

Todos concordámos e o Governo não conseguiu provar nada disto e não conseguiu indicar ou descrever uma única medida que permita atingir estes objetivos.

Agora, o diploma em si, de penalizador não tem nada.

Portanto, não tendo, na minha perspetiva, mérito político, mérito prático, uma descrição prática, também um voto desfavorável a um diploma que nada traz, é certo, mas também nada de penalizador anuncia. Portanto, até anuncia um bom conjunto de intenções. Portanto, eu voto sobretudo pelas intenções.

Portanto, o meu voto é favorável por essa razão.

Só por isso é que eu voto favoravelmente.

Em relação à valorização prática do que aqui vem dos apoios, é evidente que não o posso fazer, porque eles não estão descritos, eles não foram explicados, eles não foram defendidos, portanto não posso estar a fazer uma coisa que todos aqui na câmara desconhecem, inclusivamente o próprio Governo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) Deputada Mónica Rocha *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votámos a favor deste diploma por considerarmos…

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Porque era do Governo!

A Oradora: … que este cumpre com o objetivo principal de promover políticas públicas adaptadas e adequadas para este modelo de produção:

- Promover maior equidade na concessão de incentivos e condições de produção às explorações agrícolas familiares;

- Por promover e valorizar a produção local e melhorar os respetivos circuitos de comercialização, através do abastecimento de proximidade e a promoção de produtos de qualidade locais;

- Por pretender a melhoria das condições de vida dos agricultores, pelo aumento dos rendimentos;

- Por contribuir para o rejuvenescimento da agricultura açoriana;

- Por promover uma agricultura sustentável, incentivando a melhoria dos sistemas e métodos de produção assentes na preservação da paisagem e Biodiversidade

Por fim, pretende:

Conferir à Agricultura Familiar um valor estratégico, a ter em conta, designadamente nas prioridades das políticas agrícolas regionais, nacionais e europeias;

Pretende também reconhecer e distinguir a especificidade da Agricultura Familiar nas suas diversas dimensões: económica, territorial, social e ambiental.

Sras. e Srs. Deputados:

Já aqui referi, que a estratégia e vontade deste Governo é a de promover equilíbrio e crescimento sustentável da agricultura açoriana nas suas diferentes dimensões.

Por isso mesmo, consideramos que pequenas ou grandes explorações, pequenos os grandes empresários agrícolas dedicam-se e entregam-se na mesma medida!

Que o seu compromisso, esforço e trabalho devem sempre ser defendidos e valorizados na mesma medida… e no limite das nossas competências!

Assim, o diploma é o reflexo do respeito e sentido de missão que o Partido Socialista e este Governo têm para com as açorianas e açorianos da nossa região, pela agricultura dos Açores…!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) Deputada Graça Silveira *(Independente):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Obviamente e como já tive oportunidade de dizer, o objeto desta iniciativa, deste Decreto Legislativo Regional, que no fundo aquilo que visa é proteger e apoiar a agricultura familiar nos Açores, obviamente pela via das ajudas que não sabemos na realidade quais são, mas sejam elas muito ou poucas, num setor muito frágil como este, é sempre de aprovar.

Mais!... Se a agricultura familiar, como todos nós sabemos, contribui para evitar a desertificação do meio rural, que de uma forma indireta também ajuda a contribuir para a tão necessária diversificação agrícola na Região, e que também contribua para conseguir aumentar o rendimento dos pequenos agricultores, é obviamente uma iniciativa que merece ser aprovada, independentemente de toda a crítica e discussão que é legítima, porque como o PS gosta de dizer, todas as contribuições, todas as opiniões são bem-vindas. Quando pensamos todos juntos, o Governo governa melhor!

Portanto, penso que não é necessária esta admiração de, apesar de ter havido uma discussão sobre o diploma, que é legítima, no fim a oposição não considere que deva apoiar e por essa via votar favoravelmente esta iniciativa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos este nosso ponto da Agenda. Vamos agora fazer um intervalo. Regressamos às 18h20.

Eram 17 horas e 51 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 28 minutos.

Entramos agora no ponto 4 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 132/XI – "Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias para assegurar a utilização da Baía da Barra, em Santa Cruz da Graciosa, criando condições para as atividades ligadas à náutica de recreio"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os seguintes:

O Governo, o PS e do PSD dispõem de 25 minutos; o CDS de 15 minutos; o Bloco de Esquerda de 12 minutos, o PCP e o PPM de 10 minutos e a Sra. Deputada Independente de 10 minutos.

Para apresentar a iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução defende e recomenda ao Governo que crie as condições necessárias para a utilização da Baía da Barra em Santa Cruz da Graciosa a atividades da náutica de recreio na sequência da obra que ali está a ser executada.

É um projeto que entrou nesta Assembleia no passado dia 15 de março de 2019 e, em primeiro lugar, e como ponto que talvez deva considerar como mais relevante no que diz respeito a todo este processo, a esta obra e às suas incidências, importa-me recordar o trágico acidente que ceifou a vida a dois graciosenses naquela obra. Um acidente de trabalho que todos temos de lamentar e que não podia deixar de começar por recordar como o marco mais significativo do desenrolar desta obra pública na ilha Graciosa. Um acidente ocorrido no passado 20 de março de 2019, em que perderam a vida dois cidadãos da ilha Graciosa, de 47 e de 60 anos de idade, que deixaram as suas famílias enlutadas e que não permitem por isso qualquer júbilo na concretização deste empreendimento, mas tão só recordar e fazer da sua memória um momento importante para todos nós estarmos cientes de que de facto morrer ao serviço de uma obra pública na Região não pode deixar de marcar essa mesma obra pública.

Fica aqui, em primeiro lugar, e como ponto mais importante desta matéria, o nosso pesar e que as responsabilidades sejam apuradas e que possam as suas famílias encontrar conforto no seu apuramento. Como eu disse, fica o nosso pesar e as nossas sentidas condolências às famílias destes dois graciosenses que perderam a vida na obra da Baía da Barra, na ilha Graciosa, que também fez dois feridos ligeiros felizmente sem outras consequências de maior.

Este era o ponto primeiro que eu gostava de salientar e gostava de apresentar como o mais relevante que não podia deixar de ter a primazia nesta apresentação.

Em segundo lugar, queria, em relação a este Projeto de Resolução, felicitar o Sr. Presidente do Governo. O Sr. Presidente do Governo merece ser felicitado nesta ocasião pela sua recente viagem à ilha Graciosa, neste périplo que tem feito pelas ilhas dos Açores e onde teve a oportunidade de vir ao encontro desta nossa proposta.

O Sr. Presidente do Governo esteve na Graciosa, apresentou duas iniciativas, que são duas iniciativas que o PSD tem presentes neste hemiciclo, presentes nesta Assembleia e que dizem respeito, uma, à prioridade a ser dada à obra da aerogare da Graciosa e a outra relativamente à criação de condições na Baía da Barra para a náutica de recreio.

É com prazer e com reconhecimento que felicito este espírito de colaboração do Sr. Presidente do Governo com os partidos da oposição, e nomeadamente com o Partido Social Democrata ao vir dar um pouco também a razão de estarmos unidos, como pediu o Sr. Presidente do PSD-Açores, naquilo que é importante para as nossas populações e que o Sr. Doutor José Manuel Bolieiro tem tanto salientado que naquilo que é de facto importante para as populações das nossas ilhas devemos estar em união e devemos trabalhar em conjunto para concretizar os seus anseios e responder às suas ambições.

Felicito por isso o Sr. Presidente do Governo por ter tido a oportunidade de vir ao encontro do PSD e de também mostrar humildade de reconhecer que esta nossa resolução é justa, é importante, responde aos anseios dos graciosenses e merece por isso uma aprovação nesta Assembleia e penso que essa posição do Sr. Presidente do Governo não deixa de ser obrigatória da nossa parte salientar e felicitar por isso. Um bem-haja!

Em terceiro lugar, há que fazer o histórico desta proposta de resolução. Este Projeto de Resolução nasceu na sequência daquilo que foram as incidências decorrentes desta obra de construção de uma marina na ilha Graciosa.

Esta obra começou efetivamente no manifesto eleitoral do Partido Socialista de 2008, ou seja, há 12 anos. Começou por ser essa promessa eleitoral para essa legislatura, mas teve expressão prática com uma proposta aprovada, estou em crer, por unanimidade, pelo menos mereceu o apoio do PSD, no Plano para 2010, uma proposta do Partido Socialista para a inclusão nesse Plano de 150 mil euros para a elaboração do projeto de construção da Marina da Barra e requalificação da zona envolvente.

Dizia na altura o Deputado do Partido Socialista que apresentou a proposta: vamos fazê-la, e cito, "até ao fim deste mandato, que é isso que prometemos".

Pois essa promessa ficou por cumprir e ainda está por cumprir. Faz parte do histórico deste Projeto de Resolução. Foram estas as palavras proferidas no dia 26 de novembro de 2009, há quase 11 anos.

Depois, esta obra não se realizou até ao final do mandato de 2012 e foi prometida com um célebre cartaz para os graciosenses, porque foi muito notado, colocado na Baía da Barra, em que se apresentava o desenho da obra, a sua promessa de execução para a legislatura de 2012 a 2016. Também não aconteceu.

Nessa altura sucedeu a alteração dos quadros comunitários e a obra deixou de ser uma marina, passou a ser uma obra de proteção costeira, a mesma obra, mas sem nada lá dentro, apenas com as estruturas de proteção daquela zona costeira da Barra, criando condições na sua baía para posteriormente se fazer então a obra de apoio ao recreio náutico.

Portanto, foi nessa legislatura de 2012 a 2016 que a obra deixou de ser uma marina e na sequência desse abandono da obra da Marina da Barra e da criação apenas de uma proteção costeira, na legislatura de 2016 a 2020, nesta legislatura, uma vez que deixou de haver por parte do Governo e da maioria uma intenção de construir uma marina na ilha Graciosa, mas apenas uma obra de proteção costeira, eu acho que podíamos fazer um pouco uma analogia com

os evangelhos e uma célebre ou conhecida história do Novo Testamento, que tem a ver com a negação por três vezes de Pedro, o predileto de Jesus Cristo…

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Alguém tinha de fazer o papel de Judas!

O Orador: … de o ter conhecido e a profecia relativamente a que até o galo cantar Simão Pedro iria negar por três vezes conhecer Jesus Cristo.

Pode-se fazer esta analogia, mas o Partido Socialista e esta maioria superaram essa negação.

Por quatro vezes já negaram a realização, na Baía da Barra de uma marina e de criar condições para a existência de um porto de recreio.

A primeira vez estávamos em discussão do Plano e Orçamento para 2017 e eu próprio questionei o Sr. Secretário Regional do Mar sobre se na sequência da obra que estava a ser executada na Barra, que, como sabem, foi adjudicada em 2016, se na sequência dessa obra se previa a execução daquilo que seria o desejo e a vontade que estava por detrás daquela realização, que era a existência de condições para o recreio náutico, ainda que não fosse propriamente a totalidade de uma marina, mas que desse condições aos desportistas náuticos e aos proprietários de embarcações na Graciosa para terem condições naquela baía.

O Sr. Secretário do Mar o que respondeu, a essa minha indagação para o Plano de 2017, foi não! Não, não vamos fazer! Não está previsto fazer mais nenhuma obra na sequência desta. Está nos diários, está no relatório, pode facilmente ser comprovado e está também naquilo que hoje é a comunidade global e democrática das redes sociais que todos podem aceder e procurar.

Depois a mesma pergunta, a mesma indagação na discussão do Plano para 2018.

Já a obra decorria, já estava em prazo para ser concluída, porque o seu prazo de execução eram 18 meses com início em 2016, portanto já veem o atraso que ela

leva, e perguntámos novamente (o PSD perguntou novamente) ao Sr. Secretário do Mar se depois da obra concluída iriam ser criadas condições para a existência da náutica de recreio na Baía da Barra para haver, de facto, aquilo que seria a intenção daquela obra.

Também não, nesse Plano – segunda negação desta obra de recreio náutico para a Baía da Barra. Também não estavam previstas obras de criação de um porto de recreio, nem havia qualquer projeto, e isso era importante, para fazer essa obra.

Depois, o PSD entendeu que devia apresentar uma proposta e no Plano para 2019 apresentámos uma proposta para que fosse feito o projeto para a criação, na Baía da Barra, de condições para a náutica de recreio.

Foi a terceira negação do Partido Socialista e desta maioria ao chumbarem nessa proposta do PSD para o Plano de 2019.

Recentemente no Plano para 2020 fizeram a quarta negação de propostas para que fossem criadas condições na Baía da Barra para a náutica de recreio. Fizemos mais uma proposta, desta vez indo ao encontro ainda mais daquilo que seria o discurso público do Partido Socialista, mas que na prática levou ao seu chumbo.

Tal como Pedro, o Apóstolo, que renegou Cristo, também agora o PS mostra algum arrependimento.

Como sabemos da história do arrependimento de Pedro, depois de ouvir o galo cantar ele reconheceu a profecia do seu Mestre e arrependeu-se, arrependeu-se de ter renegado.

Aqui o galo funciona um pouco como as eleições. As eleições estão a chegar, é o cantar de galo para o PS se arrepender e finalmente anunciar que está de acordo com esta proposta e está de acordo com a criação, na Baía da Barra, de condições para a náutica de recreio. Assim seja feito e assim se concretize aquilo que o Sr. Presidente do Governo veio anunciar à Graciosa, na passada

semana, concordando (e felicito-o mais uma vez por isso) com esta proposta do PSD.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) Deputado Alonso Miguel *(CDS-PP):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, associar-me aos votos e às condolências que foram frisadas pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa, em relação aos dois acidentes mortais que aconteceram durante a realização desta obra na Baía da Barra.

Depois dizer que o que está em causa com a discussão deste Projeto de Resolução é, no fundo, por um lado a satisfação de uma pretensão muito antiga dos graciosenses e, por outro lado, o cumprimento de uma promessa do Partido Socialista com cerca de uma década e meia, cuja cronologia me abstenho de fazer, que já foi feita anteriormente.

Naturalmente que após a realização de uma obra como aquela que agora está a terminar, na Baía da Barra, e que infelizmente também sofreu alguns atrasos como reconheceu o Sr. Secretário em sede de Comissão, tem um custo e uma dimensão consideráveis, o que se espera é que possa ter como consequência, mais tarde ou mais cedo, que sejam criadas condições para que a baía possa de facto acolher atividades ligadas à náutica de recreio que, no fundo, é aquilo que o PSD pretende com este Projeto de Resolução.

Portanto, para além de ser uma promessa antiga e de ser uma lacuna que os graciosenses querem de facto ver colmatada evidentemente, o desígnio de

criação de condições para a náutica de recreio naquela baía, quer pelos particulares, quer pelas empresas do setor, nomeadamente as marítimo-turísticas ganha ainda mais força e pertinência com o términus da obra de proteção e de consolidação da orla costeira.

E ganha mais força não apenas porque a baía passa a ter outro nível de segurança, mas também porque é uma forma de rentabilizar o investimento que já foi lá feito de vários milhões de euros e de valorizar aquele espaço.

Agora, se obra é executada pelo Governo Regional, sendo uma obra de mar, ou se a obra é executada pela Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, através do estabelecimento de um contrato ARAAL, eu julgo, pelo menos no entender do CDS, que isso é irrelevante. E é irrelevante, desde logo, em termos práticos para o ponto resolutivo deste Projeto de Resolução que apenas recomenda que seja o Governo Regional a desenvolver as medidas e as iniciativas necessárias para que o processo se possa desenvolver. Não diz de que forma é que isso é feito, portanto, é irrelevante.

É seguramente também irrelevante, e eu diria especialmente irrelevante, para os graciosenses, que, no fundo, o que querem, é ver garantidas as condições para que estas atividades ligadas à náutica de recreio possam ser desenvolvidas naquela baía, independentemente de quem é o executor daquela obra.

No fundo, o que os graciosenses querem é certamente que esta pretensão antiga seja agora uma realidade, mesmo sabendo que não é a marina que está há muito tempo prometida.

Assim sendo, nós consideramos que este Projeto de Resolução de facto é pertinente e em termos genéricos concordamos com a sua apresentação.

Para já é só isto. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A existência de infraestruturas portuárias e de recreio náutico é um fator determinante para a sua boa operacionalidade e para a plena segurança de quem os utiliza ou frequenta, devendo atempadamente ser realizadas obras sempre que seja necessário para suprimir a necessidade da população que usufrui destas infraestruturas.

O aumento da oferta turística é uma das questões mais relevantes e estratégicas para o desenvolvimento da Graciosa e, por isso, esta obra sempre foi uma pretensão dos graciosenses. Tendo a ilha um grande potencial de atração de turistas, a falta de uma marina ou um porto de recreio continua a ser um sério constrangimento ao desenvolvimento das atividades marítimo-turísticas da Graciosa.

Depois de muitos anos de promessas repetidas, o Governo Regional parece finalmente ter decidido avançar com uma intervenção na zona costeira da Barra. Relembramos que por diversas vezes, aqui, o PCP realizou propostas nesse sentido, em sede de Plano e Orçamento.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo também por lamentar o trágico acidente que aconteceu naquela obra no dia 20 de março de 2019. Foi um acidente trágico que vitimou dois trabalhadores graciosenses e esse facto foi uma desgraça que afetou toda a população daquela ilha.

Continuando, e já agora respondendo diretamente ao Sr. Deputado João Bruto da Costa, que apresentou este projeto, digamos assim, de uma forma calma, muito católica e usando parábolas.

Os graciosenses conhecem bem o seu espírito católico. Acho que vir para aqui agora evocar esse espírito, não é do mais correto.

Sr. Deputado João Bruto da Costa…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Tem alguma coisa contra o catolicismo?

O Orador: Nada! Absolutamente nada! Sou católico.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* A mim pareci-me que sim!

O Orador: Não, não! Sou católico.

É verdade que no manifesto de 2008/2012 eu subscrevi a proposta em que dizia que nós iriamos ter uma marina na Graciosa, mas é preciso não esquecer que em 2006 o senhor estava na Câmara Municipal e também a sua Câmara Municipal prometeu fazer uma marina na Barra, naquele mesmo local.

Há uma diferença entre nós: eu vou conseguir e o senhor nunca vai conseguir. Portanto, é esta a única diferença relativamente a este processo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ainda relativamente a este assunto queria dizer, Sr. Deputado João Bruto da Costa… O senhor disse que aquilo foi abandonado. Mas como é que foi abandonado?

Nós andamos aqui durante vários Planos e Orçamentos a reforçar verbas para este empreendimento, nomeadamente para a Câmara Municipal fazer aquilo que tinha de fazer, que eram os trabalhos preliminares para concluir aquela obra.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Não são só os preliminares!

O Orador: Felizmente está tudo pronto, Sr. Deputado.

Em breve o senhor com certeza vai ser convidado para a inauguração deste empreendimento, que é um empreendimento que todos os graciosenses acarinham.

Portanto, Sr. Deputado, demorou mais algum tempo, é verdade, mas as coisas são assim: há uns que conseguem e outros sonharam, mas nunca conseguiram. É esse o seu caso. O senhor está nesse grupo: o senhor pensou que era possível fazer, mas nunca conseguiu.

Eu, felizmente, vou conseguir. Espero, até ao fim do meu mandato, ter esse problema resolvido.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* O senhor é que consegue ou são os açorianos?

O Orador: São os açorianos que conseguem.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* O catolicismo e o que o senhor conseguir já são duas! Dois a zero!

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas *(Ana Cunha):* Isto não é um campeonato!

O Orador: Relativamente a esta proposta, e agora referindo-me praticamente àquilo que o Sr. Deputado trouxe até aqui, e o que está aqui hoje a ser discutido e que vai ser votado, é um Projeto de Resolução que recomenda que o Governo faça aquilo que realmente já está a fazer, não só o Governo como também a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

É claro que a vontade do PSD de se ligar a este empreendimento é tão grande que apresentou este Projeto de Resolução no dia 15 de março de 2019 a recomendar que o Governo desenvolva medidas necessárias para assegurar a utilização da Baía da Barra para a náutica de recreio.

No dia 26 de novembro, 8 meses depois, apresenta uma proposta de alteração ao Plano destinada à cooperação com a Câmara Municipal (essa proposta foi inviabilizada pelo PS e pelo CDS-PP) para também fazer o que afinal a câmara já está a fazer.

Portanto, o Sr. Deputado anda aqui a falhar "os tiros" que está a dar. Eu não sei.

Mais tarde há uma outra proposta do PCP, em 2010,…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* A outra está feita?

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Já foi inaugurada?

O Orador: … que também o PSD não votou favoravelmente. Não sei se é preconceito, ou se também não concordava com este projeto.

Eu queria perguntar ao Sr. Deputado João Bruto da Costa:

O senhor primeiro queria que fosse o Governo a fazer, eu sei porquê, mas não vou dizer-lhe agora, não vou dar-lhe esse prazer. Mas depois já dizia que devia ser a Câmara Municipal. Em que ficamos?

O que fez o PSD alterar a sua posição durante este tempo? Oito meses! Primeiro era o Governo, depois passou a ser Câmara.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Mas quem é que está a dizer que é o Governo?

O Orador: Sr. Deputado, não podemos viabilizar esta proposta do PSD porque esta é uma tentativa, mais uma, de tirar dividendos políticos.

O aproveitamento da Baía da Barra é um investimento que consideramos estruturante para a ilha Graciosa, mas não é de agora, Sr. Deputado. Foi pensado para proteger toda aquela área…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não é de agora?!

Deputada Mónica Seidi *(PSD):* Há muitos anos!

O Orador: Foi de 2006, do tempo do PSD. Foi a primeira vez que foi falado.

… mas sempre com o intuito de aproveitar o espelho de água no seu interior, como fica demonstrado na sua configuração, na limpeza de canal da entrada da baía e pelo facto mais importante,…

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Já está dragada?

O Orador: … que foi a Câmara Municipal ter avançado com os diversos estudos necessários e com o projeto da marina, contando para isso com o apoio do Governo dos Açores, precisamente para o aproveitamento daquele espaço.

Hoje podemos afirmar que está quase concluído e certamente por causa disso está à mercê, por parte do PSD, esta vontade de aparecer na fotografia.

Primeiro, não acreditavam neste projeto, daí as críticas que foram ditas relativamente ao lançamento da obra em 2008; depois desconfiaram deste projeto; mais tarde apoucaram este projeto, mas agora que o investimento está a tomar a sua forma, querem fazer conta que sempre estiveram connosco, mas isso não corresponde à verdade, como sabe o povo da Graciosa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Como já disse, ou como já dissemos noutra altura, sobre este assunto, é muito fácil fazer cortesia com o chapéu alheio, e esta habilidade, Sr. Deputado, parece que está a vingar dentro do PSD.

É verdade que o investimento ultrapassou os prazos, como infelizmente acontece com algumas obras marítimas, mas isso ficou a dever-se essencialmente à complexidade da estrutura que é executada com técnicas inovadoras, sobretudo para não ter um impacto negativo visual e também devido às condições do mar.

Por fim, reafirmamos que o voto contra se justifica, neste caso, porque esta proposta é completamente desnecessária porque propõe o que já se encontra a ser feito, não agora,…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não é verdade!

O Orador: … nem sequer na altura em que este diploma deu entrada neste Parlamento, mas desde há muito.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não é verdade!

O Orador: Isto é chuva no molhado.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Além do mais não é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) Deputada Graça Silveira *(Independente):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este projeto da suposta marina da Graciosa tem uma história longa e há uma parte aqui que é meia nublosa, que nunca ninguém percebeu bem o que é que aconteceu.

A vontade aparece em 2005/2006, não sei quem é que era o Secretário dos Transportes na altura, mas também não interessa, não é relevante. Não me lembro mesmo e não é relevante.

Entretanto, em sede de audição na Comissão, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que em 2010/2011, tinha sido orçamentado 75 mil e depois mais 100 mil euros para o projeto da marina da Graciosa.

Ou seja, em 2011 supostamente estava concluído o projeto para a construção da marina da Graciosa.

Todos nós sabemos que o que inviabilizou este sonho foi o facto do novo Quadro Comunitário de Apoio 2014/2020 ter deixado permitir cofinanciamento a obras para construção de marinas.

A questão que se coloca aqui é neste hiato de 3 anos, entre 2011, quando supostamente o projeto para essa empreitada já estava concluído, que ainda haveria 3 anos para concorrer no anterior Quadro Comunitário de Apoio à construção da marina que permitia cofinanciamentos da marina, isso não ter acontecido.

Em setembro de 2015, é apresentado o projeto para a empreitada, chamada agora de "Proteção e estabilização da Barra de Santa Cruz da Graciosa", onde se limpou tudo o que mencionava a palavra marina, e onde ficaram as obras mais caras, e bem, que são as de consolidação, que no fundo são as obras que permitem tornar aquilo numa baía protegida, que foi o quebra-mar e o molhe.

Mas em sede de audição o Sr. Secretário Regional do Mar disse que também tinha um passadiço. Se eu bem sei, aquilo que ficou da parte da infraestruturação, que foi aquilo que pôde ser financiado, foi o arranque dos passadiços, mas não está na obra o arranque dos passadiços flutuantes?

Deputado Ricardo Ramalho *(PS):* Não, não!

A Oradora: Não ficou na obra? Era essa uma das dúvidas que eu tinha: se foi retirado, ou não, do projeto anterior, que é a parte só de encaixe, são os chamados "os arranques", para construção futura, se ficaram ainda no projeto?

Tenho a ideia de que o projeto da empreitada que foi apresentada em 2015 tinha, mas pode ter caído, entretanto.

Finalmente temos uma baía abrigada, um porto de abrigo.

É óbvio que teve de se chamar proteção e estabilização da Barra para poder concorrer a fundos europeus e bem. Agora ninguém gasta um montante desta natureza para criar uma baía abrigada para não ter funcionalidade nenhuma.

Por aquilo que ficou claro, daquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse em sede de Comissão, é que a Câmara estaria disponível para as infraestruturas de apoio em terra, nomeadamente balneários…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

A Oradora: … etc., etc., etc., mas que não estava disponível para as obras de mar.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

A Oradora: Segundo está no relatório, o Sr. Secretário Regional também disse: "não, não ia fazer".

O Sr. Presidente, e bem, e ao contrário daquilo que o Sr. Deputado José Ávila vem aqui dizer que já está a ser feito, eu não acredito que o Sr. Presidente do Governo vá à Graciosa anunciar que vai fazer uma coisa que afinal já está a ser feita. Portanto, temos de ficar esclarecidos. Ou está a ser feito, o Governo já está a fazer, ou o Governo tem a intenção de fazer e bem.

Mais!... Vir dizer que o Sr. Deputado Bruto da Costa, a grande diferença entre ele o senhor, é que o senhor consegue aprovar, obviamente que usa a maioria musculada da bancada a que pertence, mas não está a aprovar as ideias dos outros. Eu não sei o que é que isso diz da sua capacidade enquanto deputado.

Portanto, vamos lá ver se temos direito a palmas com isto ou não.

A questão que se coloca aqui é: em termos de efetiva infraestruturação de interior da baía, que permita a utilização daquele espaço para a náutica de recreio, em mar e não em terra, porque já percebemos que a parte da terra fica para a Câmara, o que é que o Governo Regional está disponível para fazer e até quando?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada. Informo que esgotou o seu tempo, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu queria apenas reforçar aquilo que foi a minha ideia na apresentação deste diploma, daquela tribuna.

Eu referi-me a factos. Falei de um histórico que é longo, que tem muito que se lhe diga.

Podia lembrar-lhe que a Câmara Municipal em 2006 apresentou este Projeto ao Governo no Centro Cultural da Ilha Graciosa e foi prometido pelo Vice-Presidente do Governo que logo a seguir às obras da Horta e de Angra que faria a obra que a Câmara tinha projetado para a Graciosa.

Deputado José Ávila *(PS):* Eu estava lá, mas não foi isso que disse!

Deputado Ricardo Ramalho *(PS):* Está enganado!

O Orador: Podia lembrar tudo isso e podia fazê-lo naquela que é a intenção do Deputado do Partido Socialista que interveio neste diploma.

Eu tive o cuidado de não tornar isto, como sempre faz o Partido Socialista, numa questão de queziliazinhas, de guerrilhazinhas, de maldicenciazinha, de vir para aqui com o diz que disse, e onde é que o senhor estava e deixava de estar.

Eu apresentei factos que levaram o Partido Social Democrata a apresentar este diploma em março do ano passado.

Foram factos de uma negação por três vezes (por três vezes!). Antes da apresentação deste diploma o Governo Regional negou esta obra que estamos a propor com esta resolução.

Esta resolução pretende que o Governo desenvolva as iniciativas e medidas necessárias para que a Baía da Barra tenha condições para a náutica de recreio que não terá com a obra que está a ser executada. Foi isso que nós perguntámos uma vez, em 2017; perguntámos segunda vez em 2018. Disseram que não.

Em 2019 entendemos então, nós apresentamos uma proposta no Plano e Orçamento para que se faça o projeto para a seguir à obra de proteção costeira concretizar a ambição dos graciosenses, que era esta obra de criação de condições para a náutica de recreio. Chumbaram!... Ficámos sem saber afinal o que é que queriam ou o que é que não queriam.

Portanto, continuámos a insistir, porque não desistimos daquilo que é a ambição dos graciosenses, os anseios da nossa terra e aquilo que é justo para aquela ilha.

Esta obra aguarda concretização não é há dois anos; uma obra com um prazo de execução de 18 meses está atrasada quatro vezes esse tempo, praticamente. Quatro vezes!

Conhecem mais alguma obra desta dimensão que tenha atrasado desta maneira? Que tenha começado e esteja atrasada há 3 anos?

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Essa não atrasou! Vai sempre a tempo!

O Orador: Eu não me parece que seja muito normal, como ouvi há pouco, que com as obras de mar isto acontece. Acontece na Graciosa, infelizmente, aconteceu com esta obra.

Mas isto para reforçar que eu apresentei, daquela tribuna, factos, factos que criam o histórico desta Resolução, factos que criam o porquê do PSD ter apresentado este Projeto de Resolução.

Apresentámo-lo porque era uma forma deste Parlamento forçar o Governo a não desistir de cumprir uma promessa eleitoral com três legislaturas (uma promessa eleitoral com três legislaturas!). Portanto, uma promessa eleitoral muito antiga.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Já caducou!

O Orador: Muito antiga mesmo.

Mas nós não desistimos durante todo este tempo daquela obra ser concretizada e por isso fiquei satisfeito na minha perceção daquilo que era a boa intenção do Presidente do Governo quando vai à Graciosa dizer que concorda com o PSD; que afinal aquilo que o Sr. Secretário tinha dito em 2017 não ia ser; aquilo que o Sr. Secretário tinha dito em 2018 não era verdade e aquilo que o Partido Socialista tinha chumbado em 2019 também não era bem assim e que afinal

iriam, sim senhor, concretizar aquilo que se propõe com esta resolução do ano passado.

E fico satisfeito porque o que nos interessa verdadeiramente não é se o Deputado do PS é mais ou menos católico, gosta mais ou menos disto ou daquilo…

Deputado José Ávila *(PS):* Sobre isso o senhor sabe o que é que disse aqui uma vez!

O Orador: … porque não queremos tornar nunca os debates, em favor da nossa população, naquilo que os senhores querem que é as queziliazinhas pessoais e os ataquezinhos ao caráter das pessoas.

Para nós mais importante de tudo é que esta obra vai acontecer independentemente de tudo, porque vai haver eleições e os graciosenses isso também já conhecem bem.

Disse.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel José Ramos.

(*) Deputado Manuel Ramos *(PS):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero lamentar o falecimento dos dois operários durante os trabalhos em obra. Foram dois graciosenses que perderam a vida. Qualquer situação deste género é sempre muito lamentável.

O Projeto de Resolução que o PSD apresentou a esta Casa em forma de recomendação para que o Governo desenvolva as medidas necessárias para que

se crie condições para a prática de atividades náuticas de recreio na Baía da Barra, é o que o tem sido feito.

A obra está a decorrer. Se repararmos para o molhe sul podemos encontrar lá um cais, junto ao molhe de proteção, com acessibilidades que poderá acostar um iate de grandes dimensões.

Se se repararmos para o molhe norte também poderemos detetar que existe lá cinco maciços em cimento que poderão servir para amarrar os referidos pontões.

A obra não está 100% concluída…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Então o que é que o Sr. Presidente foi fazer à Graciosa?

O Orador: … como se deve perceber, mas foi tido o cuidado, na construção do molhe, de deixar todas as valências necessárias para a colocação dos referidos pontões para amarrar os iates.

Portanto, esta obra não foi feita levianamente, foi feita, foi preparada e qualquer pessoa que passe pela Baía da Barra vê que esta obra está preparada para ser um porto de recreio náutico. Não há qualquer dúvida nisso.

Portanto, o investimento que foi pela Região, de certeza que a Região não iria investir cerca de 8 milhões de euros numa proteção da orla costeira numa zona em que a nível de proteção não negamos que seja primordial essa necessidade, mas é claro que vamos ter um porto de recreio náutico.

O Governo Regional muito bem projetou esta proteção da orla costeira com todas as condições para a utilização da futura baía para porto de recreio.

Esta obra só não foi uma empreitada única porque, como já disse ali a Sra. Deputada Graça, o vosso admirável Passos Coelho deu uma prioridade negativa às obras de porto de recreio, estradas e muitas mais obras que eram necessárias para a nossa Região…

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: … e que ele não considerou, o que demonstrou um total desconhecimento do território nacional.

Deputado António Toste Parreira *(PS):* Muito bem lembrado!

O Orador: Mas de nada serve querer demonstrar o seu interesse nessa obra, porque o senhor e o seu partido votaram contra o Orçamento da Região em 2017, em 2018, em 2019 e 2020, onde lá estava inscrita a verba, os 7 milhões e meio de euros para executar a obra de proteção da orla costeira da Barra.

O senhor votou contra.

Deputado António Toste Parreira *(PS):* Muito bem lembrado!

Deputada Graça Silveira *(Independente):* O senhor quer embarcar quando não há vapor, usando a terminologia!

O Orador: E os graciosenses precisam de saber que o senhor votou contra esse orçamento. Não adianta vir agora com propostazinhas de 15 mil euros ou de 25 mil euros para fazer um projetozinho, porque isso não resolve.

O senhor votou contra 7,5 milhões de euros para a ilha Graciosa.

Deputado António Toste Parreira *(PS):* Muito bem!

O Orador: Nós não estamos dispostos a votar a favor desta proposta e vou dizer-lhe porquê: porque não estamos para participar no seu "carnaval eleitoral" que tem estado a realizar já há alguns dias nas suas redes sociais (é um autêntico "carnaval eleitoral"), onde utiliza os vídeos dos seus colegas, até de situações menos felizes dos colegas Deputados, para colocar nas redes sociais.

Não se convença que "o sol nasce porque o galo cantou", mas sim é o contrário. Neste caso, o galo passou a noite nas redes e quando acordou o sol já ia alto, Sr. Deputado, para com o seu belo canto destorcer os factos. É isso que o senhor está a tentar fazer aqui, é destorcer todos os factos.

Os graciosenses sabem perfeitamente quem está no dia-a-dia ao lado dos graciosenses e sabem que nós também sempre lutamos pelo bem da nossa ilha e como se pode verificar os senhores no seu manifesto eleitoral juntaram todas as

obras que já estavam em execução para chegar a esta altura e dizer: não, nós temos o nosso manifesto eleitoral completo.

Os graciosenses sabem perfeitamente com quem podem contar e também vão castigar quem utiliza estas maldades para com eles e que votou quatro orçamentos consecutivos contra a ilha Graciosa.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pediu a palavra para?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sra. Presidente, às expressões que o Sr. Deputado Manuel Ramos que eu estou a criar, e disse-o por duas vezes, um "carnaval eleitoral" e que eu publiquei nas redes sociais ofensas ou coisa parecidas, sobre colegas Deputados.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Para um protesto dispõe de 3 minutos.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, eu realmente lamento.

Ainda bem que hoje existe globalização destas sessões, que qualquer pessoa pode assistir e ver aquilo que se passa neste Parlamento e aquilo que é dito.

As pessoas então podem fazer a sua distinção verdadeira sobre quem é que vem para aqui defender a sua terra e quem é que vem para aqui com ataques infundados, não concretizados e possivelmente mentirosos sobre as atitudes dos outros.

A verdade é que não foram capazes de desmentir os factos que eu apresentei; a verdade é que esperaram sempre por anos eleitorais, para apresentar esta obra como uma concretização e depois acusam-me a mim ou ao PSD de atitudes que não tivemos, porque apresentámos esta obra em 2017, em 2018, defendemo-la em 2019, e recentemente no último plano e orçamento até aprovarmos propostazinhas de 20 e poucos mil euros do Sr. Deputado Manuel Ramos, que não sei para que é que serviam, mas que certamente eram importantes para a nossa terra.

Nós estamos aqui sempre na disposição de aprovar tudo o que é importante para a Graciosa e de não reprovar aquilo que vai ao encontro dos anseios do nosso povo. Lamento profundamente, Sr. Deputado, que essa sua atitude, eu diria de ataque cerrado, juntamente com o seu colega, às iniciativas do PSD, que o senhor até há bem pouco tempo, até há não tanto tempo defendia com "unhas e dentes", tal como defendeu este projeto quando ele existiu na Câmara de que o senhor era funcionário e foi tantas vezes candidato por esse partido.

É lamentável que o senhor não só esqueça toda essa atitude pró-ativa pela Graciosa e mude tão rapidamente apenas para atacar um partido que a única coisa que tem feito neste Parlamento é fazer propostas a favor da Graciosa e a denunciar o chumbo dessas propostas quando os senhores não as aprovam.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos, dispõe de 2 minutos.

(*) Deputado Manuel Ramos *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na verdade, o conhecimento das suas práticas já é público, as pessoas já sabem como é que o senhor faz e utiliza vídeos dos seus colegas para poder granjear ou até mesmo minimizar.

O que me move a mim e aos meus colegas Deputados é fazermos coisas pela Graciosa.

Nós não nos limitamos a pegar numa folhinha A4 e a fazer uma recomendação e entregar ao Governo. Faça-se pela Graciosa!

Não!... O que nos impele é realmente fazer coisas e fazer para o bem dos graciosenses.

São 53 anos (e eu já vi muita coisa, Sr. Deputado) ao serviço dos graciosenses.

O que me motiva mesmo é realmente o desenvolvimento da Graciosa. Não são guerrilhas pessoais, não tem nada de pessoal contra o senhor, nem contra qualquer outro Deputado.

O que me motiva mesmo é o desenvolvimento da nossa terra.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

(*) Deputado Ricardo Ramalho *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na ilha Graciosa, ao longo dos últimos anos, os sucessivos governos dos Partido Socialista têm realizado diversos investimentos estratégicos que naturalmente ajudaram a impulsionar o desenvolvimento económico e social desta ilha.

Exemplo disso são os inúmeros investimentos concretizados nas mais diversas áreas de atividade, como na agricultura, na pesca, na área social, nos transportes, no turismo, na habitação, na energia, entre outras.

Contudo, se é certo que muito tem sido feito nesta ilha, também é certo que ainda há muito a fazer.

É neste contexto e é sobretudo com esta ambição de fazer sempre mais e melhor que atualmente já está em fase final de execução o projeto de proteção e requalificação da orla costeira da Barra.

Este investimento, superior a 7,5 milhões de euros, é fundamental para o desenvolvimento económico da ilha Graciosa, porque vai permitir criar condições para a náutica de recreio e consequentemente irá impulsionar o desenvolvimento de diversas atividades relacionadas com a economia do mar.

Relativamente ao presente Projeto de Resolução este não é mais do que "chover no molhado", pois toda a gente na ilha Graciosa sabe muito bem o que vai ser concretizado na Baía da Barra depois de concluídas todas as obras.

Deputado Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

O Orador: Mas o que esta iniciativa realmente pretende é algo inacreditável e que tem de ser denunciado hoje, aqui, neste Parlamento.

Este Projeto de Resolução não é mais do que um ato de desespero político.

Deputado Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

O Orador: Ou dito de outra forma: é uma tentativa fútil do PSD tentar ficar associado a este projeto na sua fase final, ou seja, na reta da meta.

Isto tudo depois de muito trabalho realizado por inúmeras pessoas e diversas entidades às quais o PSD nunca fez parte.

Aliás, se há coisa que o PSD tem feito é tentar denegrir este trabalho, puxando desta forma os graciosenses e a ilha Graciosa para baixo.

Felizmente, os graciosenses são sábios e estão atentos a estas manobras políticas e como tal sabem muito bem que este projeto cópia do PSD é bem pior de que o projeto original do Partido Socialista.

Se é certo que hoje estamos mais perto do que nunca de realizarmos este sonho de muitos graciosenses, também é certo que é graças à parceria entre o Governo

dos Açores e a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa que esta obra viu a luz do dia.

Assim, e como já foi dito muitas vezes, depois de concluída a construção do molhe de proteção que infelizmente tem sofrido atrasos na sua execução por motivos exclusivamente técnicos, que aliás são do conhecimento público, o Governo Regional, em parceria com o município de Santa Cruz da Graciosa, avançará com os investimentos no interior da baía e nas respetivas instalações de apoio às atividades náuticas.

Portanto, esta obra de proteção costeira da Barra será devidamente equipada para poder acolher no seu interior, e numa primeira fase, cerca de meia centena de lugares para embarcações ainda este ano.

Assim, aquele espaço não será apenas de proteção da orla costeira, mas será sempre, como afirmámos, um polo de desenvolvimento para a náutica de recreio.

Disse.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu apelava, porque já ouvi por parte de três Deputados do Partido Socialista, que este projeto não serve para nada, porque está tudo feito, mas até o Sr. Presidente do Governo ter ido lá a semana passada nada disto estava anunciado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Eu gostava de saber se o Sr. Presidente do Governo foi lá anunciar uma coisa que já está feita.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) Deputado José Ávila *(PS):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu lamento que tenha ficado ofendido com alguma coisa que tenha partido desta bancada. Não houve essa intenção.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Ah, pois não!

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Eu lembro a passagem da Bíblia: apedrejamento!

O Orador: Eu queria dizer-lhe que nós, em várias situações, temos estado no combate político, quer na Assembleia Municipal, quer aqui também na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, por vezes temos debates quentes, falhas tem o senhor, falhas tenho eu também. Portanto, nós tentamos corrigir e é assim: quando se erra dá-se a mão à palmatória e eu costumo fazê-lo. Se o ofendi peço desculpa.

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Muito bem!

O Orador: Relativamente à questão o Sr. Deputado veio aqui e insiste muito nesta questão, que, de facto, a obra já devia estar feita há algum tempo. O senhor fala que aparece no nosso manifesto eleitoral em 2008/2012. De facto, a minha vontade (a nossa vontade!) seria que este projeto já tivesse terminado e que já estivéssemos a usufruir de uma instalação que, creio eu, vai ter excelentes condições para os desportistas náuticos da minha ilha.

Mas eu lembro que foi o senhor precisamente…

(Aparte inaudível do Deputado Luís Rendeiro)

O Orador: O Sr. Deputado Luís Rendeiro quando quiser entrar, entre à vontade. Nós estamos aqui para isso.

Mas foi o Sr. Deputado que trouxe aqui essa preocupação, que é uma preocupação de todos nós, porque mais do que ninguém somos nós, o Partido Socialista, que quer terminar esta obra, porque foi o Partido Socialista que a iniciou.

Sr. Deputado, eu ouvi falar, pela primeira vez, em 1997, nesta obra. Era a Câmara do PSD.

O senhor sabe que saíram em 2009 da Câmara Municipal? Sabe quantos anos é que foram? Foram 12 anos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Em 97?

O Orador: Em 1997, foi a primeira vez que eu ouvi falar nesta obra na Câmara Municipal da Graciosa. Foram 12 anos, Sr. Deputado.

Nós estamos entre os sete e os oitos anos. Vamos ter alguma paciência.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Nessa altura deviam ter apresentado o projeto com apoios do fundo europeu!

O Orador: O senhor é que chamou esta questão da linha do tempo.

O senhor falou também aí em vários hiatos de tempo em que aparentemente se dizia que não se tinha feito nada.

Sr. Deputado, não é verdade. Eu lamento dizer-lhe, e vou dizer com calma para o senhor não se ofender, que isso não é verdade, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, em vários planos e orçamentos, nesta Casa, nós discutimos o reforço de verbas exatamente para fazer o reforço de verbas para que a Câmara Municipal fizesse o que tinha a fazer, que são vários estudos…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quem é que fez?

O Orador: A Câmara Municipal!... A Câmara Municipal!... O senhor sabe? O senhor não sabe que a Câmara Municipal fez os estudos, fez os projetos?

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Cento e setenta e cinco mil euros que custaram!

O Orador: Se tiver a paciência que eu procure, a Câmara Municipal…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Está a falar em 12 anos!

O Orador: O senhor não está a falar em 12 anos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não, o senhor é que está!

O Orador: Não, não! Eu estou a falar de oito anos, que é diferente.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Nove!

O Orador: Eu estou a falar dos 12 que o senhor também teve responsabilidades políticas. O senhor era funcionário político de uma Câmara Municipal, na altura que fizeram a apresentação de um projeto que já tinha 10 anos de vida, e que o senhor não conseguiu concretizar. Tenha paciência, Sr. Deputado!... Tenha paciência!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Agora estamos a trabalhar e, Sr. Deputado, o que me custa é isto: o senhor sabe uma coisa? Os louros não são nossos, não são desta bancada.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ninguém diria!

O Orador: Mas eu vou dizer-lhe! Mas também não são seus, Sr. Deputado.

O senhor sabe de quem são?

Deste Governo e da Câmara Municipal de Santa Cruz das Graciosa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

É desses que temos de atribuir os louros. Portanto, nunca será nem a nós, nem ao senhor. Tenha santa paciência!

Tinha de lhe dizer isto.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Secretário Regional.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou intervir neste debate só para esclarecer algumas questões que foram aqui levantadas, muito rapidamente, e tem a ver com uma das afirmações que o Sr. Deputado João Bruto da Costa disse, que a obra está muito atrasada.

É verdade, a obra está muito atrasada e eu gostaria de esclarecer esta câmara, e também os açorianos que nos estão a ouvir, que a obra está atrasada porque é uma obra marítima, é uma obra que utiliza uma tecnologia nova e única no país, e que, como sabe bem o Sr. Deputado, os acrópodes exigem que se faça uma vala por fora do molhe e há muita pouca experiência em Portugal sobre estes materiais. Portanto, exige a permanência de mergulhadores que só podem trabalhar em condições.

Portanto, é uma coisa natural. Era só para esclarecer o Sr. Deputado por que é que existe de facto este atraso, porque é uma obra com alguma complexidade e, portanto, convinha esclarecer esse aspeto, aliás, porque a zona também é muito exposta e os mergulhadores não conseguem trabalhar a maior parte dos dias naquele local.

Também para esclarecer a Sra. Deputada Graça Silveira, em relação ao passadiço, o passadiço que lá existe foi um passadiço que estava no projeto e é um passadiço em terra, ali na zona entre marés, para proteger um habitat

específico que havia ali para não ser pisoteado. Portanto, não tem nada a ver com os passadiços de uma possível ou potencial marina.

Finalmente para esclarecer o seguinte: Sr. Deputado Bruto da Costa (e já foi aqui referido pelo Sr. Deputado Manuel Ramos), ao olhar para aquela, verificará naturalmente que existe um cais e existem os arranques para eventualmente se colocarem os passadiços para a marina.

Portanto, não pode vir dizer que não estava pensado de início construir-se ou aproveitar aquela bacia.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Eu não disse isso!

O Orador: Relativamente à minhas afirmações em sede de Comissão e às questões que colocou, eu também gostaria de esclarecer o seguinte: quando eu digo que não estava previsto, naturalmente que enquanto aquela obra não acabar, eu não posso prever num plano, em 2017 ou 2018, enquanto a obra não está terminada, a compra ou a execução da marina eternamente. Não se pode fazer isso. Enquanto a obra não está acabada não posso começar a fazer uma outra obra lá dentro.

Era só isto, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* E por que é que não se foi ao Quadro Comunitário de Apoio que permitia a construção da marinha?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem agora a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

O senhor não pode dizer na mesma frase uma coisa e o seu contrário. Tenha paciência!... Sejamos sérios no debate político.

Então o senhor diz que estava previsto, mas depois não aprovar porque não estava previsto?

Foi o que o senhor acabou de dizer. O senhor acabou de dizer o seguinte:

Estava previsto, mas depois não aprovou a nossa iniciativa para fazer um projeto porque não podia prever.

Vamos ser sérios: o que aconteceu aqui, nós começámos a fazer a proposta desta segunda fase da obra, quando era previsível que esta acabasse. A não ser que o senhor soubesse desde o início que esta ia atrasar e isso é mais grave, que era ter feito um concurso que sabia que não ia cumprir.

Deputado Francisco César *(PS):* A sério?

O Orador: Isso é mais grave!

Como eu não acredito nisso, e acho que o senhor é uma pessoa séria e não faria uma coisa dessas, quando em 2019 apresentámos que fosse feito o projeto para a segunda fase, isto é, para a zona de recreio náutico, a obra estava a ser concluída supostamente.

Nem eu adivinhava que ela ia atrasar de 2017 até 2020, e quase 2021. Portanto, a minha obrigação, a obrigação de um partido responsável, era apresentar uma proposta para se fazer aquilo que era a concretização daquela obra, que era para aquela obra não ficar inacabada.

Os senhores é que chumbaram essa proposta.

Eu só dei aqui factos e volto a referir: ainda bem que as pessoas veem este debate, porque nós estamos aqui não é a defender os louros do Governo e da Câmara.

Para nós, Sr. Deputado José Ávila, os louros só são de uns: são dos graciosenses. São dos graciosenses que não vos deixam descansados, a nenhum Governo, nem a nenhuma oposição, porque querem fazer valer os seus direitos e aquela obra é um direito dos graciosenses que ali viram ser prometidos, antes dela começar, 13 milhões de euros, que estavam prometidos para aquela obra e agora querem vê-la servir para aquilo que ela deve ser feita.

Até à semana passada nada, nem ninguém, tinha dito que aquela obra iria ser feita nestes moldes. Aliás, no relatório deste projeto, o próprio Presidente da Câmara concorda com ele, e muito bem, como é natural, (e muito bem, dizemos nós), porque era este projeto que iria permitir que esta obra fosse concretizada, porque a Câmara faria a parte de terra e o Governo faria a parte de mar. Foi isso que o Presidente do Governo foi anunciar a semana passada, e muito bem, dizemos nós, porque vem ao encontro daquilo que é a intenção deste projeto, que os senhores vão chumbar, e desculpe-me que lhe diga, por ciúme, nada mais do que isso.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.
Sr. Deputado José Ávila tem agora a palavra.
(*) Deputado José Ávila *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Sr. Deputado João Bruto da Costa, o senhor tem insinuado que ninguém fez nada neste período de tempo e não é verdade, Sr. Deputado.
Eu queria dizer-lhe (está aqui, eu depois posso fornecer-lhe uma cópia disto), que a Câmara Municipal mandou elaborar um projeto, que não é um projeto qualquer, é o projeto da Marina da Barra.
A Câmara Municipal viu nesta obra do Governo Regional…
Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quem é que vai pagar?
O Orador: Sr. Deputado, o senhor quer ouvir ou quer fazer perguntas?
Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não! O senhor tem de dizer quem é que paga!
O Orador: Não, não é minha responsabilidade dizer quem paga.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ah, não?!

O Orador: Não!

Mas este projeto foi encomendado… O senhor veja lá quando é que foi? O Sr. Deputado apresentou este Projeto de Resolução em março do ano passado, 2019.

Pois veja lá, a Câmara Municipal encomendou isto em janeiro de 2012.

Está a ver? A Câmara Municipal anda a pensar não sei quantos anos à frente do senhor! Oito anos à frente do senhor.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Teve dois anos para usar o Quadro Comunitário que dispunha de verbas para a marina!

O Orador: Sabe porquê, Sr. Deputado? É que esta obra não é uma obra qualquer. É uma obra de mar, como já foi dito, e precisa de muitas coisas.

Eu queria só relembrar-lhe (o senhor é lembrado, com certeza não se esqueceu de uma nota que eu vou dizer), que aquele projeto que apresentaram em 2006 não era um projeto exequível. Era um projeto para o Governo ver. Não era exequível! O senhor sabe, porque o senhor deve ter falado com pessoas ligadas ao mar e deve ter percebido o que é que se passava naquele projeto. Foi preciso fazer tudo de novo, Sr. Deputado.

Aqueles apoios que foram transferidos através dos contratos ARAAL foram exatamente para colmatar as falhas que existiam. Nomeadamente foi preciso fazer um estudo geomorfológico novo, foi preciso fazer um estudo topo hidrográfico novo, foi preciso fazer um estudo prévio e finalmente foi feito o projeto definitivo.

Sr. Deputado, foi um caminho que foi feito. É verdade que foi feito com os graciosenses, mas foi orientado pelo Governo e pela Câmara Municipal e o senhor aí vai ter paciência.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Sr. Deputado José Ávila, porque é que não usaram o Quadro Comunitário de Apoio anterior?

O Orador: Sra. Deputada, inscreva-se!

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Já me inscrevi e já esgotei o meu tempo.

O Orador: Ah, pois.

A ideia que o senhor quer passar… Sr. Deputado, talvez desta Casa quem o conhece melhor sou eu.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ah, é?

O Orador: Talvez desta Casa quem o conhece melhor sou eu.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Depois vem pedir desculpa outra vez!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Depois vem pedir desculpa outra vez! O senhor é useiro e vezeiro nessa área!

O Orador: O senhor vai ter de ouvir.

Eu conheço-o bem e sei que o senhor está a fazer uma tentativa de dar a ideia aos graciosenses (mas os graciosenses também não vão nessas coisas)…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não se preocupe!

O Orador: … que o senhor lembrou-se, no mês de março, que era bom fazer o aproveitamento daquela baía, mas isso não é a verdade, Sr. Deputado.

No mês de março de 2019, já andava muita gente a trabalhar nesse assunto, inclusivamente já estavam os estudos todos feitos, inclusivamente o projeto final.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O problema não é o que está feito!

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Isso do estudo estar feito não quer dizer nada!

O Orador: Portanto, a ideia não é sua, Sr. Deputado! A ideia não é sua!

A ideia é mais antiga que o senhor e vai ser executada agora, vai acabar agora, felizmente.

Eu fico triste, porque o senhor também devia estar contente com esta solução, mas não, anda à procura do caso, anda à procura da desconfiança, anda à

procura de dar a ideia aos graciosenses que o senhor, no mês de março de 2019, teve uma ideia brilhante de aproveitar uma obra, que é do Governo, para instalar uma marina, mas a ideia não é sua, já andava muito gente a trabalhar.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.
Informo que o PS esgotou o seu tempo para o debate.
Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.
(*) Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Sr. Deputado, não esteja ciumento, também não pode ser só quando o senhor intervém.
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Em primeiro lugar, em relação a esta matéria que está em discussão, eu gostaria de juntar a minha voz à voz daqueles que aqui, deste plenário, já expressaram os seus pêsames e o seu pesar pelo facto desta obra se ter traduzido, infelizmente, na perda de duas vidas humanas fruto de um acidente que ali se verificou.
Em segundo lugar, eu gostaria, indo mais ao cerne da questão que aqui está a ser debatida, de dizer ao Sr. Deputado João Bruto da Costa, o seguinte:
O Sr. Deputado há bocadinho disse que o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia não podia dizer uma coisa e o seu contrário na mesma frase.
O que o senhor não pode pretender com esta proposta de resolução é exatamente dizer uma coisa e o seu contrário, porque há uma contradição em que o senhor cai e que é bem reveladora de todo o historial deste processo.
O Sr. Deputado diz que surgirá uma marina…
Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Eu citei!

O Orador: … na Barra, porque o PSD apresenta um Projeto de Resolução e apresenta um Projeto de Resolução para fazer com que o Governo cumpra o compromisso que tinha assumido em 2012.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Eu não disse isso!

Deputado José Ávila *(PS):* Disse, disse!

O Orador: Ora, então o Governo está é a cumprir o compromisso que assumiu em 2012, não está dependente da proposta de resolução do Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

As duas coisas não dá! Ou é uma, ou é outra, porque elas contradizem-se mutuamente.

No meio de tudo isto o que eu gostava de dizer à câmara, e a todos aqueles que nos acompanham, é o seguinte:

Em 2012, na minha qualidade de candidato à Presidência do Governo, eu assumi o compromisso de realizar uma obra como esta que está a surgir na Marina da Barra e com as funcionalidades que esta terá.

Hoje, eu tenho muito orgulho em dizer que também com a confiança dos graciosenses, esta obra está a ser concretizada e será uma realidade.

Muito obrigado

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, eu gabo-lhe naturalmente a sua habilidade para alterar aquilo que foi a interpretação que eu dei, ou para interpretar aquilo que eu disse daquela tribuna.

O senhor não me ouviu dizer daquela tribuna que esta obra ia ser feita por causa desta resolução.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Foi daí, dessa bancada, que o senhor disse, não foi na tribuna!

O Orador: O que o senhor ouviu dizer daquela tribuna foi que os senhores teimavam em não querer avançar com esta obra e nós tínhamos a obrigação de insistir, como insistimos em 2017, em 2018 e em 2019 para que esta obra se concretizasse, que era esse o anseio e o desejo do povo da Graciosa.

O que lamento, Sr. Presidente, é que o senhor esteja em 2020 a dizer que está a cumprir uma promessa de 2012. Essa promessa o senhor não a cumpriu, porque essa acabou em 2016, foi quando acabou a sua legislatura.

Isto vai por legislaturas, sabe? Isto vai por legislaturas!

O que o senhor está a fazer é, com um atraso de muitos anos, finalmente concluir uma obra.

Mas até parece que a obra está pronta. Vamos com calma, a obra ainda não está pronta.

Portanto, temos todos ainda muito que trabalhar e que insistir para que esta obra se conclua. Temos todos ainda que trabalhar e insistir muito para que esta obra se conclua, porque como explicou ali a bancada do PS esta obra anda a arrastar-se desde 2012 em planozinhos e orçamentos a dar uns dinheirinhos à Câmara para fazer uns ARAAL. E a Câmara faz uns ARAAL em 2012, em 2013, em 2014,…

Deputado Ricardo Ramalho *(PS):* Isso não é verdade!

O Orador: … 15, 16, 17, 18, 19 e estamos em 2020 e o Sr. Deputado do PS apresenta um projeto de 2012 e diz que estava tudo previsto.

Estava tudo previsto, mas não estava feito e não está feito!

Mais do que isso, o Sr. Presidente do Governo foi anunciar lugares para 50 embarcações. A obra estava prevista para 150.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Mas está no projeto!

Deputado Domingo Cunha *(PS):* Agora é 200!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, não brique com coisas sérias.

Deputado Francisco César *(PS):* Eu não disse nada!

O Orador: Eu pareceu-me. Não sei, se calhar da máscara. Foi outra pessoa que falou e eu pensei que fosse a sua voz.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* O senhor não admite que foi uma primeira fase?

O Orador: Pois! Esta primeira fase, que eu saiba, a legislatura acaba em outubro e a obra talvez esteja pronta nessa altura, a que está a ser feita, não a outra.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Mas se Deus nos der vida e saúde e os açorianos assim quiserem, cá estaremos para fazer a obra!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente, dizendo, reafirmando aquela que foi sempre a intenção do PSD com esta proposta: formar vontade neste Parlamento para que não se deixe de concretizar uma promessa com 12 anos feita aos graciosenses e para que ela possa finalmente ser uma realidade sem mais atrasos e sem mais demoras, porque há muita gente que precisa daquela obra para poder exercer aqueles que são os seus direitos enquanto cidadãos que pagam impostos para ter embarcações e que não têm as mesmas condições que existem nas outras ilhas.

Disse.

Deputado António Almeida *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD também esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Participo neste debate para obviamente dar aquela que é a posição da Representação Parlamentar do PPM em relação a esta iniciativa, vamos votar favoravelmente, e também para fazer uma referência que considero que é essencial, até no final desta legislatura, e até tendo em conta que esta é a primeira reunião presencial do Parlamento dos Açores, depois de termos passado pelos piores momentos da pandemia.

Eu não gostei de ouvir referências e narrativas que desvalorizam o papel do Parlamento dos Açores.

O Parlamento dos Açores tem um papel fundamental. É evidente que não executa obras, não é essa a nossa função, mas a nossa função é trazer aqui aquelas que são as expetativas das populações: trabalhar, insistir. Trazer as expetativas das populações, os seus projetos, as suas aspirações.

Por isso, nesse sentido há aqui deputados e governantes que dizem "eu fiz", "eu consegui".

Que eu saiba, não transferiram do seu orçamento pessoal, não transferiram das suas contas pessoais.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Ah, uma parte foi!

O Orador: Aquilo que é feito na Região é feito com o dinheiro de todos, de todos nós e quem decide, quem toma essa decisão são os órgãos democráticos e são apresentados argumentos a favor e contra, mas o que é fundamental é que

ninguém se aproprie daquele que é um esforço feito por todos os contribuintes açorianos, por todo o povo dos Açores.

Aquilo que está a ser feito, está a ser feito com o dinheiro de todos nós.

Portanto, não é o Governo que faz, não é o político A ou B que faz, porque não é com o seu dinheiro que está a fazer isso. Está é a dar o seu contributo.

O que os Deputados devem fazer é apresentar os seus argumentos, insistirem no tema, se acham que é justo, se acham que aquele projeto faz sentido, se valoriza a sua terra, se tem importância para as populações o que os Deputados devem fazer, e é esse o nosso campo de atuação, é trazer aqui aquelas que são as expetativas da população.

Por isso é que isto é um sistema representativo. Nós estamos aqui a representar as populações que nos elegeram, mas não devemos ter uma ideia de posse, de eu fiz, eu fiz isto, eu sou o dono disto.

Os Açores não têm donos!

Os Açores é um projeto comum, partilhado por todos nós!

Deputado Francisco César *(PS):* Onde isto já vai, Sra. Presidente!

O Orador: E não deve existir esta perspetiva.

Eu sei que ao fim de 24 anos alguns acham que isto é uma propriedade coletiva, ou uma propriedade individual. É nosso.

Não!... É de todos nós!

Portanto, a minha intervenção é nesse sentido, como diria um amigo meu, pedagógico-didático. É uma intervenção pedagógica no sentido de retirar ao discurso político, ao debate político essa ideia de posse, essa ideia de que sou eu, que eu paguei com o dinheiro do orçamento, que eu consegui com o dinheiro do orçamento e o esforço de todos os açorianos. É acabar com essa ideia de posse da Democracia dos Açores.

Portanto, é transmitir esta ideia que é fundamental: é que isto é um esforço de todos nós e o que todos nós fazemos aqui, fazemos em nome dos açorianos, de

todos os açorianos. É nesse sentido que aqui estamos, mas sempre com o despreendimento (estamos nós aqui, mas daqui a quatro meses estarão outros) de que nada disto é nosso e que nós não somos donos de nada.

Estamos aqui ao serviço dos outros, ao serviço daqueles que nos elegeram.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 132/XI, foi rejeitado com 30 votos contra do Partido Socialista, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para uma interpelação à Mesa? Tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Mas eu tinha pedido a palavra para fazer uma declaração de voto.

Presidente: É regimental.

Deputada Graça Silveira *(Independente):* Eu tinha posto o braço no ar a pedir a palavra.

Presidente: Eu não vi.

Amanhã ainda temos dia para trabalhar.

É regimental. Interrompemos os nossos trabalhos e regressamos amanhã às 10h00 com o PTAP.

Eram 19 horas e 50 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Deputada Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Marco José Freitas da **Costa**

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal **Lima**

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

1 - Projetos de Lei:

Assunto: Nomeação dos membros das entidades administrativas independentes, n.º 394/XIV (CDS-PP) - n.º 318/XI-AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2020 – 05 – 28
Comissão: Economia
Data Limite de Parecer: 2020 – 06 – 17;

Assunto: Estabelece medidas excecionais e temporárias para apoio das Regiões Autónomas, procedendo à suspensão da aplicação dos artigos 16.º e 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, n.º 408/XIV (CDS-PP) - n.º 319/XI-AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2020 – 05 – 28
Comissão: Economia
Data Limite de Parecer: 2020 – 06 – 17.

2 – Proposta de Lei

Assunto: Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, n.º 16/XIV (GOV) - n.º 320/XI-AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2020 – 06 – 09
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 06 – 29.

Assunto: Orçamento Suplementar para 2020, n.º 33/XIV/1.ª (GOV) - n.º 321/XI-AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2020 – 06 – 09
Comissão: Economia
Data Limite de Parecer: 2020 – 06 – 17.

3 - Proposta de Decreto Legislativo Regional:

N.º 63/XI
Assunto: Regime jurídico da atividade de polícia florestal da Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2020 – 05 – 25
Comissão: Política Geral
Data Limite de Parecer: 2020 - 07 – 03;

N.º 64/XI
Assunto: Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/A, de 27 de maio, regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas regionais
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2020 – 06 – 12
PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO.

4 - Projetos de Resolução:

N.º 233/XI

Assunto: Forte de São João Baptista da Praia Formosa

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2020 – 05 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 06 – 28;

N.º 234/XI

Assunto: Recomenda ao Governo Regional que estabeleça como prioritária a construção da nova aerogare do aeródromo da ilha Graciosa

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2020 – 06 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 04;

N.º 235/XI

Assunto: Apoio social excecional e transitório ao fornecimento de gás às famílias com perda de rendimento

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2020 – 06 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 04;

N.º 236/XI

Assunto: Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova a criação de um mecanismo excecional de apoio aos ganadeiros da Região, de forma a mitigar os impactos financeiros causados pela pandemia da COVID-19", com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 06 – 04

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 237/XI

Assunto: Recomenda o desenvolvimento de um projeto que torne, através da produção eletricidade a partir de fontes renováveis, a ilha do Corvo tendencialmente autossustentável em termos energéticos - com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2020 – 06 – 05

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO.

5 - Petição:

Assunto: Proposta de alteração ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário da Região Autónoma dos Açores **– n.º 51/XI**

Proveniência: Professores contratados na Escola da Rede Pública

Data de Entrada: 2020 – 06 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: Aguarda admissibilidade.

6 - Requerimentos:

Assunto: Quando será retomada a operação de transporte marítimo no triângulo?

Autores: Luís Garcia, Marco Costa, António Pedroso, Carlos Ferreira e Jorge Jorge (PSD)
Data de Entrada: 2020 – 05 – 25
Referência: 54.03.00 – N.º 884/XI;

Assunto: Obrigatoriedade dos passageiros que para regressarem por via aérea à sua ilha de residência têm de fazer pernoita obrigatória na Ilha de S. Miguel
Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)
Data de Entrada: 2020 – 05 – 27
Referência: 54.01.00 – N.º 885/XI;

Assunto: Integração de precários na Administração Pública
Autor: Bruno Belo (PSD)
Data de Entrada: 2020 – 05 – 28
Referência: 54.03.00 – N.º 886/XI;

Assunto: Retoma da normalidade de exportação via aérea na Ilha Graciosa
Autor: João Bruto da Costa (PSD)
Data de Entrada: 2020 – 05 – 28
Referência: 54.03.04 – N.º 887/XI;

Assunto: Remoção de resíduos e vegetação do recinto da antiga britadeira no lugar do Cascalho, em Santa Cruz das Flores
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2020 – 05 – 29
Referência: 54.04.08 – N.º 888/XI;

Assunto: Saúde mental nos Açores

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 05 – 29

Referência: 54.04.00 – N.º 889/XI;

Assunto: Reparação, recuperação e restauro do órgão de tubos da Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 05 – 29

Referência: 54.04.08 – N.º 890/XI;

Assunto: "Lay-off" simplificado

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 05 – 29

Referência: 54.04.00 – N.º 891/XI;

Assunto: Estação Geodésica na Ilha das Flores

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 05 – 29

Referência: 54.04.08 – N.º 892/XI;

Assunto: Antiga lixeira de Santa Cruz das Flores

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 05 – 29

Referência: 54.04.08 – N.º 893/XI;

Assunto: Reabertura dos ginásios na Região Autónoma dos Açores

Autores: Mónica Seidi e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 05 – 29

Referência: 54.03.00 – N.º 894/XI;

Assunto: Realização de teste diagnóstico ao Coronavírus (SARS-CoV-2) para os residentes que de desloquem do território Continental para a Região Autónoma dos Açores
Autor: Mónica Seidi (PSD)
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03
Referência: 54.03.00 – N.º 895/XI;

Assunto: Lixeira a céu aberto na ilha das Flores
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03
Referência: 54.04.08 – N.º 896/XI;

Assunto: Lay-off no Ensino Privado
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03
Referência: 54.04.00 – N.º 897/XI;

Assunto: Doença Hemorrágica Viral
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03
Referência: 54.04.08 – N.º 898/XI;

Assunto: Orla Costeira Santa Cruz das Flores
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03
Referência: 54.04.08 – N.º 899/XI;

Assunto: Chegadas tardias do navio Malena causam prejuízo aos comerciantes florentinos
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03
Referência: 54.04.08 – N.º 900/XI;

Assunto: Descontaminação dos solos da ilha Terceira e do aquífero basal do concelho da Praia da Vitória
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03
Referência: 54.04.03 – N.º 901/XI;

Assunto: Entreposto Gás Natural Liquefeito (GNL) no Porto da Praia da Vitória
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03
Referência: 54.04.03 – N.º 902/XI;

Assunto: Bairro da Terra Chã
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03
Referência: 54.04.03 – N.º 903/XI;

Assunto: Derrame do Pipeline do Cabrito, ilha Terceira
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03
Referência: 54.04.03 – N.º 904/XI;

Assunto: Rampa 'Ro-Ro' no atraso no Porto das Pipas

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 03

Referência: 54.04.03 – N.º 905/XI;

Assunto: Abertura da Escola do Mar

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 04

Referência: 54.04.07 – N.º 906/XI;

Assunto: Derrocadas no Monte Queimado, ilha do Faial

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 04

Referência: 54.04.07 – N.º 907/XI;

Assunto: Manutenção dos Trilhos, ilha do Faial

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 04

Referência: 54.04.07 – N.º 908/XI;

Assunto: Reabilitação da rede Viária do Faial

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 04

Referência: 54.04.07 – N.º 909/XI;

Assunto: Voo direto Lisboa-Santa Maria-Lisboa

Autor: Elisa Sousa (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 05

Referência: 54.03.01 – N.º 910/XI;

Assunto: Para quando a intervenção no acesso ao Monte da Guia e à Praia de Porto Pim?

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 05

Referência: 54.03.07 – N.º 911/XI;

Assunto: Projeto de estabilização da arriba adjacente à Vila do Corvo (2)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 08

Referência: 54.07.09 – N.º 912/XI;

Assunto: Relatório Único

Autor: António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 913/XI;

Assunto: Construção das novas instalações do Serviço de Ambiente e do Parque Natural da Ilha do Corvo

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 08

Referência: 54.07.09 – N.º 914/XI;

Assunto: Quando é que a lancha "Ariel" retoma a sua atividade?

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 08

Referência: 54.07.09 – N.º 915/XI;

Assunto: Consolidação da arriba do Boqueirão, na ilha do Corvo 2

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 08

Referência: 54.07.09 – N.º 916/XI;

Assunto: Regras de utilização e de ordenamento das áreas terrestres e marítimas dos portos de pesca da ilha Graciosa

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 09

Referência: 54.03.04 – N.º 917/XI;

Assunto: Linha de Crédito Nacional ao Setor das Pescas

Autor: Jaime Vieira (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 09

Referência: 54.03.00 – N.º 918/XI;

Assunto: Parque de retém de gado, Freguesia dos Cedros, ilha das Flores

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 12

Referência: 54.04.08 – N.º 919/XI;

Assunto: Mamarracho na freguesia dos Cedros, nas Flores

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 12

Referência: 54.04.08 – N.º 920/XI.

7 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: Procedimentos de prevenção e planeamento da substituição dos bombeiros deslocados na ilha do Corvo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 03

Referência: 54.04.09 – N.º 866/XI;

Assunto: Falta de areia na ilha Graciosa

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 03

Referência: 54.03.04 – N.º 869/XI;

Assunto: Rede Valorizar – Para quando na ilha de São Jorge

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 08

Referência: 54.01.05 – N.º 881/XI;

Assunto: Redução de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 12

Referência: 54.05.00 – N.º 843/XI;

Assunto: Empreitada no Centro de Saúde das Velas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 12

Referência: 54.01.05 – N.º 860/XI;

Assunto: Centro de saúde das Velas

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2020 – 06 – 12
Referência: 54.04.05 – N.º 863/XI.

8 - Comunicações/Informações:

Assunto: E-mail a remeter a Agenda para o Relançamento Social e Económico da RAA. Convite à apresentação de contributo.
Proveniência: Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores
Data de Entrada: 2018 – 05 – 28;

Assunto: Ofício a remeter, Propostas da UGT – Retoma da Economia e Vida Coletiva
Proveniência: Presidente da UGT-Açores
Data de Entrada: 2020 – 05 – 28;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório de Atividades e Contas do Tribunal de Contas e Relatório de Atividades da Secção Regional dos Açores, relativos ao ano de 2019
Proveniência: Vitor Caldeira, Presidente do Tribunal de Contas
Data de Entrada: 2020 – 05 – 29;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório sobre a Análise e resultados do Inquérito ao Alojamento Local nos Açores
Proveniência: Rui Correia, Presidente da Associação do Alojamento Local dos Açores
Data de Entrada: 2020 – 05 – 29;

Assunto: Ofício a remeter documento aprovado pelo Tribunal de Contas sobre os Riscos na Utilização de Recursos Públicos na Gestão de Emergências (COVID 19)
Proveniência: Vitor Caldeira, Presidente do Tribunal de Contas
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03;

Assunto: Ofício a remeter o Novo Relatório CFP – Perspetivas Económicas e Orçamentais 2020-2022
Proveniência: Helena Rua, Assessora de Comunicação da Presidente do Conselho das Finanças Públicas
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03;

Assunto: Ofício a remeter a Declaração sobre um Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo na fase pós-Covid19
Proveniência: Maria Adília Lopes, Secretária Executiva do Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2020 – 06 – 05;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Deputado António Marinho
Proveniência: José Manuel Bolieiro, Presidente do PSD/Açores
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03;

Assunto: Ofício a informar o objeto da sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral
Proveniência: Paulo Estêvão - PPM
Data de Entrada: 2020 – 06 – 05;

Assunto: E-mail a remeter o Parecer do Conselho de Opinião, ao Relatório de Contas de 2019
Proveniência: José Lourenço, Representante do Conselho de Opinião da RAA
Data de Entrada: 2018 – 06 – 08;

Assunto: Ofício a solicitar processo de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 160/XI – "Recomenda que a administração regional e as empresas do setor público empresarial regional adotem mecanismos e formulem critérios contratuais que impossibilitem a celebração de contratos com empresas de segurança privada e de organização de serviços de autoproteção que possuam situações de incumprimento laboral em relação aos seus trabalhadores
Proveniência: Paulo Estêvão - PPM
Data de Entrada: 2020 – 06 – 08;

Assunto: Ofício a informar o número de perguntas ao Governo Regional com resposta oral
Proveniência: Paulo Estêvão - PPM
Data de Entrada: 2020 – 06 – 09;

Assunto: Ofício a solicitar à Mesa da ALRAA a retirada do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 53/XI – "Cria a Companhia de Teatro dos Açores"
Proveniência: BE
Data de Entrada: 2020 – 06 – 09;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento potestativo do Projeto de Resolução n.º 179/XI – "Recomenda ao governo a revisão do rácio de atribuição e a contratação urgente dos assistentes operacionais e assistentes técnicos

necessários ao funcionamento das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional"

Proveniência: António Lima, BE

Data de Entrada: 2020 – 06 – 09.

Assunto: E-mail a informar a conclusão dos Estudos sobre a População dos Açores e entregues ao Conselho Económico e Social dos Açores (CESA)

Proveniência: Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2018 – 06 – 12.

9 - Relatórios:

Assunto: Relatório e parecer sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades do deputado João Paulo Valadão Corvelo

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 05 – 29;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que "Estabelece o Sistema nacional de Planeamento Civil de Emergência - MAI - (Reg. DL 173/XXII/2020)" - n.º 163/XI AR

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 06 – 04;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 160/XI (PPM) - "Recomenda que a administração regional e as empresas do setor público empresarial regional adotem mecanismos e formulem critérios contratuais que impossibilitem a celebração de contratos com empresas de segurança privada e de organização

de serviços de autoproteção que possuam situações de incumprimentos laboral em relação aos seus trabalhadores"

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 06 – 05;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 161/XI (PPM) - "Recomenda a conclusão urgente da instalação da rede de radares meteorológicos na Região Autónoma dos Açores e a realização de um estudo técnico que identifique a melhor localização do radar que será instalado no Grupo Ocidental"

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 06 – 05;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XI (BE) - "Segunda alteração ao Regime Jurídico dos Contratos Públicos na RAA, aprovado pelo DLR n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro e alterado pelo DLR n.º 3/2017/A, de 13 de abril"

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 06 – 05;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 203/XI (PCP) - "Pela atribuição de subsídio a trabalhadores em condições de risco, penosidade e insalubridade, com pedido de urgência"

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 06 – 12;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 345/XIV (BE) – "Nacionalização da TAP" – n.º 313/XI AR

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 05 – 26;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 369/XIV (PCP) – "Controlo público da TAPe da SPdH" – n.º 314/XI AR
Proveniência: Comissão de Economia
Data de Entrada: 2020 – 05 – 29;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 377/XIV (PSD) – "Suspende os artigos 16.º e 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, por forma a dotar as Regiões Autónomas de todos os meios financeiros possíveis para fazer face aos efeitos da pandemia da doença COVID-19" – n.º 315/XI AR
Proveniência: Comissão de Economia
Data de Entrada: 2020 – 05 – 29;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 378/XIV (PSD) – "Remissão à Região Autónoma da Madeira do pagamento dos encargos decorrentes do empréstimo PAEF, por forma a dotar a Região de todos os meios financeiros possíveis para fazer face aos efeitos da pandemia da doença COVID-19" – n.º 316/XI AR
Proveniência: Comissão de Economia
Data de Entrada: 2020 – 05 – 29;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 382/XIV (PCP) – "Consagra medidas de promoção do escoamento de bens alimentares da pequena agricultura e agricultura familiar e cria um regime público simplificado para aquisição e distribuição de bens alimentares provenientes da pequena e média agricultura e pecuária nacional e da agricultura familiar" – n.º 317/XI AR
Proveniência: Comissão de Economia
Data de Entrada: 2020 – 05 – 29;

Assunto: Relatório e parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2018
Proveniência: Comissão de Economia
Data de Entrada: 2020 – 06 – 03;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 178/XI - "Criação do Observatório das Dependências da Região Autónoma dos Açores"
Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2020 – 06 – 15.

Transcrição elaborada por Noélia Escobar
A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco